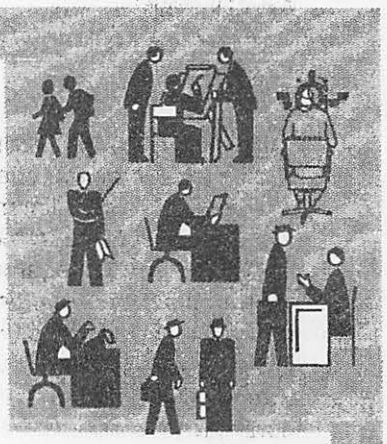
GREVE



Boletim Informativo Comando Local de Greve
Docentes UFPB/JP - 25.04.94

AGENDA DA GREVE

DIA	ATIVIDADE	HORA
25/04	Reuniões por Centros	9:00h
26/04	ASSEMBLÉIA GERAL	9:00 Aud. Reitoria
28/04	AULA EXTRA	19:00 Centro de Vivência

7

COMANDO DE GREVE DOCENTES UFPB - Campus I (João Pessoa) - 1994

EDITORIAL

A URV está em vigor há mais de um mês. A inflação de março chegou a 41,94%. Nesse mesmo mês, os alimentos subiram 47,11%. Entretanto, nos supermercados os preços de vários produtos chegaram a subir 202%. Hoje, os trabalhadores compram menos do que há um mês atrás. Os salários convertidos pela URV não aumentaram o poder de compra dos trabalhadores. Muito pelo contrário. Significaram uma perda de 107,5%.

O Plano Fernando Henrique Cardoso é uma das formas mais acabadas da política neoliberal que vem sendo imposta aos trabalhadores brasileiros nos últimos anos. Dentro desse quadro de arrocho salarial, os docentes das IFES, assim como todos os SPFs, vêm continuadamente sofrendo sucessivos cortes em seus salários que, resumidamente, podemos assim enumerar:

1987 - Plano Bresser (26,06%)

1988 - URPs de abril e maio

1989 - Plano Verão (2,05%)

1990 - Plano Collor (84,32%) - extinção da política salarial.

1991 - Ausência de política salarial

1992 - Ausência de política salarial

1993 - Reajuste diferenciado para os militares (28,86%) Política salarial quadrimestral com antecipações bimestrais, com redutores de 80% e 50%, respectivamente.

1994 - Conversão dos salários para URV

- Extinção da Política salarial

- Perdas de 107,5%

Estas perdas podem ser melhor avaliadas pelo vencimento de um Professor Auxiliar I - T20 que era de CR$ 51.409,00, em janeiro, passando para 73.993,50 em março, o que equivale a um aumento de 43,93%. Tomando-se por base o ICV do DIEESE, verifica-se um índice acumulado de 298,60 no trimestre o que explicita a necessidade de um reajuste de 107, 5% no vencimento desse professor.

Essa política de arrocho salarial alia-se à política de privatização dos serviços públicos, notadamente os da saúde, educação e previdência. Esses são os objetivos maiores da saga revisionista neoliberal, que além de mudar perversamente os tipos e os prazos da aposentadoria, ameaça a estabilidade do servidor público, detona o Regime Jurídico Único e tenta destruir inúmeras conquistas sociais presentes na Carta Constitucional de 1988.

É preciso desmascarar as pretensões dos setores conservadores deste país que, via Revisão Constitucional, propõem a privatização das Escolas Técnicas e a privatização da Previdência Social, eximindo o Estado do cumprimento dos seus deveres básicos.

Diante desse quadro, não restou aos SPFs senão a alternativa política da greve no sentido de barrar a política privatizante das elites brasileiras ora em curso através do Plano FHC e da Revisão Constitucional.

A ANDES-SN como parte integrante dos SPFs se engaja a esta luta contra a privatização dos serviços públicos de saúde, educação e Previdência, pela **isonomia já**, pela reposição das perdas salariais, pagamento dos passivos trabalhistas, entre outras reivindicações.

ISONOMIA JÁ!

Comando Local de Greve (CLG)

Notícias Locais

FAÇA GREVE
PARTICIPE DAS COMISSÕES

O Comando Local de Greve (CLG), definiu a formação de três (3) Comissões de trabalho: 1) Divulgação (CD); 2) Mobilização (CM); 3) Finanças (CF).

Neste sentido, convocamos todos a se engajar nessas Comissões como forma de consolidar o movimento grevista. Na Assembléia Geral de terça-feira (26.04.94), será divulgada a data da reunião das Comissões.

COMANDO LOCAL DE GREVE (CLG). ENTRE NESSA

A Assembléia Geral do dia 19 de abril de 1994, data da deflagração da greve dos docentes do Campus I (João Pessoa), elegeu o Comando de Greve com a seguinte composição: oito (8) representantes escolhidos em Assembléia: JOSÉ VAZ MAGALHÃES NETO (CE); MARCOS MONTE-NEGRO (1º E 2º GRAUS); MARIA APARECIDA RAMOS (CCHLA) MARIA BERNARDETE DA NÓBREGA(CE); JOSÉ MARIA TAVARES (CCHLA); TEREZINHA LEARTH (CCHLA); WILMA MARTINS MENDONÇA (CCHLA); YEDO FONTES LEITE (CCJ) - Coordenador, escolhido pelo Colegiado); três membros da Diretoria Executiva da ADUFPB-JP: AUGUSTO ANTONIO P. NETO (Tesoureiro); MARIA DA SALETE BARBOZA (Secretária Geral); MARIA DO SOCORRO XAVIER BATISTA (Dir. Política Sindical). Deliberou-se ainda que integraria o Comando Local de Greve um representante por Centro.

ATENÇÃO

Este espaço é nosso. Divulgue a programação do seu Centro, inclusive textos, no Boletim Informativo de Greve. Aguardamos notícias.

LANÇAMENTO

No próximo dia 27 de abril de 1994, às 21:00 horas, no Teatro Santa Rosa, será realizada uma solenidade de lançamento do livro do historiador e sociológo Clóvis Moura, DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO, com a presença do autor e contando com a participação de representantes de diversos setores da sociedade. O ato se configurará num evento de grande importância cultural e política concernindo sobretudo o debate sobre nossa origem afro. *Participe.*

AULA EXTRA
ISONOMIA É PRECISO

Venha com 84,32% a mais com disposição de luta e lazer. Dia **28.04.94, às 19 horas,** ao som do **Grupo Musical WKR-3.**

Política - Lazer - e prazer...é no seu **AULA EXTRA.**

Comidas e bebidas alternativas e acadêmicas.

VENHA!!!!!!!!!

QUADRO NACIONAL DE GREVE

O Comando Local de Greve (CLG), recebeu no dia 22 de abril de 1994, as seguintes informações:

ADs FAVORÁVEIS	ADs CONTRÁRIAS	ADs EM GREVE	COM INDICATIVO	SEM INFORMAÇÕES	SEM DATA	NÃO DELIBERARAM
ADUA, ADUFAC, ADUFPA, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFAC, ADUFPB-JP, ADUC, ADURN, ADUFERPE, ADUFAL, ADUFES ADUFMAT, ADUFF, ADUFMS, ADUFOP, ADUFES, ADUFG, ADCEFET-RJ, ADUNI-RIO; ADUR-RJ, ADUFSCAR, SINDOCEFET-PR, ADUFRGS, ADUFPEL, ADUFPB-PATOS, ADCAC, CPAD-AP,	ADUFS, APUB, APUBH, ASPUV, ASPESAL, APUFSC APUFPR, APROFURGS	ADUA ADUFPB-JP ADUFES CPAD-AP ADUFAC SEDUFSM, ADUFPB-PATOS AMAPA*	APRUMA, ADUFPI, ADCEFET-RJ (25.04) ADUFERPE, ADUFAL, ADUR-RJ (26.04) ADUFPA, ADUFF (27.04) ADUFRJ (28.04) ADUFMAT (29.04) ADUC (02.05) ADUFOP (04.05) ADUNI-RIO (09.05)	ADUNIR ASDESAM ADFMTM APROEFEI ADCEFET-MG ADUFUNREI ADOCA SESDUF-RR ADAFA ADCEFET-MA	ADFCAP ADUFC ADURN ADUFMS ADUFSCAR SINDOCEFET-PR ADUFRGS ADUFPEL ADCAC	ADUFPB-CG ADUFEPE ADUnB ADUFU APES-JF ADEPM
30	08	08	13	10	09	06

* *Universidade Federal do AMAPA entrou em Greve. Em processo de criação da AD e filiação na ANDES-SN.*

CONVOCAÇÃO

1) Reunião por Centros - dia 25.04.94 (segunda-feira), às 9:00 horas - Pauta: Escolha de Representantes para o Comando Local de Greve

2) ASSEMBLÉIA GERAL - dia 26.04.94 (terça-feira), às 9:00 horas, no Auditório da Reitoria. Pauta: 1) Informes; 2) Avaliação da Greve; 3) Encaminhamentos.

greve 1994

Boletim

Comando de Greve dos Docentes da UFPB/João Pessoa/PB

1

AVALIAÇÃO

Deliberamos pela greve no conjunto dos SPFs em Assembléia Geral no dia 09.05.94. Foi conseqüência das avaliações de conjuntura feitas intensamente pela categoria, que culminou com a AG do dia 03.05.94. Esta Assembléia certamente será referência histórica para todo o MD. Deliberamos, e agora, precisamos trabalhar mais na consolidação do movimento tanto aqui como a nível nacional.

São várias as dificuldades que temos a enfrentar. O quadro de engajamento das ADs ainda apresenta lacunas. No entanto, neste momento, abrem-se as negociações (a reunião ocorrida em 10.05.94, às 11:00 horas, entre o Comando Nacional Unificado de Greve dos SPFs (CNUG) em que o próprio Ministro Cahim considerou como abertura das negociações). Este é um dado novo que pode favorecer a ampliação da base social do movimento.

Um outro dado de conjuntura é a deflagração de greve em várias categorias. Por exemplo, todo o setor ligado à Educação (Municipal, Estadual e Federal) na Paraíba, está em greve; a Educação no Estado de São Paulo também. E isto é resultado da constatação das perdas impostas pelo Plano FHC - **perdas salariais e perdas de recursos orçamentários para as áreas sociais**, com a criação do Fundo Social de Emergência.

A greve se impôs como única alternativa para nós. Neste momento não há espaço para ausência ou abstenções. A nossa responsabilidade vai além dos limites da categoria.

Companheiros, pela nossa pauta de reivindicações; por melhores condições de vida e trabalho; por uma sociedade justa, plural e democrática, estamos lutando e entramos em greve.

A greve continua...

AS PAUTAS DE GREVE

PAUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

1)Reajuste imediato, calculado pelo índice do ICV-DIEESE;
2) Política salarial com reajuste mensal que reponha integralmente a inflação;
3) Reposição integral das perdas salariais;
4) Pagamento dos passivos trabalhistas;
5) Isonomia Já;
6) Reintegração de todos os demitidos nas estatais e no serviço público federal;
7) Contra a privatização e a terceirização dos serviços públicos;
8) Melhores condições de trabalho e de atendimento à população;
9) Pela aprovação do PL DPC (Diretrizes de Planos de Carreira), em tramitação no Congresso;
10) Contra a aprovação do PL - Seguridade Social, em tramitação no Congresso.

PAUTA ESPECÍFICA DA ANDES-SN

1) Extensão administrativa em todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) dos seguintes índices: 1987 - Plano Bresser (26,05%); 1989 - Plano Verão (26,06%); 1990 - Plano Collor (84,32%); 1993 (28,86%) - concedido aos militares, legislativo e judiciário;
2) Negociação do pagamento dos passivos trabalhistas referentes a cada um dos índices acima;
3) Projeto de Lei revogando os dispositivos legais que permitem a incorporação de quintos de funções gratificadas e cargos de direção;
4) Definição do Plano Nacional de Capacitação Docente;
5) Definição do projeto de Plano de Carreira para o magistério superior das IES, públicas e privadas,

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

FAX Nº 007/CNG/ANDES-SN/94 — Brasília, 10 de maio de 1994

DO: Comando Nacional de Greve
PARA: ADs-SSind Federais

ADs presentes na reunião do dia 09/05/94:
Delegados: ADUA (Jacob), ADUFF (Wilma), ADUFRJ (Luis Seixas), SEDUFSM (Regina), ADUFERPE (Zenilde), ADUFPI (Daniel), ADUFPA (Fernando), ADUFES (Vânia), ADUFPB-CG (Donato), ADUFAC (Ivan), SINDOCEFET-PR (Oglair), ADUFPEL (Carapeto), ADUFMS (Otaviano), ADUFG (Angela),
Observadores: ADUFPA (Giovane), ADUFMAT (Genesson), ADUFSCAR (Chiquinho), APES-JF (Astolfo), ADUnB (Sadi e Pedro).
Diretores Presentes: Márcio, Paulo Rizzo, Maria Adélia, Cunha, Américo, Sofia

1 - Informes do quadro de greve nas IFES

a) ADs em greve: ADUA, ADUFAC, ADUFPA, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFPB-CG, ADUC, ADUFERPE, ADUFAL, AUDEG, ADUFMS, ADUFES, ADCEFET-RJ, ADUR-RJ, SINDOCEFET-PR, ADUFPEL, SEDUFSM, ADUFPB-PATOS, ADUFF, CPAD-AP, ADUFOP, ADUFPB-JP. - TOTAL: 23

b) ADs favoráveis a greve sem indicativo de data de adesão: ADCEFET-MG (estado de greve AG 12/5), ADCAC (estado de greve/discussão pauta específica), ADUFEPE (estado de greve AG 11/5), ADFMTM. TOTAL: 04

c) ADs sem deliberação: APUBH, ADUnB (AG 12/5), ADOCA, APROEFEI, ASDESAM (AG 10/5), SESDUF-RR, ADFUNREI, ADAFA, - TOTAL: 08

d) ADs com deliberação de não adesão a greve: APUB (Comissão de Mobilização - AG 12/05), ADUFMAT (AG permanente), ADUFU, APES-JF (AG 13/5), ASPESAL, APROFURG (estado de mobilização), ADUFSCAR (AG permanente - 11/5), ASPUV, APUFSC (estado de mobilização), APUFPR (estado de mobilização), ADFPM (AG permanente), ADUFG (estado de alerta - AG 11/5), ADUFC (estado de mobilização - AG 12/5), ADUFRJ, ADUNIRIO (comando de mobilização ato público em defesa da universidade brasileira - AG 19/5), ADURN (AG permanente-13/5), ADUFRGS (estado de mobilização). TOTAL: 17

e) ADs sem informes: ADUNIR, ADCEFET-MA. TOTAL: 02

2 - Reunião na Comissão de Trabalho da Câmara 9/05/94 - Congresso Nacional pela manhã às 10:00 horas - Presentes pela ANDES-SN: Márcio, Seixas, Fernando, Angela, Oglair, Genesson, Regina

Discutiu-se a articulação dos movimentos que estão presentes em Brasília esta semana: a) Servidores Públicos Federais em Greve; b) Trabalhadores Rurais no "Grito de Terra" contra a fome e a miséria e pelo emprego; c) Demitidos do Governo Collor e d) Trabalhadores do Setor Petróleo. As reivindicações são diferenciadas e os trabalhos devem ter o cuidado de somar forças em suas manifestações e atos no âmbito do Congresso Nacional e nas ruas. A Coordenação geral de articulação caberá a CUT, representada pelos companheiros Toninho e Luis Fernando. Reafirmou-se o dia 11/05 como Dia Nacional de Mobilização e manifestações de rua nas capitais dos Estados e Distrito Federal. Em Brasília deverá ocorrer uma manifestações dentro do Congresso Nacional na parte da manhã (10:00h), aproveitando-se que estará na ordem do dia a votação em Plenário do Processo de Julgamento do Deputado Ricardo Fiúza, e na parte da tarde (16:00h) manifestações de rua. O trabalho dos SPFs em greve concentrará esforços para a inclusão das emendas do movimento sindical na MP 482 na Comissão Mista do Congresso nacional que deverá votar o relatório no dia 10/5 na parte da manhã. Nesse sentido elaboramos um abaixo-assinado para coleta de assinaturas dos parlamentares comprometidos com os trabalhadores nesta questão. Também, no dia 10/5 estará sendo apreciado o Processo de Julgamento do Deputado Ibsen Pinheiro, na Comissão de Justiça.

3 - COMISSÃO DE CARREIRA NO MEC - Dia 09/05/94 - Presentes pela ANDES-SN: Anchieta (CNG) e Cunha (Diretoria)

A convite da SESU/MEC, o Secretário de Recursos Humanos da SAF, Wilson Calvo, compareceu, no dia de ontem, 9/05, à reunião do GT da Comissão de Carreira do MEC e reiterou as seguintes informações (algumas já passadas às ADs/CLGs no FAX nº 004/CNG/ANDES-SN):

a) O teto salarial para os vencimentos dos servidores do executivo é de 90% dos vencimentos de Ministro do Tribunal Superior e equivale a cerca de 4.950 URVs;

b) Há aceitação pelo MEC e pela SAF que o Prof. Titular Doutor, em DE, esteja neste teto;

c) Foram reiterados alguns parâmetros gerais para a definição de isonomia a ser encaminhado pelo executivo ao Congresso Nacional em 17/05/94, tais como:

- além do teto, será mantido em até 20 vezes a relação entre teto e piso;
- unificação de gratificações de caráter permanente (GAE, GAL, GAM);
- Tabela salarial única, a ser implantada de forma escalonada, sem ter ainda definição do início e término desse escalonamento;

Considerando-se a manutenção do teto em 4.950 URVs para Professor Titular doutor com DE e mantendo-se a estrutura de nossa tabela salarial, que não está em discussão na comissão neste momento, os vencimentos de Professor Auxiliar 1, em DE, assumiriam valores da ordem de 1.406 URVs.

A ANDES construiu uma simulação de tabela, partindo dos parâmetros definidos acima, porém, a SESU/MEC e a SAF, ao longo do trabalho da Comissão de Trabalho, ontem, não se posicionaram oficialmente sobre a mesma. Nesta reunião a SESU/MEC e ANDIFES se manifestaram favoráveis à vinculação entre as tabelas salariais de Docentes e servidores Técnico-Administrativos das IFES ao nível de servidor Técnico-Administrativo 1 (NS-1) igual ao Professor Auxiliar de Ensino 1, em 40 horas semanais.

O problema que se coloca é que esta proposta (os parâmetros da isonomia), embora apresentada pelo Assessor de Recurso Humanos da SAF, ainda não foi assumida oficialmente pelo Governo. O Ministro da SAF, Romildo Cahim, ainda se recusa a receber ao CNUG/SPFs, embora o próprio Presidente Itamar tenha recomendado a abertura de negociações.

O CNG/ANDES avalia que é importante continuar participando desta Comissão e estará presente hoje, 10/05, na reunião da ANDIFES, atendendo a convite do seu Presidente.

4 - LDB: URGENTE

Reunião da Comissão de Educação do Senado, dia 11/05/94, onde a LDB estará em pauta.

É necessário o envio desta mensagem à Comissão: Só depende dos senhores senadores a definição de parâmetros, pela LDB, relativos à construção e fortalecimento do sistema nacional de educação antes do século XXI. Não falte à reunião da Comissão de Educação.

Em tempo: 1-: Na manhã de hoje 10/05 o CNUG/SPFs foi recebido pelo Ministro Romildo Cahim, assim, estão abertas as negociações entre o Comando de Greve e o Governo. No próximo FAX estaremos remetendo às ADs e CLGs os informes desta audiência.

Em tempo: 2- Foi aprovado pela Comissão Mista, na manhã de hoje 10/05, a MP 482 sem as emendas propostas pelo Movimento Geral dos trabalhadores.

COMANDO DE GREVE DOS DOCENTES DA UFPB - CAMPUS I

Eleitos em Assembléia: Iedo Leite Fontes (CCJ) - Delegado ao CNG/ANDES; José de Melo Neto (CE); Maria Aparecida Ramos (CCHLA); Maria Bernardete da Nóbrega (CE); Rubens Freire Ribeiro CCEN); Wilma Martins de Mendonça (CCHLA); Wojciech Kulesza - TEK (CE); **Suplentes:** Giovanni da Silva de Queiroz (CCHLA); José Tavares de Andrade Filho (CCHLA); Manoel Fernandes de Souza Neto (CCEN); **Pela Diretoria:** Jamacy da Costa Almeida (CE); Lindemberg Medeiros de Araújo (CCS); Severino Ramos de Lima (CCS);

Companheiros, Colegas,

A greve é de todos e na construção e consolidação dela, o engjamento é necessário.

A greve tem sido um dos poucos espaços (momentos) em que temos tido oportunidade de agregar colegas das mais variadas áreas do conhecimento para debater temas, assuntos, fatos, pertinentes e importantes para a categoria e para a Universidade.

Assim, o Comando Local de Greve (CLG) pretende, durante a greve criar este instante de reflexão segundo três linhas gerais de intervenção.

1) POLÍTICA UNIVERSITÁRIA

2) POLÍTICA ACADÊMICA

3) POLÍTICA SINDICAL

O CLG tem a expectativa que isso não se esgote com a greve e seja mantido pelo movimento docente através de suas instituições.

E neste momento estamos aguardando sugestões dos Centros sobre conteúdos e formas para tais eventos.

O CLG apresenta como sugestão para ser apreciada pelos colegas o seguinte elenco de temas:

1. Política Universitária	2. Política Acadêmica	3. Política Sindical
- Democracia na Universidade - Vestibular - Finanças - Graduação - Pós-Gradução - Ensino - Pesquisa - Extensão - Pessoal - RH - Organização Interna - Sistematização - Instâncias Deliberativas - Conselho/CONSUNI - Outros	- Educação e trabalho - Neoliberalismo - Democracia Socialista - Revolução Democrática - Democracia Popular - Religiosidade e Movimentos Sociais - Filosofia da Linguagem - Educação Popular - Formação de Professor - Tecnologia de Ponta - Qualidade Total - Saúde - Educação Física - Neo Pragmatismo - Outros	- Plano Econômico - Centrais Sindicais (Internacionais, Nacionais) - Correntes Sindicais na CUT - A ANDES-SN (Aprática sindical e a relação ANDES-SN x ADUFPB-JP/SSind) - Projetos Estratégicos para a sociedade - Os GTs e Temáticas Específicas - CONAD/Congresso - ANDES-SN - CONCUT - CECUT - Outros.

AGENDA DA GREVE

Dia	Hora	Local	Atividade
11.05	9:00	TRT - em frente	**ATO PÚBLICO**
12.05	15:00	Liceu Paraibano	**CONCENTRAÇÃO COM PASSEATA**
14.05	Noite	Associação dos Inativos e Pensionistas da UFPB	**FORRÓ**
16.05	Tarde	Liceu Paraibano	**PLENÁRIA DOS SPFs**
17.05	9:00	Auditório da Reitoria	**ASSEMBLÉIA GERAL DOCENTES UFPB**

LANÇAMENTO

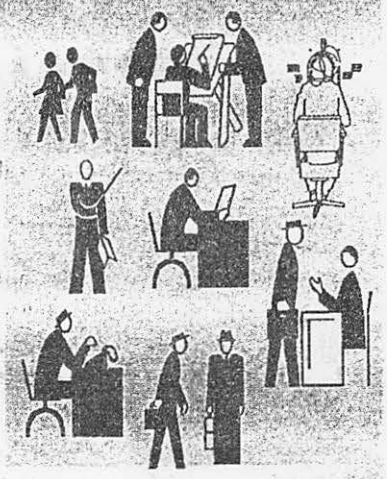
O Mestrado em Psicologia promove o lançamento do livro "Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil, 1945-1990", do Professor Salvador Sandoval.

No dia 12 de maio próximo, quinta-feira, às 16:00 horas, no Auditório da Reitoria do Campus I da UFPB, o Prof. Salvador Sandoval, Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Michigam, Professor da PUC-SP e da UNICAMP, fará apresentação do livro, seguido de debate com pesquisadores e lideranças sindicais.

BOLETIM DE GREVE DOS DOCENTES DA UFPB - Nº 01 - 11.05.94

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

GREVE



Boletim Informativo Comando Local de Greve
Docentes UFPB/JP - 26.04.94

RELATÓRIO REUNIÃO DO SETOR DOS DOCENTES DAS IFES
Brasília, 20 e 21 de abril de 1994. **AVALIAÇÃO**

ANDES-SN REAFIRMA ADESÃO À GREVE DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

No dia 19.04.94, teve início a Greve Nacional dos Servidores Públicos Federais, conforme deliberação da Plenária dos SPFs, forum do qual participamos através de delegados das ADs/SSind e de cuja Coordenação nosso sindicato nacional participa. Registra-se, já nos primeiros dias de greve uma adesão crescente de diversos setores, como Ministério da Saúde, INSS, IBAMA, INCRA, Justiça Federal e Militar, CNPq, dentre outras. No setor educação especificamente, encontram-se em greve os serviodores técnicos-administrativos de 31 IFES, Escolas Técnicas Federais e MEC.

Das Assembléias das ADs/SSind realizadas até 20.04, 30 manifestaram-se favoráveis a greve sem data unificada; sete delas já estão paralisadas - Amazonas, Paraíba (João Pessoa e Patos), Espírito Santo, Amapá, Acre e Santa Maria *(das 30 favoráveis, 06 com paralisação nos dias 25 e 26 - APRUMA, ADUFPI, ADCEFET-RJ, ADUFERPE, ADUFAL, ADUR-RJ)*-, oito se manifestaram contra e seis não deliberaram, conforme se verifica no quadro constante deste relatório.

Este quadro expressa um crescimento da mobilização, pelo significativo aumento de participação de docentes nas AGs, e a disposição para a luta. Isso permite ao Setor das Federais, baseado na análise que se segue, reafirmar a adesão à greve e indicar uma data para unificar a entrada das demais ADs: 27.04.94.

(Continua na próxima página...)

O MOMENTO É AGORA, ANTES QUE SEJA TARDE DEMAIS!

Estamos mais uma vez diante de um Plano Econômico que subtrai os salários das classes trabalhadoras, favorecendo a concentração de renda. Além disso, por se tratar de um ano eleitoral, as atenções do país tendem a se voltar, cada vez mais, para a disputa entre projetos para a sociedade brasileira. O Congresso Nacional deverá votar, até 28.04, a MP 457, reedição da MP 434, o que exige uma pressão contundente e maciça do movimento sindical para evitar sua aprovação. Esta MP deve ser compreendida como parte integrante de um Projeto político e econômico ao qual se articula um conjunto de outras medidas, como a Revisão Constitucional, o pseudo ajuste fiscal, o fundo social de emergência e a opção em manter indefinido o orçamento da União para 1994. A lógica deste Projeto é a do chamado neoliberalismo, que preconiza um suposto equilíbrio do Estado a partir da transferência de recursos e funções lucrativas para o setor privado, reduzindo drasticamente o investimento em áreas como educação e saúde.

A realidade do Plano é:

a) Os salários dos SPFs foram reduzidos a menos da metade de seu valor real contratado em 1º de janeiro. De acordo com o IGV-DIEESE seria necessário um reajuste de 105% para que aquele valor fosse recuperado;
b) A URV já tem sua própria inflação, estimada em 11,15% em abril, 8,3% em maio e 7% em junho acumulando 28,74% no trimestre (segundo a consultoria internacional Price Waterhouse - JB 20.04);
c) Extingue as políticas salariais em vigor e não apresenta qualquer política salarial. O único mecanismo previsto, após um ano, para a revisão de salários, é baseado na média do período, não havendo garantia de reposição integral na data-base;
d) Sem qualquer mecanismo de controle de preços, a inflação permanecerá mesmo após a implantação do Real, anunciado como uma moeda forte;
e) O acordo, no Congresso, entre as forças que apoiam a MP 457 não admite a correção dos salários, mas propõe que os contratos do Estado com as empreiteiras sejam convertidos em URV pelo pico, com garantia de reajuste em URV (Artigo 15 do Projeto de Lei de Conversão da MP 457).

Desta realidade fica claro que, para este Governo, o reajuste integral das dívidas públicas para com as empresas é aceitável, não sendo considerada inflacionária, perfazendo uma renda concentrada nas mãos de poucos. Ao mesmo tempo, a recuperação do valor real dos salários, que se constitui em distribuição de renda, é tida como uma política inaceitável, e considerada inflacionária e prejudicial aos interesses do modelo econômico das políticas neoliberais, que são concentradoras de renda e excludentes.

COMANDO LOCAL DE GREVE (CLG)

COMPONENTES:

JOSÉ VAZ MAGALHÃES NETO (CE); MARCOS MONTENEGRO (CCHLA); MARIA APARECIDA RAMOS (CCHLA) MARIA BERNARDETE DA NÓBREGA (CE); JOSÉ TAVARES DE ANDRADE FILHO (CCHLA); TEREZINHA LEARTH (CCHLA); WILMA MARTINS MENDONÇA (CCHLA); IEDO LEITE FONTES (CCJ - Coordenador, escolhido pelo Colegiado); AUGUSTO ANTONIO P. NETO (ADUF); MARIA DA SALETE BARBOZA (ADUF); MARIA DO SOCORRO XAVIER BATISTA (ADUF); JALDES (CCHLA); DIMAS (CE)

ENTRE NESSA!

AS PAUTAS DE GREVE

PAUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

1)Reajuste imediato, calculado pelo índice do ICV-DIEESE;
2) Política salarial com reajuste mensal que reponha integralmente a inflação;
3) Reposição integral das perdas salariais;
4) Pagamento dos passivos trabalhistas;
5) Isonomia Já;
6) Reintegração de todos os demitidos nas estatais e no serviço público federal;
7) Contra a privatização e a terceirização dos serviços públicos;
8) Melhores condições de trabalho e de atendimento à população;
9) Pela aprovação do PL DPC (Diretrizes de Planos de Carreira), em tramitação no Congresso;
10) Contra a aprovação do PL - Seguridade Social, em tramitação no Congresso.

PAUTA ESPECÍFICA DA ANDES-SN

1) Extensão administrativa em todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) dos seguintes Índices: 1987 - Plano Bresser (26,05%); 1989 - Plano Verão (26,06%); 1990 - Plano Collor (84,32%); 1993 (28,86%) - concedido aos militares, legislativo e judiciário;
2) Negociação do pagamento dos passivos trabalhistas referentes a cada um dos índices acima;
3) Projeto de Lei revogando os dispositivos legais que permitem a incorporação de quintos de funções gratificadas e cargos de direção;
4) Definição do Plano Nacional de Capacitação Docente;
5) Definição do projeto de Plano de Carreira para o magistério superior das IES, públicas e privadas,

As pautas geral e específica serão trabalhadas concomitantemente. O Setor recomenda às ADs a discussão da pauta específica, já protocolada no MEC, para o seu aperfeiçoamento, levando em conta contribuições já apresentadas por algumas ADs. As contribuições deverão ser encaminhadas para a próxima reunião do Setor, 27.04.

Recomenda-se, também, que durante o processo de greve dos SPFs, o movimento não deva desconsiderar a possibilidade de sustentação de uma greve específica, caso ao final da greve dos SPFs a pauta específica não tenha sido atendida favoravelmente, avaliando-se as possibilidades de luta e de negociações nesse sentido.

A IMPORTÂCIA DA ADESÃO DO MOVIMENTO DOCENTE

Além das questões elencadas anteriormente, a instransigência do governo em negociar pontos centrados no seu plano econômico caracterizam uma conjuntura adversa para os SPFs que exige, para a conquista de nossas reivindicações, uma greve forte e unitária.

A entrada da ANDES-SN é importante para seu fortalecimento. A nossa adesão significa a continuidade da expansão da greve e uma contribuição à condução política do movimento.

A adesão à greve, embora majoritária nas Assembléias, demonstra ritmos de mobilização diferenciados nas ADs. Portanto, a tarefa fundamental, nos próximos dias, é conquistar a unificação de nossa mobilização. Com as demais ADs assumindo a paralisação, somando-se àquelas que já estão paradas, é possível a construção de um movimento forte e unitário a nível nacional a partir do dia 27.

QUADRO NACIONAL DE GREVE

O Comando Local de Greve (CLG), recebeu no dia 25 de abril de 1994, as seguintes informações:

ADs FAVORÁVEIS	ADs EM GREVE	COM INDICATIVO	ADs CONTRÁRIAS	SEM INFORMAÇÕES	SEM DATA	NÃO DELIBERARAM
ADUA, ADUFAC, ADUFPA, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFAC, ADUFPB-JP, ADUC, ADURN, ADUFERPE, ADUFAL, ADUFES ADUFMAT, ADUFF, ADUFMS, ADUFOP, ADUFES, ADUFG, ADCEFET-RJ, ADUNI-RIO; ADUR-RJ, ADUFSCAR, SINDOCEFET-PR, ADUFRGS, ADUFPEL, ADUFPB-PATOS, ADCAC, CPAD-AP	ADUA ADUFPB-JP ADUFES CPAD-AP* ADUFAC SEDUFSM, ADUFPB-PATOS APRUMA, ADUFPI, ADCEFET-RJ ADUFERPE, ADUFAL, ADUR-RJ	ADUFPA, ADUFF (27.04) ADUFRJ (28.04) ADUFMAT (29.04) ADUC (02.05) ADUFOP (04.05) ADUNI-RIO (09.05)	ADUFS, APUB, APUBH, ASPUV, ASPESAL, APUFSC APUFPR, APROFURGS	ADUNIR ASDESAM ADFMTM APROEFEI ADCEFET-MG ADUFUNREI ADOCA SESDUF-RR ADAFA ADCEFET-MA	ADFCAP ADUFC ADURN ADUFMS ADUFSCAR SINDOCEFET-PR ADUFRGS ADUFPEL ADCAC	ADUFPB-CG ADUFEPE ADUnB ADUFU APES-JF ADEPM
30	**13**	**07**	**08**	**10**	**09**	**06**

* *Comissão Pró-AD do AMAPA.*

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 26.04.94 (terça-feira), às 9:00 horas, no Auditório da Reitoria. Pauta: 1) Informes; 2) Avaliação da Greve; 3) Encaminhamentos.

greve 1994

Boletim

Comando de Greve dos Docentes da UFPB/João Pessoa/PB

2

AVALIAÇÃO NACIONAL

FAX Nº 008/CNG/ANDES-SN/94 — Brasília, 11 de maio de 1994

DO: Comando Nacional de Greve
PARA: ADs-SSind Federais

AVALIAÇÃO

Após 22 dias da deflagração da greve dos servidores públicos federais (SPFs), reiterada na plenária do dia 07/maio/94, avaliamos a relevância política deste movimento de defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros e no enfrentamento da efetivação do Projeto Neoliberal, através do Plano FHC.

Contando hoje com a adesão de mais de 55% dos SPFs, a greve dos servidores tem sido um vigoroso instrumento de luta contra a intransigência do governo em não negociar com os trabalhadores o seu plano de ajuste econômico. Foi esta greve que possibilitou a abertura de negociações na SAF e nos Ministérios.

Nosso movimento tem se pautado em torno de duas linhas de ação que se desenvolvem de forma articulada e concomitante, expressas nos 9 eixos centrais definidos em conjunto com os demais SPFs. De um lado temos o enfrentamento da atual etapa do Plano FHC, na qual se tenta impor aos trabalhadoras as medidas econômicas expressas na MP.482 (segunda reedição da MP.434). De outro temos a discussão de questões específicas para os servidores, onde se destaca o ponto da isonomia salarial entre os três poderes.

Temos consciência das dificuldades que o complexo momento político econômico do país traz ao nosso movimento. Mas o enfrentamento do Plano FHC no seu conjunto é um imperativo para os trabalhadores brasileiros em geral e uma necessidade particular para os SPFs. Já analisamos em documentos anteriores que a MP.482 congela as enormes perdas salariais que vinham ocorrendo, devido à combinação entre processo inflacionário altíssimo e uma política salarial lesiva, ao mesmo tempo em que elimina qualquer política salarial e desconsidera as perdas salariais anteriores ao mês da conversão dos salários em URV. Para os servidores pesam ainda as demais medidas previstas no Plano, como as sérias limitações nos recursos da União destinados às áreas sociais e às despesas com pessoal, apresentados na proposta de Orçamento/1994 para a União.

Deixar de enfrentar o Plano FHC significaria, portanto, circunscrever qualquer negociação específica nossa a todas essas limitações.

COMBATE À MP.482 NO CONGRESSO NACIONAL

O CNG/ANDES-SN avaliou em sua reunião de 10/maio/94, que o quadro atual ainda exige uma intervenção dos SPFs aliados ao movimento de outros trabalhadores, sobre os destinos da MP 482. Estivemos presentes na votação da dita medida, na sala da Comissão Mista do Senado. As manifestações de rua e o trabalho junto aos parlamentares foram extremamente importantes ao embate, contudo, insuficientes para convencer a Comissão Mista a inserir nossas emendas na MP.482, que teve aprovação maciça, 9 votos contra um (graças ao acordo governista com os latifundiários e banqueiros), representando uma derrota parcial da nossa mobilização. Diante deste quadro intensificamos nossa mobilização dentro do Congresso ação que, não só nos permitiu contactarmos e pressionarmos diretamente vários deputados e lideranças, como ainda, furarmos o bloqueio da mídia televisiva que divulgou, mais uma vez, nossas ações de greve. À noite o governo teve a sua derrota parcial ao não conseguir por a MP em votação, apesar de todos seus esforços.

Hoje, 11/5/94, Dia Nacional de Luta convocado pela CUT, o governo investirá outra vez na aprovação integral da MP 482. Em contraposição a isso teremos uma mobilização de trabalhadores em Brasília (conforme pode-se constatar nos informes). No que pese a relativa vantagem do governo, assentada no fisiologismo do Congresso, temos algumas vantagens políticas: 1) a resistência aos efeitos danosos do Plano FHC repercute sobre sua candidatura a presidência e limita ainda mais as possibilidades de negociação do governo, 2) a ampla divulgação, por boa parte dos meios de comunicação, do fracasso da URV frente a inflação, 3) a indefinição das alianças políticas eleitorais (julgamento Ibsen/Fiuza), 4) o grande número de greves deflagradas em todo país apontam uma insatisfação generalizada com o Plano e o governo.

Mesmo que a MP 482 seja aprovada é indispensável que mantenhamos pressões que obriguem o governo a corrigir os prejuizos que vem impondo aos trabalhadores. Essa luta, portanto, não se esgota com o desfecho da votação no Congresso e deveremos definir nossos próximos passos em conjunto com os SPFs e a CUT. Apesar das dificuldades conjunturais, é evidente que a força desse movimento obrigou o governo, após 22 dias de greve, a abrir negociações com o Comando Nacional Unificado de Greve (CNUG). É ainda mais evidente que um quadro mais expressivo e participativo, ampliaria e agilizaria as conquistas que agora se nos apontam.

OS CAMINHOS DA NEGOCIAÇÃO

A disposição que o governo está apresentando na negociação é de discutir acertos salariais com base em uma proposta de isonomia que busca, em suas palavras, atender aqueles que se encontram com maior achatamento salarial. Mas as conversações preliminares que se desenvolveram ao nível do MEC, técnicos da SAF e o Ministro Romildo Caim, apresentam uma clara contradição entre os parâmetros alinhavados como base para a isonomia e a disposição de restringir os desenbolsos orçamentários aos limites definidos pelo Plano FHC.

Quanto aos parâmetros, fala-se em: 1) uma unificação da GAE (e gratificações correlatas) em 170%, procedendo-se sua incorporação; 2) extenção dos 28% que foram concedidos aos militares de forma diferenciada em fevereiro/93; 3) estabelecer uma relação entre a hierarquização nas diferentes carreiras dos SPFs, definindo-se como teto para qualquer ace to um salário equivalente a 90% dos vencimentos de Ministro do Tribunal Superior (4950 URVs). Como já informamos no FAX 007 há uma aceitação deste teto, no MEC e SAF, para um professor titular com doutorado (Dr) e em dedicação exclusiva (DE), o que significaria um salário de 1406 URVs para um Auxiliar-I/DE, estando incorporados ai todos estes acertos que o governo aventa para a isonomia. Do ponto de vista de percentual de reposição salarial, para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) isto seria equivalente a um reajuste de 133% e recolocaria o poder de compra de nossos salários práticamente ao nível de março/90, inicio do governo Collor. Cabe ao movimento discutir em suas assembléias, mas não há dúvidas de que esta proposta seria bastante razoável, caso não seja destroçada por uma intransigência governamental em definir uma política salarial adequada (o que também é um ponto central nas negociações). Ocorre que ao nível do governo esta relação, para os docentes, é apenas reconhecida como justa, mas não é formulada enquanto uma proposta.

No ano passado as despesas com pessoal no governo federal situaram-se em torno de US$24 bilhões, representando 20% das receitas correntes da União (um dos menores percentuais já dispendidos na história e muito abaixo dos 65% permitidos pelas disposições transitórias da Constituição). O Ministro afirmou nesse primeiro contacto de negociação que a área econômica insiste em que seja mantido esse mesmo nivel de gastos e que sua expectativa seria que um crescimento da arrecadação de receitas viabilizasse alguns acertos. Fica claro, portanto, que, sem um fortalecimento de nossas mobilizações, não iremos superar as limitações que as diretrizes governamentais, expressas no Plano FHC e reafirmadas pelo Ministro Canhim, impõem a essa negociação.

Professores,

Participem do **ATO PÚBLICO** a realizar-se, hoje, 12 de maio de 1994, às 15:00 horas, no Liceu Paraibano, em defesa da Educação Pública e da Democracia.

Reunião Centros
Dia 12.05.94
CCJ, CCEN, CE, CCSA
Participe!

LANÇAMENTO

O Mestrado em Psicologia promove o lançamento do livro "Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil, 1945-1990", do Professor Salvador Sandoval.No dia 12 de maio próximo, quinta-feira, às 16:00 horas, no Auditório da Reitoria do Campus I da UFPB, o Prof. Salvador Sandoval, Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Michigam, Professor da PUC-SP e da UNICAMP, fará apresentação do livro, seguido de debate com pesquisadores e lideranças sindicais.

AS PAUTAS DE GREVE

PAUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

1)Reajuste imediato, calculado pelo índice do ICV-DIEESE;
2) Política salarial com reajuste mensal que reponha integralmente a inflação;
3) Reposição integral das perdas salariais;
4) Pagamento dos passivos trabalhistas;
5) Isonomia Já;
6) Reintegração de todos os demitidos nas estatais e no serviço público federal;
7) Contra a privatização e a terceirização dos serviços públicos;
8) Melhores condições de trabalho e de atendimento à população;
9) Pela aprovação do PL DPC (Diretrizes de Planos de Carreira), em tramitação no Congresso;
10) Contra a aprovação do PL - Seguridade Social, em tramitação no Congresso.

PAUTA ESPECÍFICA DA ANDES-SN

1) Extensão administrativa em todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) dos seguintes índices: 1987 - Plano Bresser (26,05%); 1989 - Plano Verão (26,06%); 1990 - Plano Collor (84,32%); 1993 (28,86%) - concedido aos militares, legislativo e judiciário;
2) Negociação do pagamento dos passivos trabalhistas referentes a cada um dos índices acima;
3) Projeto de Lei revogando os dispositivos legais que permitem a incorporação de quintos de funções gratificadas e cargos de direção;
4) Definição do Plano Nacional de Capacitação Docente;
5) Definição do projeto de Plano de Carreira para o magistério superior das IES, públicas e privadas,

ENTRE A NOSTALGIA E A MÁ-FÉ

Ronaldo Monte de Almeida*

Em sua edição do dia 10 de maio, na capa do caderno "Dia a Dia", o Jornal "O Norte" ilustra sua matéria sobre a última assembléia dos professores da UFPB com uma foto, no mínimo curiosa. O texto informa que a assembléia se realizou no auditório da Reitoria. A foto mostra uma antiga assembléia no auditório do CT. O texto diz que 207 profesores votaram a favor da greve, 92 foram contra e nove se abstiveram. Um total de 308 votantes, sem contar os estudantes e funcionários que abarrotavam o auditório na hora da votação. A foto mostra um auditório quase vazio, com pouco mais de 50 professores na platéia. Foto típica de início de assembléia, quando os primeiros que chegam ocupam as cadeiras das pontas das filas, para ficar melhor de sair na hora de escolher os membros do Comando e das Comissões, depois de decretada a greve.

Reparando bem, lá estou eu, sentado na penúltima fila, perto de Xico Passarinho e Mardônio, do Departamento de Psicologia. Em minha frente, não tenho certeza, está o velho Frank Alem concentrado na leitura do Boletim. Bons tempos aqueles. Xico ainda não tinha ido para a Espanha, Mardônio nem pensava em ir para Brasília, Sílvio ainda não tinha avisado sua partida e eu podia usar aquela camisa de listras quadriculadas que hoje passeia no corpo de um parente mais magro. Bons tempo, em que eu ainda não era dinossauro, e o Tavares talvez ainda nem tivesse nascido.

Nostalgias à parte, o que cabe mesmo perguntar é o sentido de uma foto tão antiga vir ilustrar uma matéria tão recente. Será que o jornal não dispunha de um fotógrafo para cobrir um evento cuja importância se revela pelo destaque de capa de caderno? Admitindo a falta do fotógrafo, será que nos arquivos do jornal não existe uma foto recente de uma assembléia de professores que pelo menos identificasse o auditório em que se realizou o evento? Não acredito em nenhuma dessas hipóteses.Prefiro acreditar que se repete o velho vício de querer diminuir frente à opinião pública a importância e a legitimidade da decisão tomada pelos professores em uma das mais concorridas assembléias do Movimento Docente da UFPB.

Não é recente a má vontade dos meios de comunicação da Paraíba com as lutas do nosso Movimento Docente. Ela tem a idade do próprio Movimento. Para ficar ainda no terreno da nostalgia, era com um misto de raiva e perversa admiração que lia o Biu Ramos nos chamar de metalúrgicos de Tambaú, há uns dez anos atrás. Mas ao me deparar com esta foto, para além de tudo o que ela possa me fazer recordar, prevalece o sentimento de indignação perante uma manobra editorial que ilustra, mais que tudo, a gritante falta de ética de um veículo que, supostamente, tem obrigação de informar corretamente os seus leitores. Ao mostrar uma assembléia esvaziada, em franca contradição com o texto logo ali ao lado, o que se revela é a intenção de confundir a opinião pública, ao sugerir que alguns gatos pingados decidiram por uma greve no lugar de uma maioria ausente. Muito mais do que nostalgia, a foto é uma declaração de má-fé.

*Prof. Deptº. Psicologia/CCHLA/UFPB.

NOTA DE REPÚDIO

O Governo Itamar, de forma autoritária, resolve ocupar os prédios e locais de trabalho dos SPFs da Polícia Federal em Brasília e São Paulo, nesta madrugada. Uma ocupação efetivada pelas Forças Armadas extrapolando sua missão constitucional, quando não ocorria nenhuma ameaça à integridade e à segurança no País.

A greve da categoria aguardava o estabelecimento de negociações. A resposta do governo frente às JUSTAS E LEGÍTIMAS reivindicações da categoria, reforçada pela ação coercitiva, só merece por parte dos funcionários e docentes da UFPB TOTAL REPÚDIO. Neste momento conclamamos a população paraibana a se juntar a nós na defesa intransigente da Democracia e do Estado de Direito em nosso país.

J. Pessoa, 11 de maio de 1994

- Comando Local de Greve dos Funcionários da UFPB

- Comando de Greve dos Docentes da UFPB

greve 1994

Boletim

Comando de Greve dos Docentes da UFPB/João Pessoa/PB

FAX Nº 010/CNG/ANDES-SN/94 Brasília, 13 de maio de 1994.

AVALIAÇÃO NACIONAL

Definida dentro de uma perspectiva eleitoreira, fazia parte da lógica da MP. 482 (segunda reedição da MP. 434), estabelecer relações econômicas estáveis, até as eleições, especialmente entre os trabalhadores e os detentores do capital. Recusando-se a qualquer negociação com os trabalhadores, o governo arbitrou aquilo que ele considerava que nos cabia: o congelamento das perdas brutais impostas por um processo inflacionário situado em um patamar superior a 40% ao mês, a extinção de qualquer política salarial e um exercício pobre de redução da inflação, escorado na URV.

Ainda que, até agora, não tenha havido um movimento unificado com a dimensão que o momento exigiria, as greves têm pipocado entre diversas categorias, contrapondo-se aos prejuízos impostos pela MP. Estas relações põem em cheque a intenção do governo de converter uma impostura em um pacto que fosse aceito pela sociedade pelas pretensas vantagens oferecidas. Apresentada pela primeira vez em 27 de fevereiro/94, a MP está prestes a esgotar sua 3ª edição sem conseguir aprovação. Em um ano de eleições quase gerais ela enfrenta o jogo das alianças eleitorais e a avaliação sobre os dividendos que advirão de apoiá-la ou rejeitá-la. Vislumbra-se, ainda, mais uma indefinição quanto à sua aprovação (o governo deseja que seja votada na próxima terça-feira, 17 de maio/94), pois neste final de semana ocorrerá a convenção do PMDB, que definirá o candidato desse partido à presidência da república.

Premido por essas circunstâncias e pelo crescimento da pressão das greves, o governo Itamar reage utilizando-se da intimidação truculenta, mobilizando as forças armadas. Estas ocuparam a sede da polícia federal em várias capitais, interditaram ruas, e, em Brasília, procederam a revistas em carros e à identificação de pessoas. A Marinha ocupou também a alfândega na Bahia e em outros pontos do país. As demonstrações de maior envergadura foram as manobras no Congresso Nacional, com o uso de tanques e helicópteros de combate apoiando e cerco policial sobre as manifestações. Desde o "quebra-quebra" ocorrido em 1984, a capital do país não assistia a esse tipo de intervenção, causando espécie o modo afrontoso como circundaram o Congresso Nacional, sem qualquer necessidade objetiva. No interior daquela Casa os trabalhos transcorriam enquanto o governo pressionava por todas as vias (intui-se que até a militar) para que a MP.482 fosse a votação. Um forte esquema de segurança, interno e externo, obstruía a circulação e o acesso de manifestantes aos parlamentares. Agrupando o movimento dos sem terras, a greve de servidores públicos federais (SPFs) e com a participação de outras categorias de trabalhadores, as mobilizações do Dia Nacional de Lutas convocado pela CUT, em 11 de maio/94, encontraram dificuldades para expressarem-se contra o Plano FHC no interior do Congresso Nacional.

O jornal da TV Globo produziu mais uma montagem de notícias, destacando, até mesmo de forma piegas, todos os reflexos das greves para a população, especialmente no que tange ao setor de transportes - prejuízos no comércio, serviços médicos hospitalares que deixaram de funcionar, dentre outros. Na direção dos sindicatos grevistas, apresentou a CUT. Nas mãos do exército, mostrou a força para impor a ordem... ante a Greve da Polícia Federal. Independentemente deste processo de montagem, a mídia viu-se obrigada a noticiar a força das greves e não consegue obscurecer a grande insatisfação popular com os reflexos do Plano FHC.

O governo Itamar afronta a democracia que

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3501

vimos construindo com muito esforço em nosso país e é necessário que manifestemos nosso mais veemente repúdio a este procedimento. Não podemos aceitar retrocessos na vida política do país, tanto mais quando estamos próximos de um processo eleitoral que poderá propriciar alterações expressivas no quadro político nacional. Além de protestos formais, a melhor resposta que os SPFs podem dar é o fortalecimento de seu movimento, intensificando as ações no Congresso Nacional, em conjunto com as demais entidades sindicais e populares, para exigir a correção dos graves prejuízos que se tenta impor aos servidores e aos trabalhadores em geral, através da aprovação da MP.482.

NEGOCIAÇÕES

A forma como o Ministro Romildo Canhim, da SAF, procedeu em relação à abertura de negociações é ilustrativo de como elas estão sendo inseridas no contexto da votação da MP.482 no Congresso Nacional. Inicialmente acenou para o Comando Nacional Unificado de Greve (CNUG) com a possibilidade de uma mesa de negociações expressiva (SAF, Economia e Planejamento), para o dia 12/maio/94. Em meio a toda movimentação intimidatória ocorrida no dia 11/maio/94, o Ministro nos informou que estava havendo um endurecimento por parte de outros dois ministérios, que resistiam à participação na negociação. Alertou ainda que as medidas de punição aos grevistas iriam se intensificar. A discussão que terminou ocorrendo transcorreu na reunião da comissão de isonomia prevista para aquela data, sendo que a Economia e o Planejamento não compõem essa comissão. Na reunião o Ministro informou que o governo deverá apresentar uma proposta de isonomia até terça-feira e a única perspectiva é a de unificação das tabelas I e II(não afeta os docentes das IFES) e a incorporação da GAE (ou gratificação correspondente nos demais setores, em valor a definir). Quanto a todos os outros parâmetros que relacionamos no FAX-008/CNG/ANDRS-SN, o Ministro ponderou que seria impossível de serem contemplados até terça-feira, 17/maio/94, e que qualquer definição estará subordinada ao Ministério da Fazenda. Uma mesa de negociação com a Economia e o Planejamento, também, só terá possibilidade de ser agendada depois do dia 17/maio/94. As oscilações do governo neste princípio de nogociação estão acompanhando as expectativas que o governo deposita, a cada momento, na votação da MP, que pode ocorrer a partir de terça-feira, 17/maio/94.

Diante destes fatos, os parâmentros e limitações para a negociação permanecem aqueles definidos no FAX-008/CNG/ANDES-SN/94. Reforçamos que nada de concreto foi apresentado até o momento. Desta forma o CNG/ANDES-SN e o CNUG têm definido uma posição de não desenvolver discussões sobre possíveis modificações nas tabelas, antes que o governo apresente alguma proposta concreta. Não desejamos que se instaure um processo de montagem e disputa de tabelas entre as categorias, provocando uma divisão dentro do movimento em torno de meras especulações governamentais. Coerentes com esta diretriz, em nossa participação na comissão de carreira que trabalha no MEC, temos nos posicionado contrariamente à produção de alterações na estrutura de carreira e respectiva malha salarial, até que se negocie com o governo um conjunto de parâmetros palpáveis para a construção da isonomia entre os SPFs.

Companheiros! Este é um momento crucial para nosso movimento. Reafirmamos a necessidade de fortalecimento da nossa greve, para conseguirmos romper com os limites que o Plano FHC tenta impor a nossa negociação.

A GREVE CONTINUA!

QUEREMOS:

1. Reajuste imediato, calculado pelo índice ICV-DIEESE
2. Política salarial com reajuste mensal que reponha integralmente a inflação.
3. Reposição integral das perdas salariais.
4. Pagamento dos passivos trabalhista.
5. Isonomia salarial já.
6. Reintegração de todos os demitidos nas estatais e no serviço público federal.
7. Fim da privatização e da tercerização dos serviços públicos.
8. Melhores condições de trabalho e de atendimento à população.
9. Aprovação do PL de Diretrizes e Plano de Carreira (DPC).
10. Rejeição do PL sobre Seguridade Social, em tramitação no Congresso Nacional.

ADs presentes na reunião do dia 12/05/94
Delegados: ADUA (Jacob), ADUFPel (Carapeto), SINDOCEFET-PR (Oglacir), ADUFES (Josemar), ADUFERPE (Zenilde), ADUFAC (Ivan), ADUFF (Wilma), ADUFPA (Gionave), ADUFOP (Antonio Luiz), ADUFG (Elson), ADUFPB-JP (Iedo), ADUFPB-CG (Donato), ADUFAL (Alice), ADUFPI (Daniel), SEDUFSM (Regina).
Observadores: ADUFS (Bira), ADUFF (Miguel e Sirena), ADUA (Ricardo.
Diretores presentes pela ANDES SN
Márcio, Paulo Rizzo, Américo, Cunha, Luiz Carlos, Maria Adéila e Sofia.

Informes do quadro de greve nas IFES
a) ADs EM GREVE: ADUA (AG 16/05 - Debate: Realidade Brasileira: Impasses e Alternativas, com a presença do candidato da Chapa 1 - ANDES AD), ADUFAC, ADUFPA, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI (AG 17/05), ADUFPB-CG, ADUC, ADUFERPE, ADUFAL (AG 17/05), ADUFG, ADUFMS, ADUFES, ADCEFET-RJ, ADUR-RJ, SINDOCEFET-PR, ADUFPel (AG 17/05), SEDUFSM, ADUFPB-PATOS, ADUFF (AG 16/05), CPAD-AP, ADUFOP, ADUFPB-JP(AG 17/05), ADCEFET-MA, ADUFS (greve por tempo determinado até o dia 23/05 - AG 19/05) - TOTAL = 25
b) ADs favoráveis à greve com data indicativa para adesão: ADUnB (AG 17/05) - TOTAL= 01.
c) ADs favoráveis a greve sem data indicativa para adesão: ADCEFET-MG (estado de greve AG 12/05), ADCAC (estado de greve/discussão pauta específica), ADUFEPE (estado de greve AG 20/05 - Discussão deflagração da greve - envio de delegados ou observador), ADFMTM - TOTAL= 04.
d) ADs sem deliberação: APUBH, APROEFEI, ADOCA, ADUFSCAR (um dia de paralização: 17/05 Reuniões setoriais), SESDUF-RR, ADFUNREI, ADAFA.
TOTAL= 07
e) ADs com deliberação de não adesão à greve: APUB (Comissão de mobilização - AG 12/05). ADUFU, APES-JF(Conselho levará posição de indicativo de greve sem data para a AG 16/05), ASPESAL, APROFURG(estado de mobilização), ASPUV, APUFSC (estado de mobilização), APUFPR (estado de mobilização),ADEPM(AG permanente), ADUFC (estado de mobilização- AG 12/05), ADUFRJ, ADUNI-RIO(comando de mobilização/ato público em defesa da universidade brasileira - AG 19/05), ADURN (AG permanente 16/05), ADUFRGS (estado de mobilização), ASDESAM, ADUFMAT. TOTAL= 16
f) ADs sem informação: ADUNIR. TOTAL = 01

Informes das atividades do dia 12.05.94

1) Reunião na SAF

Presentes: ANDES-SN; FASUBRA; CONDSEF; ASSIBGE; FENASPS; SINDILEGIS. FENAJUFE e CUT Nacional.

Governo Federal: SAF - Ministro Canhim e Wilson Calvo, dirigentes de pessoal dso Ministério Público, Tribunal de Contas, Senado, Judiciário, EMFA (com assessor jurídico).

O Ministro Canhim iniciou a reunião afirmando que até o próximo dia 17 a SAF deverá apresentar uma proposta de isonomia. Em seguida apresentou alguns pontos que devem nortear a proposta: 1) definir destino daqueles servidores que recebem acima do teto. Entretanto, sobre esta questão ainda não há proposta. Disse que no dia 13.05 ocorrerá uma reunião de uma comissão técnica para discutir o assunto; 2) construir uma tabela única, que poderá sair agora ou mais adiante, dependendo das negociações com o Min. da Fazenda (MF); 3) incorporação das gratificações (não precisou qual seria), depende, também das negociações com o MF; 4) promover a hierarquização dos cargos (não sabe como); 5) propor estrutura para tabela de vencimentos, e 6) da uma solução para as questões judiciais.

Após a fala do Ministro, o subsecretário de Recursos Humanos da SAF (Wilson Calvo) destacou: 1) sobre a hierarquização de cargos: não é uma tarefa para ser feita apenas pela SAF. Isto só poderá ser fetio após o dia 17.05 e que deve ser um trabalho coletivo, pois há muitas distorções entre os 3 Poderes; 2) sobre a incorporação das gratificações (GAE, GAL - do Legislativo, GAJ - do Judiciário); a idéia é usar uma delas como parâmetro (a variação hoje é de 157% até 170%). Ressaltou a necessidade de um entendimento prévio entre os 3 Poderes a fim de evitar novas distorções salariais e que seria necessário discutir os prazos de incorporação; 3) sobre as tabelas: deverá ser estudada e resolvida a questão de sobreposições.

A seguir, as entidades cobraram do Ministro uma proposta concreta. O Ministro afirmou que esta, a ser apresentada no dia 17.05, encaminhará a unificação das Tabelas 1 e 2, incorporação de uma das gratificações e, também, alguns prazos para as outras questões.

Questionado sobre a incorporação dos 28% concedido aos militares, o Ministro respondeu que é praticamente impossível definir esta questão no dia 17.05, pois a mesma ainda precisa ser negociada com o MF. Depende, também, do prununciamento da Advocacia Geral da União. A Procuradoria Geral da República já emitiu parecer favorável à incorporação.

Inquirido sobre a constituição de uma mesa para negociar política salarial, o Ministro se posicionou dizendo que a SAF, o MF e o Planejamento já indicaram seus representantes; que a reunião só poderá acontecer após o sia 17/05 e que o governo pensa em proposta de política salarial vinculada à variação da receita (a exemplo do adotado em 1993).

Reunido, na noite do dia 12/05, o CNUG definiu intervir nas próximas reuniões com a SAF no sentido de cobrar avanços na proposta do governo.

- Audiência com o Sen. Humberto Lucena (presidente do Senado Federal)

o CNUG, no final da tarde do dia 12/05, esteve reunido com o Sen. Humberto Lucena onde apresentou as seguintes questões: a) necessidade de efetivação da mesa de negociação entre o governo e os SPFs; b) contestação da ordem de punição aos grevistas por parte dos Ministérios uma vez que isto contradiz a postura do governo em negociar com o movimento; e c) as emendas do movimento sindical para a MP.482, com a solicitação de que seja agendada uma reunião com o Colégio de Líderes dos Partidos Políticos.

O Presidente do Senado mostrou-se receptivo e informou que iria contatar, de imediato, com o Min. Canhim no sentido de se efetivar as negociações iniciadas. Em relação a reunião com o Colégio de Líderes entende que é oportuna mas salientou dificuldades para a sua realização até o dia 17/05.

- . Mandado de Injução sobre a Greve dos SPFs

A Confederação dos Servidores Civis do Brasil (CSPB), entidade que sempre se mostrou contrária aos interesses e a luta dos SPFs, estranhamente entrou com mandado de injunção junto ai STF, questionando se o dispositivo constitucional que trata do direito de greve é ou não auto aplicável no nosso caso. O julgamento marcado para o dia 12/05 foi adiado para o dia 18/05, por falta de quorum.

.- Greve nas Universidades Estaduais Paulistas

Desde fevereiro de 89, quando se definiu a propalada autonomia de gestão financeira dessas universidades, configurou-se uma situação de recursos extremamente limitados para salários e para desenvolvimento das atividades universitárias. Desta forma, apesar de uma política de reajustes mensais de salários, o poder aquisitivo de docentes e funcionários tem sido mantido em patamares aviltantes. Para se ter uma idéia, apenas no período mais negro do governo Collor, é que os salários das universidades estaduais paulistas superaram aqueles das Universidades Federais.

Maio é a data base dos professores e funcionários da Unicamp, Unesp e Usp. A reivindicação do conjunto desses trabalhadores consiste em recuperar os salários correspondentes a maio de 93 pelo índice ICV-DIESSE e mais 20% como recuperação de uma parte de perdas históricas. O Fórum das 6, que agrega os 3 sindicatos de docentes e os 3 sindicatos de funcionários, diante da intransigência do CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas), propôs a deflagração de uma greve a partir do dia 16/05 o que foi referendado nas assembléias dessas entidades.

Os docentes da UNICAMP já estão em greve desde o dia 11/05 e os alunos decretaram greve de solidariedade em uma assembléia com cerca de 1000 presentes. Vários campi da UNESP (Ilha Solteira, Marília, Franca) também já iniciaram a greve.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamentos para as ADs SSIND

a) As ADs SSIND em greve devem fazer presentes no CNG/ANDES SN, enviando seus delegados. As ADs SSIND não em greve devem envidar esforços para enviar observadores para o CNG/ANDES-SN.
b) O CNG/ANDES-SN aprovou o financiamento da vinda de delegados para o CNG de ADs SSIND em greve que apresentam dificuldades financeiras. As ADs SSIND nesta situação devem contatar o CMG/ANDES-SN.
c) Rodada nacional de AGs dia 19/05 para avaliação do movimento.

Encaminhamentos para o CNUG

a) Dia 17 - Dia Nacional de Luta (passeatas, atos públicos, AGs, etc.)
b) Ampliar a inserção na mídia a nível local. Publicação de Nota paga em jornais de BSB denunciando as perdas decorrentes da MP.482, recomendando a reprodução em jornais locais;
c) Usar o conteúdo da mesma nota para contatar os parlamentares federais dos vários partidos políticos a nível local e nacional;
d) Panfletagem com nota sobre a MP.482 e com as propostas do movimento sindical, na Convenção do PMDB (em BSB, 15/05).
e) Pressionar para que ocorra a reunião do Colégio de Líderes e CNUG no dia 17/05, e
f) Reivindicar a presença do Ministro do Trabalho na mesa de negociação.

ERRATA

No FAX 009/ANDES SN/94 no ítem a dos Informes do quadro de greve nas IFES substituir ADUFS por ADUFES.

OPINIÃO

GOLPE E ANTIGOLPE

Jaldes Reis de Meneses*

Os momentos de forte tensão social, no Brasil, geralmente vêm acompanhados pelo espectro do golpe. Não sem razão, visto a arraigada cultura golpista das elites brasileiras e a recente experiência de vinte anos de bonapartismo militar.

Desse modo é que muitos temem que o desenvolvimento do atual surto grevista, no limite, leve o governo Itamar Franco a um processo de **fugimorização**. As imagens dos helicópteros pousando na praça dos Três Poderes, em provocação desnecessária, parece levar a crer que, pelo menos à nível pessoal do Presidente Itamar e de seus acólitos de Juiz de Fora, a veleidade golpista é real e merece ser levada em consideração por qualquer análise política séria.

Contudo, a **remota** possibilidade golpista precisa ser confrontada com dados da realidade brasileira atual.

Em primeiro lugar, o Brasil não é o Peru, este último um país lacerado por anos de confronto armado entre as tropas do governo e os guerrilheiros do **Sendero Luminoso** e uma institucionalidade democrática na UTI. Assim sendo, Fugimori aproveitou a situação de guerra já existente para institucionalizá-la com mecanismos antidemocráticos. Tal ação, reconheçamos, unificou as forças armadas e recebeu a adesão da extenuada classe média local. O caso brasileiro é diverso. Aqui, a ameaça golpista só pode aparecer como **chantagem** de setores das elites contrariadas com o crescimento da candidatura Lula nas pesquisas eleitorais, jamais como resposta a uma demanda política real, uma necessidade que o confronto de classes objetivamente impõe ao comandante do Estado e ao estamento militar. Em resumo, pergunta-se: que forças sociais, políticas e econômicas darão cobertura a uma consolidação golpista no Brasil? O exame da disposição das forças políticas atualmente, não encontra essas forças interessadas na saída golpista, a não ser os três ou quatro aventureiros de sempre. Portanto, embora remotamente possa ser encetado, a encenação golpista tende a se revelar uma farsa de folego curto.

Em segundo lugar, contrariamente a 1964, há uma crise de paradigma nas forças armadas. Embora permanecendo com o vezo autoritário, é bom lembrar que o fim da guerra fria implodiu o dogma básico da doutrina da segurança nacional: a guerra permanente contra o "inimigo comunista". Atualmente, segundo palavras do Brigadeiro Sérgio Ferolla (Comandante da ESG), "a polaridade daquela época desapareceu"(Entrevista à **Teoria e Debate** nº 24, p-2). Desse modo, sem projeto estratégico definido, o **quê** de efetivamente consistente unificaria por algum tempo as forças armadas no Brasil para embarcar numa aventura golpista? Os manifestos do **grupo Guararapes** bradando contra os corruptos do Congresso e o arrocho salarial são simplesmente **reativos e saudosistas**, não imprimem a marca de um discurso com capacidade de exercer hegemonia política.

Por último, vale a pena perguntar: qual o mecanismo político antigolpe mais eficaz? Nesse tipo de debate, em geral se apresentam duas alternativas. A primeira aceita a chantagem e diz que os movimentos sociais devem rebaixar o conteúdo de suas reivindicações e o caráter de massas de suas ações, evitando "cutucar o cão com vara curta". A segunda lembra que golpes expressam uma correlação de forças e, para tanto, requer a adesão ou a neutralidade de forças políticas e sociais. No fundo, trata-se de um jogo em que raramente a soma é zero - a balança quase sempre pende para um lado. Portanto, no lugar de apresentar a rendição antes da hipotética batalha, cabe aos movimentos sociais em luta aprofundar o sentido político de suas reivindicações, denunciando a chantagem golpista e defendendo a democracia.

* *Prof. Depto História/CCHLA/UFPB*

OPINIÃO

GREVE COM TRABALHO - OUTRA FORMA DE MOBILIZAÇÃO.

José de Melo Neto*

Os servidores de universidades federais estão mais uma vez em greve. Foi a resposta que encontraram para o ataque do governo ao ensino público e gratuito e sobretudo à redução de verbas para educação, resvalando nos seus salários. Não está em debate apenas o salário, mesmo que estes também estejam em defasagem resultante da efetivação de políticas públicas entre elas a do Plano FHC. Em universidades estaduais há também um movimento grevista tanto pelos salários congelados quanto em alguns casos por atrasos dos mesmos. Mas um novo ataque se faz à escola pública, em especial à Universidade, quando paulatinamente, se implementa uma política de redução das verbas públicas para educação. Convém lembrar que em 1989, as verbas da educação eram de 4,3% do PIB (Produto Interno bruto); em 1990, 3,9%; em 1991 foi de 3,8%; em 1992 o mesmo índice; em 1993 ainda não se conhece e em 1994, cai ainda mais para o patamar de 2,0% do Produto Interno Bruto.

Esses índices são por demais contundentes para arrancarem um brado de revolta através da greve. Esses índices dizem respeito à queda de salários, e, sobretudo às condições para se poder trabalhar. Os servidores entraram em greve pois o governo os alijou da tabela salarial que outros servidores, como os militares, já tiveram. É esta a marca indelével e antiética no trato com os servidores da educação no setor federal, estadual e municipal. Estes últimos também reagem com a greve. Pouco interessa a discussão de mérito ou não mérito travado pelo Congresso ou pelo justiça em questões educativas. No momento, só interessa a discussão para superação desta discriminação orçamentária, fruto de uma política que persegue uma maioria que não tem educação pública.

Mas, as questões que conduziram à greve vão mais além. Os orçamentos das Universidades, sobretudo as verbas conhecidas como de outros custeios e capital (OCC) também não foram repassadas às mesmas até o momento. Está se falando das verbas de 94, mesmo que se esteja no meio do ano. Universidades há que estão trabalhando com dois orçamentos: verbas de repasse do ano anterior e pequenas parcelas do orçamento do ano em curso. Isto é o mesmo que alimentar alguém com comida suficientemente salgada, e em seguida negar-lhe água e exigir, posteriormente, que o mesmo não tenha sede.

Em que pesem as limitações de comparações, são a Universidade e a educação pública e gratuita que estão sob permanente ameaça. Há quem diga que existe um perfeito plano de "desmonte" da educação nacional: inicia-se pelos discursos governamentais; submissão às deliberações do FMI naquilo que diz respeito à educação do terceiro mundo que se expressa pela cobrança do ensino de 3º grau. Investe-se em seguida na imprensa escrita. Jornais e Revistas de circulação nacional divulgam discursos os mais conservadores e com dados discutíveis contra o ensino público e gratuito. Agora, o governo discrimina nas tabelas salariais, quebrando a isonomia ao nível do executivo, legislativo e judiciário. Retira as verbas das Universidades ou faz seus repasses à conta-gotas, sem correção inflacionária e depois de todos esses vexames, exige da Universidade a produção científica. Esta situação mais se agrava em relação à universidade em regiões periféricas como o Nordeste. Retira-se o leme do navio e cobra-se que ele mantenha a rota. É retirar água de pedra.

Sabe-se também que há problemas políticos na Universidade. Afinal ela não é ilha protegida das atitudes políticas gerais na sociedade. Enquanto muitos aprovam, no seu interior, o Plano FHC por exemplo, e incetiva-o até, o corporativismo permanece arraigado. Além disto há certas políticas populistas que também estão aí presentes. É verdade que há distorções, mas estas podem ser resolvidas. Pensa-se que em situação de greve, existam excelentes oportunidades para servidores docentes e não docentes iniciarem um

necessário pensar sobre a Instituição. Neste tipo de greve ninguém pode estar ausente das atividades programadas. O momento de greve é momento de muito trabalho. Um momento que pode ser aproveitado para também, de forma ética, responder às agressões antiéticas e diretas da política atual para Educação e em especial contra a Universidade Pública.

Este movimento paredista deve encaminhar várias pautas de reivindicações. Não são só as pautas de reivindicações gerais e específicas. Não se pode esquecer que as Reitorias das Instituições também representam poder e a elas é necessário apresentar outra pauta. Uma importante reivindicação aos reitores é aquela sobre dados administrativos da Universidade. Precisa-se conhecer, em detalhe, a Instituição nos aspectos tais como custos anuais de alunos, tanto em graduação como em pós-graduação. A carga horária que é oferecida por curso e por aluno. Uma distribuição dos custos por curso é também necessária. Talvez, as cargas horárias oferecidas e cumpridas em termos de crédito, e ainda, a distribuição de recursos por curso. Precisa-se saber o quadro completo de pessoal da Instituição. Detecta-se, talvez, a existência de servidores que apenas prestam serviço quando se faz necessário o concurso público. Este tipo de reivindicação deve ser encaminhada aos Reitores de cada Instituição. Com isto será mais fácil efetivar-se a gestão democrática necessária, sem que nenhum dirigente tenha que se submeter à comissões de inquéritos, posteriormente.

As reivindicações ao MEC são aquelas já colocadas, sintetizadas nos pontos: vencimentos e proventos, verbas para as IFES, política de pessoal, e direitos sindicais. Mas é preciso salientar que, em relação às verbas de custeio e capital, o MEC deve garantir seu repasse a cada mês do ano em curso. Se alguma correção houver, deve ser no sentido de corrigir a inflação e, sobretudo, os repasses de verbas do 2º semestre de cada ano. Várias dessas reivindicações não constam nas pautas.

Mas as reivindicações não ficam apenas neste patamar. Ela desce ao nível dos docentes. É uma oportunidade ímpar de se pensar a qualidade do trabalho que se está desenvolvendo. O serviço que se oferece à comunidade. Pode-se pensar as formas organizativas mesmo acadêmicas, cujo tempo para discussão ao nível departamental é sempre escasso. Se faz necessário a análise qualitativa do trabalho acadêmico e sobretudo um bom momento para se pensar em avaliação da Universidade. A socialização da produção acadêmica não pode ser esquecida.

E para a organização do movimento, deve-se insistir na manutenção do "lobby" em Brasília como já se fizera em outros momentos e sobretudo agora, quando se vota o orçamento da União e a vida da Educação Nacional que é a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Os alunos devem continuar a ajudar o movimento participando, entre outras atividades, daquelas de fomentar os debates acadêmicos normalmente programados. Os servidores (docentes e não docentes) devem ajudar no trabalho de funcionamento de setores que controlam dados. Não se poderá reivindicar do direito de indivíduo de se estar em greve e não fornecê-los. Como negar-se a prestar informações imprescindíveis ao próprio movimento?

Finalmente, o movimento deve pensar as atividades extra muros da Universidade. Mas não só isto, como trazer e tornar um "vício"a participação do povo na vida da Instituição? Deve-se deixar claro o papel da Universidade para a sociedade. Este é um desafio maior ainda na medida em que todos os servidores, docentes ou não, devem estar comprometidos com respostas éticas, aos ataques antiéticos à educação pública e gratuita. Assim, acredita-se possível a construção de novas formas de greve, uma greve de muita qualidade. A greve cujo caráter político está no conflito das classes, mas cuja atividade básica é pensar o que se está fazendo. É um repensar a pesquisa, o ensino, a extensão, o compromisso, a educação, o país, a política, o homem, a história. Estas não podem ser atividades apenas de comandos de greve. Não devem ser apenas nas épocas de greve. A greve é excelente momento, contudo.

Assim, pensa-se terem maior sentido político as paralizações com mobilizações. Tem-se a superação do entendimento de que a greve é ausência do trabalho. Greve neste setor, passa por um momento especialíssimo para se trabalhar. Uma greve nestes moldes prescinde da atuação de todos. Estas são formas possíveis para maior consistência de continuidade da luta em defesa da Escola Pública e Gratuita e na busca de uma sociedade justa.

* Prof. CE/UFPB

OPINIÃO

DEMOCRACIA NA UFPB: discussão necessária

Derval Golzio*

A indefinição que se abateu sobre os docentes da UFPB tem sido interpretada, por alguns, como sendo prejudicial para o movimento sindical. De fato, uma divisão como a que ocorre atualmente representa problemas para a condução de movimentos reivindicatórios. Ela decorre de um modelo pouco discutido de "perpetuação" de figuras que conduzem tal movimento. Contudo, o processo tem se caracterizado como de uma riqueza de discussão poucas vezes presenciadas na instituição.

A recente entrada e saída da greve nos deu a oportunidade de trazer de volta um assunto que havia sido esquecido desde que o atual reitorado assumiu suas funções na UFPB: a democratização da instituição e a forma de condução de alguns processos. Entre esses processos mais amplamente divulgados pela imprensa está o modelo de vestibular implantado pela administração de Neroaldo Pontes, as relações com outras instituições, a exemplo das polícias militar e civil, que teve o episódio equivocado de encaminhamento por parte da reitoria sobre Lindberg Farias e a efetivação de pontos do programa da chapa vencedora da última eleição (consulta) para reitor.

Mesmo diante de uma divisão explícita, no caso da validade ou não da greve como instrumento de reivindicação, a discussão sobre estes pontos administrativos parecem ser uma necessidade compartilhada por quase totalidade dos docentes da UFPB. De certa forma, esta necessidade de discussão por si só nos indica que a condução administrativa e política da UFPB não está sendo observada como o melhor modelo, ou mesmo omodelo sugerido na carta programa da chapa vencedora da última consulta para reitor da UFPB.

A implantação do ouvidor da UFPB, por exemplo, vem sendo postergada sem que os motivos sejam explicitados. Em um dos boletins confeccionados pela administração pudemos ler claramente que o ouvidor seria fato, o que não aconteceu. Também não aconteceram as explicações devidas. Faltam-nos informações, apesar de a reitoria possuir a melhor equipe de assessores do Estado, integrada por mais de uma dúzia dos melhores jornalistas da Paraíba. Por exemplo, como anda a investigação sobre os seis funcionários que foram colocados na lista dos professores, indevidamente, para que pudessem obter os 84,32% ? para que serviu o censo da UFPB, modelo copiado do Governo do Estado?

Faltam informações e falta humildade por parte da administração para reconhecer os erros cometidos. O caso mais explícito de erro não admitido deu-se com as informações prestadas à Polícia Militar de Segurança, a PM2. E aí não interessa se as informações foram elogiosas. O que está em discussão é o precedente. Não está em jogo o ex-presidente da UNE ser ou não ser aluno da UFPB, mas a informação que não deveria ser prestada. Primeiro porque fere princípios do Direito e depois porque o órgão não tinha competência para solicitar as informações. Se ainda o tivesse, deveria ser negado da mesma forma.

E o vetibular então? Quem não concorda que ele aconteceu de forma equivocada. A começar pelo fato de o vestibular ter acontecido com a reinclusão do peneirão, sob o pretexto de elevar o nível dos ingressos à UFPB. Ora, o peneirão não elimina os vestibulandos lotéricos e os custos que ele proporciona não condizem com o status falimentar da instituição. De forma que a relação custo benefício é inexistente. Pior, é que ele, o vestibular, como aconteceu, só complicou a entrada nos cursos oferecidos. Senão vejamos que o número de alunos que entraram na instituição, mais especificamente no Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, com a primeira opção são apenas três para um total de 50 vagas.

São estas as discussões que estão vindo à tona com a indefinição da entrada ou não na greve por parte dos docentes do Campus I da UFPB. Estas seriam as discussões, além de outras como avaliação docente, que deverão nortear as atividades de greve. Consideramos ser de grande utilidade seminários como o que aconteceu de 4 a 6 de maio: "Projetos Alternativos para o Brasil". Mas, que tal "Projetos Alternativos para a UFPB"? Um não inviabiliza o outro e a necessidade de ambos é inquestionável. Senão, estaremos eternamente a colocar as culpas por inabilidades administrativas em um possível "plano arquitetado pela direita". Discutamos democracia na UFPB, pois ela elimina a exarcebação do maniqueísmo. Este é o melhor proveito que podemos tirar de um possível movimento grevista.

Prof. Depto. Comunicação/CCHLA.

FAX Nº 011/CNG/ANDES-SN/94 Brasília, 14 de maio de 1994.

DO: Comando Nacional de Greve
Para: ADs SSIND Federais

ADs presentes na reunião do dia 15/05/94

Delegados: ADUA (Jacob), ADUFPel (Carapeto), ADUFPB-CG (Donato), SINDOCEFET-PR (Oglair), ADUFES (Josemar), ADUFAL (Alice), ADUFG (Elson), ADUFS (Bira), ADUFPI (Daniel), SEDUFSM (Regina), ADUFAC (Ivan), ADUFPA (Nahylson), ADUFF (Miguel), ADUFERPE (Zenilde) e ADUFPB-JP (Iedo).

Observadores: ADUFF (Sirena) e ADUA (Ricardo).

Diretores presentes pela ANDES SN: Maria Adélia e Américo.

1 - INFORMES DO QUADRO DE GREVE NAS IFES

Sem alteração daquele enviado no Fax nº 010/CNG/ANDES-SN

2 - INFORMES DAS ATIVIDADES DO DIA 13/05/94

2.1 - AUDIÊNCIA NA SAF SOBRE DPC

O Grupo de Trabalho sobre DPC dos SPF's esteve em audiência com os técnicos da SAF para discutir a preparação para a audiência pública (dia 18/05) com a Dep. Maria Laura, relatora do Projeto de Lei nº 4.407. Na audiência esteve presente o assessor parlamentar que participou na elaboração do substitutivo da relatora.

Foi solicitado ao assessor parlamentar, tanto pelo GT como pela SAF, que ele justificasse as modificações ao Projeto de Lei constantes do substitutivo da relatora, pois, numa análise preliminar, o GT dos SPF's e os técnicos da SAF consideraram que o mesmo altera substancialmente o Projeto de DPC aprovado em Plenária dos SPF's e acordado com a SAF.

Ao final da audiência a SAF reafirmou sua posição de defender na audiência pública (dia 18/05) o Projeto de Lei que já está tramitando no Congresso Nacional e que foi acordado com as entidades sindicais.

Obs.: o substitutivo da Dep. Maria Laura está sendo enviado no dia de hoje (14/05) para o GT Carreira para análise.

2.2 - COMISSÃO DE ISONOMIA NA SAF

A Comissão de isonomia da SAF tem que apresentar proposta até o dia 17/05 quando completa o prazo de 90 dias contado desde sua constituição.

Tendo retomado seus trabalhos em 12/05, a Comissão trabalhou todo o dia 13 sem a presença do Ministro Canhim. A perspectiva é que, acordada uma proposta, seja editada uma Medida Provisória.

Da reunião de 12/05 ficou acertado que a MP trataria de propostas para a implantação e da definição de balizadores para a continuidade dos trabalhos da Comissão com a fixação de um prazo para a conclusão da segunda etapa.

Para o imediato verificou-se a possibilidade de unificação das tabelas I e II (a tabela dos docentes já é referenciada na tabela I), a extensão dos 28,86% (de janeiro de 92) aos servidores que ainda não o receberam (executivo). Quanto à incorporação da GAE, os

representantes do governo manifestaram que não se daria de imediato em função da repercussão financeira e porque isso implicaria em reestudo das demais gratificações, necessitando de mais tempo.

Para a etapa seguinte ficaria a definição da matriz isonômica de remuneração, hierarquização dos cargos, incorporação da GAE e redefinição das demais gratificações.

Os representantes dos SPF's defenderam para o imediato a unificação da GAE pelo maior valor (170%).

A reunião de 13/05 ateve-se a discussão do imediato e terminou diante de um problema. Não se conseguia definir fórmula que garantisse estender os 28,86% para os que ainda não o receberam sem que o legislativo e judiciário ganhassem mais uma vez o mesmo ganho.

Em função dos problemas verificados, com a isonomia e o DPC, haverá audiência com o Ministro da SAF hoje (14/05), às 16:00 horas.

3 - INFORME AVALIATIVO DAS ATIVIDADES DO DIA 14/05/94

3.1 - Audiência na SAF

Presentes: SPF's: ANDES SN, FASUBRA, CONDSEF, ASSIBGE, FENASPS, FENAJUFE, SINASEFE, SINDIFISCO, CUT

SAF: Min. Canhim, Wilson Calvo e Luiz Gonzaga.

OUTROS: EMFA.

O Ministro iniciou a reunião discutindo a questão do DPC. Afirmou que o Projeto de Lei deverá ser aprovado durante este mês. Caso não ocorra este mês corre-se o risco de não se ter mais sua aprovação neste período legislativo. Sobre o DPC, colocou que está preocupado visto que o substitutivo da relatora Dep. Maria Laura altera substancialmente o Projeto acordado entre a SAF e as Entidades. Mencionou, mais uma vez, sua preocupação quanto ao poder de determinados indivíduos, como o sr. Sabino, Diretor Geral da Câmara dos Deputados) que qualificou como o todo-poderoso da Câmara dos Deputados e que segundo ele pode impedir a aprovação do PL. Neste sentido, reafirmou que estará defendendo o PL acordado pelas Entidades e a SAF.

Após esta questão passou-se a discutir a proposta de isonomia que deverá ser apresentada no próximo dia 17/05. O Min. explicitou que a MP tratará de passos que devem ser seguidos para se atingir a isonomia. Os passos devem ser os seguintes: a) unificar as tabelas I e II (vale a maior); b) extensão dos 28,86% para aqueles que não o receberam; c) incorporação das gratificações; d) tratamento das vantagens pessoais, e e)elaboração de matriz isonômica. No momento entende, o Ministro, que é possível priorizar os dois primeiros pontos.

Pressionado sobre a definição de prazos, afirmou que por sua vontade este já ocorreria a partir de 1º de junho, mas tudo depende do Min. da Fazenda. Mais uma vez, o Ministro Canhim não estabeleceu prazos. Afirmou, também, que a disposição é chegar a isonomia sim, mas sem que ocorra emissão monetária e déficit público.

A representação das Entidades presentes reafirmou, com ênfase, a necessidade de estabelecimento de isonomia já.

Quando solicitado a discutir as questões da greve dos SPF's, disse que a reunião naquele momento não era para tal pauta. Entretanto, essa mesa de negociação poderia ser agendada, já que até mesmo o Pres. Itamar havia encaminhado neste sentido. Obs.: Informalmente, após o término da audiência, o Min. reconheceu a necessidade de se agendar reunião específica para tratar da greve dos SPF's.

Finalmente, ficou agendada nova reunião da Comissão de isonomia na SAF para dia 16/05, às 17:00 horas.

Companheiros: chamamos a atenção para os seguintes pontos: a) nesta última audiência o governo definiu, através da SAF, os itens de prioridade para o estabelecimento da isonomia; b) o estabelecimento dos prazos depende, contudo, das disponibilidades orçamentárias; c) para concretizar esta medida a SAF não dispõe ainda dos dados do Tesouro e, por conseguinte, do acerto da reunião interministerial (SAF, Min. Fazenda e Planejamento).

Diante das declarações do Ministro, de que não teria como dar respostas imediatas aos pleitos dos SPF's, o CNUG/SPF's irá proceder uma avaliação mais aprofundada no próximo dia 16/05, às 14:00 horas, antecedendo a reunião da Comissão de isonomia na SAF.

Concluindo, reafirmamos a necessidade de fortalecer a nossa greve, jogando força no DIA NACIONAL DE LUTA contra a MP 482, através da presença significativa de delegados e observadores das ADs SSIND em Brasília para as atividades previstas pelo CNG/ANDES SN e CNUG/SPF's nos próximos dias.

4 - ENCAMINHAMENTOS

4.1 - PARA O CNG/ANDES-SN

a) Participar da reunião do GT DPC SPF's, dia 16/05 às 10:00 horas.
b) Participar da reunião do CNUG, dia 16/05 às 14:00 horas
c) Participar da reunião da SAF, dia 16/05 às 17:00 horas.
d) Panfletagem no Congresso Nacional e aeroporto, contra a MP 482.

5 - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO DE GREVE

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS REPASSES

ADs SSIND	27/04 - 04/05	04/05 - 11/05	11/05 - 18/05
ADAFA	sem informação	sem informação	sem informação
ADCEFET-MG	sem informação	sem informação	sem informação
ADCEFET-RJ	sem informação	sem informação	sem informação
ADEPM	sem informação	sem informação	sem informação
ADFCAP	sem informação	sem informação	sem informação
ADFMTM	sem informação	sem informação	sem informação
ADFUNREI	sem informação	sem informação	sem informação
ADOCA	sem informação	sem informação	sem informação
ADUA	Pago	Pago	sem informação
ADUC	Pago	sem informação	sem informação
ADUFAC	Pago	Pago	sem informação
ADUFAL	sem informação	sem informação	sem informação
ADUFC	sem informação	sem informação	sem informação
ADUFEPE	sem informação	sem informação	sem informação
ADUFERPE	sem informação	sem informação	sem informação
ADUFES	Pago	Pago	sem informação
ADUFF	Pago	Pago	Sem informação
ADUFG	Pago	Pago	Sem informação
ADUFMAT	sem informação	sem informação	sem informação
ADUFMS	Pago	sem informação	sem informação
ADUFOP	Pago	Pago	sem informação

ADUFPA	Pago	Pago	sem informação
ADUFPB-CG	sem informação	sem informação	sem informação
ADUFPB-JP	sem informação	sem informação	sem informação
ADUFPB-PATOS	Pago	sem informação	sem informação
ADUFPel	Pago	Pago	Pago
ADUFPI	Pago	sem informação	sem informação
ADUFRJ	sem informação	sem informação	sem informação
ADUFS	Pago	sem informação	sem informação
ADUFSCar	sem informação	sem informação	sem informação
ADUFU	sem informação	sem informação	sem informação
ADUNIRIO	sem informação	sem informação	sem informação
ADUNIR	sem informação	sem informação	sem informação
ADUR-RJ	sem informação	sem informação	sem informação
ADURN	Pago	Pago	sem informação
ADUNB	Pago	Pago	sem informação
APES-JF	sem informação	sem informação	sem informação
APROEFEI	sem informação	sem informação	sem informação
APROFURG	Pago	Pago	sem informação
APRUMA	sem informação	sem informação	sem informação
APUB	sem informação	sem informação	sem informação
APUBH	Pago	Pago	sem informação
APUFPR	sem informação	sem informação	sem informação
APUFSC	sem informação	sem informação	sem informação
ASDESAM	Pago	Pago	sem informação
ASPESAL	sem informação	sem informação	sem informação
ASPUV	sem informação	sem informação	sem informação
SEDUFSM	sem informação	sem informação	sem informação
SINDOCEFET-PR	sem informação	sem informação	sem informação
ADUFRGS	sem informação	sem informação	sem informação

PERDAS COM O NOVO PLANO*

Primeira: inflação de janeiro e fevereiro
Exemplo: Professor AUX I, 20 horas, no mês de janeiro (mês onde as perdas são minimizadas):
Salário nominal (em 01/01)..... 154,30 URVs
Salário real (na data do recebimento) 112,21 URVs
Salário atual (com o Plano FHC)..... 81,00 URVs
Segunda: inflação em URV - prevista em aproximadamente 30% até junho (segunda a consultoria internacional Price Waterhouse - JB 20/04)
Terceira: inflação da última dezena antes da adoção do Real.
Quarta: inflação em Real.

NÃO CAIA NO "REAL"!

**Extraído do Doc. "Um exemplo sobre as perdas..." produzido pela ADUFF/SSind*

AGENDA DE ATIVIDADES DE GREVE

DIA	HORA	LOCAL	ATIVIDADE
17/5	9:00	Aud. Reitoria	**ASSEMBLÉIA GERAL**
18/5	9:00	Aud. do CCS	Reunião dos Professores do CCS
19/5	9:00	Aud. do CCS	Debate: **"Aposentadoria na Revisão Constitucional"**
19/5	9:00	Aud. Reitoria	Debate: **"Plano FHC e os SPFs".** Prof. Polari e convidados.
20/5	9:00	Aud. do CCS	Debate: **"Neoliberalismo e desigualdade em Saúde"**

greve 1994

Boletim

Comando de Greve dos Docentes da UFPB/João Pessoa/PB

4

20.05.94
sexta-feira

FAX Nº 012/CNG/ANDES-SN/94 Brasília, 17 de maio de 1994.

Do: Comando Nacional de Greve
Para: ADs SSIND Federais

ADs SSIND presentes na reunião do CNG/ANDES SN do dia 16/05/94

Delegados: ADUA(Jacob); ADUFPel (Carapeto); SINDOCEFET-PR (Oglacir); ADUFF (Miguel); ADUFPI (Daniel); ADUFPA (Nahylson); ADUFERPE (Zenilde); ADUFMS (Wilson); ADUFES (Josemar); ADUFS (Bira); SEDUFSM (Regina); ADUFG (Marly); ADUFAC (Ivan); ADUFPB-JP (Iedo) e ADUFOP (Antonio).

Observadores: ADUFPB-JP (Tek); ADUFF (Sirena e Margarida); ADUA (Ricardo) e ADUFOP (Hernani).

Diretores presentes pela ANDES SN: Márcio, Américo e Anamaria Beck.

---

1 - INFORMES DO QUADRO DE GREVE NAS IFES

a) ADs SSIND em greve: ADUA (AG 19/05), ADUFAC, ADUFPA, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFPB-CG, ADUC, ADUFERPE (AG 18/05), ADUFAL, ADUFG, ADUFMS, ADUFES, ADCEFET-RJ, ADUR-RJ, SINDOCEFET-PR, ADUFPel (AG 18/05), SEDUFSM, ADUFPB-PATOS, ADUFF (AG 19/05), ADUFPB-JP, ADUFOP, ADCEFET-MA; ADUFS (greve por tempo determinado até 23/05) e CPAD-AP. **TOTAL: 25**

b) ADs SSIND favoráveis à greve com data indicativa para adesão: ADUnB (AG 17/05). **TOTAL: 01**

c) ADs SSIND favoráveis à greve sem data indicativa de adesão: ADCEFET-MG, ADCAC, ADUFEPE (AG 20/05), ADFMTM. **TOTAL: 04**

d) ADs SSIND sem deliberação: APUBH, APROEFEI, ADOCA, ADUFSCar (paralisação em 17/05), SESDUF-RR, ADFUNREI, ADAFA. **TOTAL: 07**

e) ADs SSIND com deliberação de não adesão à greve: APUB, ADUFU, APES JF, ASPESAL, APROFURG, ASPUV, APUFSC, APUFPR, ADEPM, ADUFC, ADUFRJ, ADUNIRIO, ADURN, ADUFRGS, ASDESAM e ADUFMAT. **TOTAL: 16**

f) ADs SSIND sem informação: ADUNIR. **TOTAL: 01**

---

2 - INFORMES SOBRE DPC

O GT DPC/SPF's está reunido na manhã de hoje (17/05) e vai discutir uma posição unitária em relação ao relatório da Dep. Maria Laura sobre o PL 4407/94. No dia 18/05 (4ª feira), às 15:00 horas, haverá audiência pública na Câmara dos Deputados com a presença do Min. Canhim para tratar do referido relatório.

---

3 - NEGOCIAÇÃO SOBRE ISONOMIA NA SAF

Presentes: SAF - Wilson Calvo e suporte técnico; EMFA - representante do Gal. Márcio; Representante Técnico do Legislativo e Judiciário.

CNUG - representantes das entidades que compõem o Comando de Greve, tendo ido, pela ANDES/SN, o Diretor Américo Kerr.

Esta reunião tinha por objetivo redigir uma Medida Provisória (MP) a ser encaminhada ao Presidente da República como proposta para implementação da Isonomia Salarial no âmbito dos servidores públicos federais dos três poderes. Trata-se do relatório final da Comissão sobre Isonomia que estava trabalhando na SAF e cujo trabalho estava previsto para se encerrar em 17/maio/94. Em função da greve dos servidores, nestes últimos dias, esta comissão passou a contar com a presença de um representante de cada entidade componente do CNUG e a ser também um espaço onde estão se desenvolvendo negociações sobre a implantação imediata e a médio prazo de algumas medidas para a Isonomia que representem ganho salarial para os servidores.

Os cinco pontos que já foram acordados com a SAF desde a reunião que houve no sábado (FAX-011/CNG/ANDES-SN), são: 1- Unificação da Tabela II com a I (não representa ganho para os docentes das IFES); 2- Extensão dos 28,86% para todos que ainda não receberam (concedido ao topo da carreira militar em fev/93 e estendido uniformemente no Legislativo e Judiciário); 3- Unificação da GAE e gratificações correlatas e posterior incorporação (totalizar 170%); 4- Ajustar as vantagens pessoais; 5- Definir a malha isonômica entre os três poderes. Como já dissemos, os dois primeiros pontos são aqueles que contam com uma possibilidade de implantação rápida mas, qualquer um deles, nas palavras do Ministro (referendadas na reunião pelo Wilson Calvo) dependem de caber dentro do que está orçado para pessoal neste ano ou de uma disponibilidade extraordinária, fruto de uma arrecadação adicional do tesouro.

Nesta reunião a SAF apresentou um quadro com a consolidação das despesas de pessoal e uma estimativa do acréscimo que seria introduzido com a implantação dos itens 1 e 2, acima:

a despesa de pessoal foi: jan/94 = US$2,92 bi; fev/94 = US$1,74 bi; mar/94 = US$1,65 bi;

os acréscimos - Tabela-II para I = US$82,8 milhões; Extensão dos 28,86% = US$145,8 milhões(civis) + US$80,0 (militares);

TOTAL = US$308 milhões.

Apresentamos na mesa, ainda, a informação contida em documento da Receita Federal e que aponta um excedente de arrecadação, neste primeiro trimestre do ano, de US$1,2 bi ao mês. Diante destes cálculos fica patente que seria perfeitamente aceitável implementar estas medidas, até mesmo respeitando-se as prioridades políticas sob as quais o governo montou sua proposta orçamentária.

De qualquer modo, a implantação de qualquer uma destas propostas estará subordinada à uma negociação com a Fazenda e Planejamento, na qual deverá ser comprovada uma disponibilidade de caixa. Seria um modelo de negociação análogo àquele onde foi determinado o reajuste de jan/94 (192%).

A reunião com estes dois outros ministérios foi agendada para quinta-feira, 19/maio/94, às 17 horas, na SAF.

A redação da proposta de MP foi transferida para hoje, 17/maio/94, devendo ser concluída até o final da tarde. Será parte de um relatório, subordinando-se as datas de implantação de cada um dos itens a uma reunião com a área econômica do governo. Nossa proposta é que os dois primeiros itens sejam adotados a partir da folha de maio e cremos que, se for bem conduzida, a reunião de negociação da quinta-feira irá demonstrar, como já prenunciamos, a existência de disponibilidade de caixa.

A avaliação que temos no CNUG e no Comando de Greve da ANDES-SN, é de que o governo somente se verá pressionado a atender estes pontos, e logo, se houver um aumento das mobilizações ao longo desta semana, especialmente em torno destas negociações. Consideramos também, como já vimos analisando, que é indispensável manter

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

a pressão contra a MP.482, em seu formato atual, pois ela constitui-se em um entrave legal de fundo, quanto a possibilidade de recuperarmos perdas e contarmos com uma política salarial que proteja o poder aquisitivo de nossos salários.

Companheiros!

Nossas negociações e o combate aos prejuízos impostos pela MP.482 dependem de você para avançar. Construa a mobilização! Envie representante ou observador para o Comando de Greve em Brasília, para implementarmos nossas ações de pressão sobre o governo e Congresso Nacional. Organizem ações de protesto em suas cidades, em conjunto com outros setores dos SPFs.

A GREVE CONTINUA!
É HORA DE PÔR O BLOCO NA RUA!

---

4 - <u>ATIVIDADES DO DIA 17/05</u>

a) Contato com Deputados e Senadores no aeroporto de BsB. Pressão pela não aprovação da MP 482.

b) Panfletagem no Congresso Nacional contra a MP 482

c) Reunião do GT DPC/SPFs, às 09.00 horas.

d) Reunião CNUG, às 13:30 horas.

e) Reunião SAF/CNUG para fechamento da proposta de MP/Isonomia, às 17:00 horas.

---

5 - <u>ENCAMINHAMENTOS</u>

a) CNG/ANDES SN irá propor em reunião do CNUG/SPF's uma Plenária dos SPF's para o dia 23/05.

b) ADs SSIND devem se manifestar repúdio, através de telegramas, moções, etc., perante a Reitoria da UFERPE a respeito das atitudes autoritárias do pró reitor acadêmico daquela IFES. ANDES SN está enviando informações mais detalhadas a respeito deste assunto.

c) Reiteramos que as ADs SSIND, em greve ou não, devem envidar esforços para participarem efetivamente do CNG/ANDE SN.

A LUTA CONTINUA!
TODOS CONTRA A MP.482!

HOJE TEMOS 06 ADS REALIZANDO AG's.

Comando Local Greve

NOTA DE REPÚDIO

Nós, integrantes do Comando de Greve da UFPB, Campus I (João Pessoa/PB), eleitos democraticamente pelo conjunto da categoria, vimos por meio deste repudiar o comportamento do Superintendente do INSS, Telmano Japiassu, que após entendimentos com parlamentares e sindicalistas, no dia 17.05, comprometeu-se a não convocar a tropa de choque da PM e a não colocar falta não justificada nos grevistas do órgão (direito que está assegurado na Constituição) continua a colocar, através de códigos, falta nos trabalhadores do órgão que integram o movimento de paralisação das atividades.

O Comando de Greve dos Docentes da UFPB/JP reitera a solidariedade aos colegas funcionários do INSS, que ora lutam pela manutenção do poder de seus salários ameaçado pelo Plano que cria a URV e estabelece prazo para a implantação do Real (nova moeda) e solicita o cumprimento da palavra empenhada em negociação com parlamentares e sindicalistas no dia 17.05, na sede do INSS.

João Pessoa, 18 de maio de 1994.
Comando de Greve dos Docentes da UFPB/JP

ATIVIDADES DE GREVE

SEGUNDA FEIRA (23.05)
DEBATE: *"NEOLIBERALISMO, DESIGUALDADE E SAÚDE"*
9:00 HORAS, AUD. CCS

TERÇA-FEIRA (24.05)
PLENÁRIA ESTADUAL DOS SPFS
15:00 HORAS, AUD. INAMPS

QUARTA-FEIRA (25.05)
DEBATE: *"UNIVERSIDADE E SOCIEDADE"*
9:00 HORAS - AUD. REITORIA
CONVIDADOS: PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO DA UFPB; OAB; SEBRAE E OUTRAS ENTIDADES.

HOJE (20.05.94) ASSEMBLÉIA GERAL AUD. CT - 9:00H

PERDAS COM O NOVO PLANO*

Primeira: inflação de janeiro e fevereiro
Exemplo: Professor AUX I, 20 horas, no mês de janeiro (mês onde as perdas são minimizadas):
Salário nominal
(em 01/01) ..... 154,30 URVs
Salário real
(na data do recebimento) ... 112,21 URVs
Salário atual
(com o Plano FHC) ..... 81,00 URVs
Segunda: inflação em URV - prevista em aproximadamente 30% até junho (segunda a consultoria internacional Price Waterhouse - JB 20/04);
Terceira: inflação da última dezena antes da adoção do Real;
Quarta: inflação em Real.

NÃO CAIA NO "REAL"!

**Extraído do Doc. "Um exemplo sobre as perdas..." produzido pela ADUFF/SSind*

EDITORIAL

A presente conjuntura coloca para o movimento de greve dos SPFs elementos extremamente importantes para a definição de seus rumos.

A tarefa que o Comando Local de Greve (CLG) propõe para essa Assembléia é o aprofundamento desses elementos, alguns dos quais elencamos a seguir, para podermos, mais uma vez, a partir de uma avaliação criteriosa, definirmos nossos encaminhamentos de modo consistente. Apenas esse procedimento poderá assegurar uma continuidade bem sucedida de nossa greve.

Entre os pontos que gostaríamos de chamar a categoria à reflexão coloca-se, sem dúvida, o de estabelecer o efeito da aprovação da MP 482 na disposição de negociar do governo. Nessa mesma perspectiva, qual o significado do apelo do Ministro Canhim para que as entidades subsidiem a SAF com argumentos? Nesse contexto, qual a influência exercida pelas pesquisas de opinião - a respeito do plano, sobre as eleições - nas ações a serem desenvolvidas pelo governo?

No momento da redação deste texto ainda não dispúnhamos de informações suficientes que pudessem indicar-nos uma direção inequívoca para responder tais questões. Esperamos que ao iniciar a Assembléia Geral já as tenhamos e possamos, desse modo, deliberarmos de maneira segura os melhores caminhos para o nosso movimento.

Afinal de contas, a elaboração de hipóteses e o teste de sua aplicabilidade ao mundo real fazem parte da construção do conhecimento, constituinte fundamental daquilo que entendemos como o fazer profissional docente.

João Pessoa, 19 de maio de 1994, às 18:00h.

Comando Local de Greve

FAX Nº 014CNG/ANDES-SN/94 Brasília, 19 de maio de 1994.

Do: Comando Nacional de Greve
Para: AD's SSIND Federais

AD's SSIND presentes na reunião do CNG/ANDES SN do dia 18/05/94

Delegados: ADUA (Jacob), ADUFPel (Carapeto), SINDOCEFET-PR (Oglacir), ADUFF (Miguel), ADUFPI (Daniel), ADUFPA (Nahylson), ADUFERPE (Zenilde), ADUFMS (Wilson), ADUFS (Bira), SEDUFSM (Regina), , ADUFPB-JP (Iedo), ADUFOP (Hernani), ADUFPB-CG (Donato), ADUNB (Julia), ADUR-RJ (Miguel), ADUFAL (Alice).

Observação: Incluir no Fax 012/CNG-ANDES-SN o nome do companheiro Donato como delegado da ADUFPB-CG

Observadores: ADUFPB-JP (Tek), ADUFF (Sirena e Margarida), ADUA (Ricardo), ADUFPEL (Rigo)

Diretores presentes pela ANDES-SN: Márcio, Agamenon, Anne Beck, Cunha.

1 - INFORMES DO QUADRO DE GREVE NAS IFES

a) AD's SSIND em greve: ADUA (AG 19/05), ADUFPel , SINDOCEFET-PR, ADUFF (AG 19/05), ADUFPI, ADUFPA, ADUFERPE , ADUFMS, ADUFES, ADUFS (Greve até 23/05), SEDUFSM, ADUFG, ADUFAC, ADUFPB-JP, ADUFOP (19/05), ADUFPB-CG (AG 25/05), ADUNB (Greve até 19/05; AG 23/05), ADUR-RJ, ADUFAL, ADFCAP, APRUMA, ADUC, ADCEFET-RJ, ADUFPB-Patos, ADCEFET-MA, CPAD-AP. Total: 26

b) AD's SSIND favoráveis à greve com data indicativa para adesão: ADUFU (20/05). Total 1.

c) AD's SSIND favoráveis à greve sem data indicativa para a adesão: ADCEFET-MG, ADCAC, ADUFEPE (AG 20/05), ADFMTM . Total 4.

d) AD's SSIND sem deliberação: APUBH, APROEFEL, ADOCA, SESDUF-RR, ADFUNREI, ADAFA, APES-JF. Total 7.

e) AD's SSIND com deliberação de não adesão à greve: APUB, ASPESAL, APROFURG, ASPUV, APUFSC, APUFPR, ADEPM, ADUFC, ADUFRJ, ADUNIRIO, ADURN, ADUFRGS, ASDESAM, ADUFMAT, ADUFSCar (Indicativo de greve por isonomia 25/05), ADUNIR (apoio sem adesão, por problemas locais). Total 16.

2 - ATIVIDADES DO DIA 18/05/94

2.1 - Reunião dos líderes sindicais com o líder do governo e representantes da área econômica (15:00 h)

Estavam presentes nessa reunião a CUT, CGT, F. Sindical, CNUG/SPF's e ANDES-SN, Lideranças do PMDB e do Governo e pela área econômica, Edmar Bacha. Constatou-se, como previsto, o caráter intransigente do governo quanto a não alteração da MP 482 e a disposição de colocá-la à votação, na ordem do dia.

2.2 - Reunião da Comissão de Isonomia

A comissão se reuniu e finalizou a proposta de isonomia com o compromisso da SAF de encaminhá-la à área econômica do governo. Em audiência, o Ministro Canhim recomendou, em função da resistência da área econômica, que as entidades representadas na comissão levantassem dados demonstrando a disponibilidade de recursos para a implementação da proposta. Hoje, 19/05, está confirmada a reunião do Ministro Canhim com a área econômica, pela manhã, e à tarde a Mesa que reunirá representantes da SAF, Planejamento, Fazenda e EMFA com o CNUG/SPF's, onde serão, afinal, deliberados a viabilidade da proposta e seus os prazos de implementação.

2.3 - Audiência Pública sobre DPC - PL 4407/94

Como resultado da audiência realizada dia 19/05, foi agendada outra reunião para 20/05, às 15 horas, com as partes interessadas na discussão do DPC entre os SPFs, relatora Deputada Maria Laura e representação da SAF para uma, possível, redação final do PL, para que, num curto prazo, seja levado à votação.

- Reunião no MEC - Carreira/ Isonomia. Presentes pela ANDES-SN: Cunha e Agamenon.

Reuniram-se com a SESU/MEC representantes da ANDES-SN, ANDIFES, SINASEFE. O assunto em pauta restringiu-se à análise dos possíveis reflexos sobre a tabela salarial dos docentes que ocorrerão com a fusão da tabelas I e II dos SPF's, no processo de discussão da isonomia com a SAF. O atual "teto" da tabela I (idêntico ao de professor titular graduado 40 h), é 380,14 URVs e o "piso" da mesma tabela (NSDI) é de 177,36. O "piso" atual da tabela docente (professor auxiliar I 40 h) é 162.00 URVs. Com a possível fusão das tabelas I e II passaríamos a ter "tetos" iguais entre docentes e servidores (380,14 URVs) e "pisos" diferentes (docentes 162,00 URVs e servidores 177,36 URVs). A SESU/MEC nos comunicou o posicionamento do Ministério de levar à SAF a alteração necessária para 177,36 URVs (professor auxiliar I 40 h), o que implicará num "teto" de 416,15 URVs (professor titular graduado 40 h). Esta possível alteração do "teto" ocorreria porque a atual estrutura da nossa tabela salaria seria mantida (steps constantes intra e inter-classes).

3 - UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

O movimento dos professoreees e funcionários da Unesp, Unicamp e Usp tem respondido firmemente à intransigência do CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas).

Na Unicamp, a paralização é da ordem de 90 a 95%, a Unesp está praticamenta paralisada e na USP temos a mais ampla greve dos últimos anos.

Funcionários e professores reivindicam uma reposição salarial de 20% em termos reais, o que elevaria o salário de um doutor em RDIDP para pouco mais de 1400 URV's.

Amanhã (20/05, 11:00 h) está prevista reunião com o CRUESP e o Fórum da seis (Sindicatos que representam professores e funcionários) convoca todos para um Ato na Secretaria de Ciência e Tecnologia (local da reunião).

4 - RESPOSTA DO CNG/ANDES-SN À ADUFSCar SSIND

O Comando Nacional de Greve dos docentes das IFES reunido em 17/05/94, em atenção ao Comunicado ADUFSCAR SSIND 15/94, por unanimidade, posicionou-se contrariamente à realização de Reunião do Setor dos docentes das IFES nos dias 20 e 21 do corrente mês.

Nossa deliberação baseou-se no fato de que nos encontramos em greve nacional dos Servidores Públicos Federais. Neste momento, junto ao Governo Federal discutimos, na SAF e no MEC, Isonomia e Carreira, respectivamente. No Congresso Nacional envidamos todos os esforços pela não aprovação da MP 482 tanto na forma proposta pelo governo, como na formulação do Projeto de Conversão aprovado na Comissão Mista. Num trabalho conjunto com as demais categorias dos SPF's procuramos que sejam contempladas as emendas oriundas do movimento sindical.

Desta forma, entendemos que a discussão da atual greve e da isonomia entre os três poderes da República é realizada cotidianamente no interior do CNG/ANDES SN e baliza a intervenção de nosso Sindicato no Comando Nacional Unificado de Greve dos SPF's.

Finalizando, conclamamos, os companheiros da ADUFSCar SSIND, os companheiros de todas ADs SSIND federais, em greve ou não, a reforçarem os trabalhos efetivados pelo CNG/ANDES SN, contribuindo para a qualificação e unificação das análises oriundas de nossos debates, fortalecendo não só o movimento grevista dos docentes das IFES como o próprio movimento nacional dos SPF's.

5 - ANÁLISE DE CONJUNTURA E A GREVE DOS SPF's

Em função da demora na definição do quadro conjuntural criado pela votação e aprovação da MP 482, não foi possível incluir neste fax a necessária avaliação de conjuntura. O CNG/ANDES-SN reuniu-se na manhã de hoje (19/05) para efetivar esta avaliação que tão logo concluída será enviada às AD's em novo fax.

JORNAL DO BRASIL 17.05.94 OPIN

O sapo e a estrela

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES *

Aos partidos que apóiam o governo no Congresso foi pedido pela 3ª vez que aprovem a MP que introduz de forma definitiva a URV (já conhecida) e o real (ainda por conhecer), com algumas novidades adicionais. A mais significativa é o fato de que o salário convertido obrigatoriamente em URV só possa ser corrigido, na data-base, um ano após a sua vigência. Que essa disposição também seja mandatória, enquanto os preços continuam livres, agora e depois do real, é uma grande iniqüidade social, que pretende manter o arrocho salarial como a verdadeira "âncora" do real.

A liberdade de imprensa do atual período permite-nos saber que, não conseguindo calar a boca da oposição e nem mesmo de alguns deputados do PSDB e PMDB que talvez por ainda se considerarem "autênticos" ousaram protestar, o governo e seus assessores econômicos e políticos tentam comprar a adesão dos 100 deputados da "bancada rural" na base do "é dando que se recebe", para ver aprovada a sua MP.

Os economistas do governo prosseguem cheios de "boas intenções" o seu experimento tecnocrático de acabar com "a memória inflacionária". Não importa que estejam apenas conseguindo cuidar de 5% da população, a cúpula da "Bélgica", como dizia antigamente o prof. Edmar Bacha.

O professor está hoje convertido à tarefa inglória de maquilar o orçamento para escamotear os juros selvagens da dívida interna e os novos juros da dívida externa. Cortou os gastos com saúde, estradas, saneamento, energia, telecomunicações e vai ser obrigado a esterilizar os recursos do chamado "Fundo Social de Emergência", mandando os pobres da nossa "Índia" para o inferno que, como se sabe, é um lugar pavimentado de boas intenções. Tudo isso para quê? Para financiar o tesouro e obter um ajuste fiscal? Não, para continuar a desfinanciá-lo com uma política de taxa de juros e de atração de capital especulativo que quebrariam o Tesouro de qualquer país.

Os 20% de trabalhadores que no tempo do "milagre autoritário" pertenciam à "Bélgica", embora em forma subordinada e sem direito a falar nem protestar, devem agora lutar democraticamente pela única forma que lhes resta, a força da sua organização sindical. Para quê? Apenas para repor o seu poder de compra na data-base ou tentar sobreviver em meio às forças do mercado, desatadas por uma experiência "científica" de hiperinflação programada. No entanto, as suas greves são consideradas "políticas", dedicadas a desestabilizar o plano do candidato do governo! Haja paciência!

Como pode o ex-ministro FHC ainda considerar-se progressista com as declarações que vem fazendo recentemente? Depois de ter forçado, pela sua vontade e da sua equipe econômica, o ex-ministro Barelli a assinar a primeira MP, onde se consagra um salário mínimo que em 1º de março deste ano equivalia a pouco mais de US$ 60, quando a cesta básica custava já então mais de US$ 90? Barelli ainda tentou lutar com sua pobre equipe, junto ao presidente da República, por um salário mínimo que fosse progressivamente melhorando até alcançar US$ 100 em dezembro. Não conseguindo nada, desistiu e foi embora em busca de melhor sorte. Por ironia do destino, tendo passado boa parte da sua vida lutando ao lado dos trabalhadores, vai passar à História muito pior do que o ministro do Trabalho da ditadura Vargas, o avô do ex-presidente cassado Collor de Mello. Haja desgraça!

Afinal, onde se encontra o candidato do governo, cujos aliados acabam de inocentar o deputado Fiuza, além de tentar imitar Collor e começar a sua campanha sob a proteção do padre Cícero? Continua esperando que a inflação baixe a partir de agosto, em tempo de que os homens e mulheres de bem deste país veriliquem a sua "modernidade" e confirmem a sua suposta eficiência política. A taxa de inflação em real efetivamente baixará quando comparada com a inflação em cruzeiros reais, mas os resultados sobre a candidatura FHC serão duvidosos.

Mesmo os membros mais ingênuos da classe média ilustrada, que ainda o apóiam, sabem que os preços em dólar, URV ou real não baixarão e que o poder de compra dos seus salários terá caído e continuará caindo por mais um ano, lenta e inexoravelmente, mantendo-os no Limbo. Alguns deles afinal descobrirão, se é que já não descobriram, que vale mais a pena engolir o "sapo barbudo", que na verdade é um homem de muito talento e dignidade, provados nas lutas do seu povo, do que o sapo envenenado da aliança PSDB-PFL. A menos, é claro, que não ganhem salários, mas "honorários", ou tenham rendas derivadas da especulação e convicções "colloridas" frustradas.

Os conservadores autênticos deste país não parecem, porém, muito dispostos a deixar-se "civilizar" pelas tinturas já desbotadas no Primeiro Mundo da aliança entre a socialdemocracia e o neoliberalismo econômico. Obviamente, não acreditam, nem a esmagadora maioria da população, por motivos opostos aos deles, na "piada" do ex-professor Fernando Henrique, falando sobre o "progressismo" da sua aliança com o PFL e o "conservadorismo" do PT.

Afinal, para a direita deste país, sempre é possível tentar apostar noutro candidato com maior fôlego eleitoral ou menos identificado com um governo desastroso e um plano antipopular. No caso de esta possibilidade se revelar inviável, a solução que eles recomendam é conhecida. A experiência está apenas ensaiando os primeiros passos, com algumas cenas televisivas sobre as "ameaças" à ordem, para enquadrar os candidatos e apavorar a classe média.

Para uma grande parte da população, dos desertados da Terra aos que mantêm as suas convicções sobre democracia e justiça social, a aposta é uma vez mais na "estrela". Afinal, como até mesmo o conservador *Financial Times* reconheceu, Lula não está sozinho na estrada. Mas quem acertou em cheio foi o *Los Angeles Times Magazine* do mês passado. A sua manchete de capa dizia, depois de acompanhar o candidato do PT numa de suas últimas caravanas da solidariedade: Lula está lutando pela alma do Brasil! A maioria da população vai tomando consciência crescente de que nunca, como agora, precisamos tanto lutar pela nossa alma, isto é, pela nossa própria sobrevivência como nação democrática.

* Economista

Opinião

Participar no Sindicato: aceite esta idéia
ou
Sindicato dinâmico, porque os associados querem

Claudet Coelho*

Para muita gente, militar em um sindicato se resume em pagar as mensalidades e, vez por outra ir a uma Assembléia.

Entre professores universitários a prática deveria ser outra. É sabido que a força da organização descansa na participação dos sócios, nos quotidianos afazeres, no acompanhamento das tarefas da organização.

Este deveria ser o entendimento e a prática no seio dos docnetes. Mas a realidade vivida entre nós é outra.

No caso de nossaAD-JP o descaso dos professores com a vida sindical fica patente se se observa que a categoria se manifesta, quando muito, nas Assembléias, quando a estrutura do sindicaro permite e enseja tomada de compromisso maior.

Os docentes podem participar em grupos de trabalho permanente, onde se pode ensaiar métodos de trabalho participativo, preparando-se, neles, os futuros dirigentes.

Se se tivesse formado estes hábitos haveria, com certeza, maior presença de professores no Campus durante a greve. As tarefas do momento de anormalidade da vida sindical trariam os docentes para as comissões de greve, naturalmente. A familiaridade com as coisas triviais do sindicato facilitaria a atuação de cada um na comissão de trabalho escolhida conscientemente. O bom desempenho de cada um seria certo e em conseqüência a organizaçào e condução das lutas.

Utopia? Sonhar é preciso.

Mas, em vez disso, o que temos?

Sumiço dos professores. Distância do Campus. Recesso por conta própria. Sombra e água fresca. Mas com este comportamento a maioria perde as condições efetivas e morais de intervir, de criticar. Tendo que "engolir" direções, muitas vezes.

Em nosso sindicato poderia-se construir espaços para debates onde a troca de conhecimentos servisse para fundamentar nossa atitude frente ao diuturno confronto de sala de aula, de extensão, de pesquisa, etc.

Temos meios para transformar nossa AD num lugar aprazível e privilegiado da cultura e do lazer. Basta, apenas, que juntemos aos meios as condições políticas e a vontade de fazer. Mas a vontade de muitos não de meia dúzia.

O que é inadimissível - mas real - é que, por descaso dos associados, não funcione, sequer, o Conselho de Representantes, que em nossa AD é o Órgão fiscalizador. Por cada 50 associados, o Centro deve indicar um representante ao Conselho de Representantes.

Centro	Deveria terRepresentantes(1)	Tem-se Representantes (2)
CCSA	03	00
CCEN	07	00
CCHLA	12	04
CCS	12	10*
CE	05	00
CT	04	01
CCJ	01	01
TOTAL	44	16*

*1) Boletim nº 07 / Maio94 - 2) Secretaria da ADUFPB-JP/SSind - * mais ou menos*

Os Centros não indicam os representantes ou os indicados renunciaram. A representação como o excercício desta representação é um direito do cidadão que precisa ser levado a sério. Depois reclamam.

---

* Prof. DDPr/CCJ/UFPB

Opinião

ANDES: entre a oligarquia e a democracia

Jaldes Reis de Meneses*

"Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo."(W. Benjamin, Sobre o Conceito da História, p-224)

Entre nós nordestinos o conceito de oligarquia aparece referente ao mundo rural; esquecemos com freqüência a abrangência e a origem do conceito, eminentemente político e urbano, historicamente ligado às duas formas em que se organizou o poder na Grécia antiga, através da tutela ou do poder compartilhado entre os cidadãos.

A rigor, no mundo contemporâneo, não há formas puras de democracia ou oligarquia; a segunda pode surgir por dentro da primeira e das maneiras mais inesperadas possíveis.

A forma mais frequente de metamorfose da democracia em oligarquia parece vir associada a aparentemente ingênua noção de tempo. Com efeito, o tempo histórico introduzido pelo capitalismo rotiniza, burocratiza, fetichiza as ações humanas, tanto na esfera da sociedade política quanto da sociedade civil. Assim é que devemos desconfiar da noção de tempo que lemos no parágrafo de abertura do Manifesto da chapa única que concorre à eleição da ANDES-SN: "*Fundada* (grifos nossos) *no Congresso de Salvador, em janeiro de 1986, a articulação ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA apresenta-se novamente* (grifos nossos) *para a direção do sindicato no biênio 94-96".* Veja-se: temos a articulação fundada que se cristalizou há oito anos numa chapa única; uma instituição, portanto, já consolidada no exercício do poder em outra instituição, o sindicato nacional dos docentes universitários.

Daí deriva o fenômeno que acontece na ANDES mas que pode ser generalizado para outras instituições sociais: o discurso do grupo Articulação transforma-se no discurso da ANDES, numa simbiose onde nunca é explicitado o que é a ANDES e o que é Articulação-ANDES. O resultado disso é que o movimento docente é uniformizado, todos se parecem gatos pardos numa noite escura.

Realizada a operação ideológica da uniformização do movimento docente, trata-se depois de escoimar, jogar na lata de lixo da história, o que é diferente. Aqui, lembra-se que o diferente não participou das vitórias e das derrotas da longa caminhada, devendo ser relegado ao ostracismo.

Muitos são os impasses da ANDES, hoje.

Contextualizando historicamente, a ANDES foi criada no bojo do chamado "novo sindicalismo", que estabeleceu uma relação mais democrática entre sindicalismo e base no Brasil, rompendo as cadeias do sindicalismo populista. Contudo, embora tenha democratizado a vida sindical, o "novo sindicalismo" à medida em que foi se institucionalizando, também desenvolveu tendências autoritárias, no pêndulo entre a democracia e a oligarquia.

Michels (Sociologia dos Partidos Políticos, p-60/67) demonstra que o processo de institucionalização da vida sindical na racionalidade capitalista carrega consigo uma tendência à oligarquia, formulando três argumentos: 1. A procura da eficiência do aparelho sindical leva a um aprofundamento da divisão do trabalho sindical entre base e lideranças; 2. A crescente sofisticação do aparelho sindical leva as lideranças a posições conservadoras no sentido de preservação do sindicato; 3. O processo de controle oligárquico conduz ao surgimento de interesses antagônicos entre lideranças e bases.

Obviamente o tipo ideal de Michels precisa ser apreciado caso a caso. Especialmente à ANDES, atualmente vive-se um contraditório processo onde, por um lado, práticas democráticas foram institucionalizadas (Assembléias, possibilidade de emissão de opinião divergente na imprensa sindical, etc), e, por outro lado, a direção da entidade se conformou com sua própria criação: seu discurso de poder e autolegitimação. Aí é que mora o perigo...

* *Prof. Dept° História/CCHLA/UFPB*

FAX Nº 013/CNG/ANDES-SN/94 — Brasília, 18 de maio de 1994.

Do: Comando Nacional de Greve
Para: AD's SSIND Federais

AD's SSIND presentes na reunião do CNG/ANDES SN do dia 17/05/94

Delegados: ADUA (Jacob), ADUFPel (Carapeto), SINDOCEFET-PR (Oglacir), ADUFF (Miguel), ADUFPI (Daniel), ADUFPA (Nahylson), ADUFERPE (Zenilde), ADUFMS (Wilson), ADUFES (Josemar), ADUFS (Bira), SEDUFSM (Regina), ADUFG (Marly), ADUFAC (Ivan), ADUFPB-JP (Iedo), ADUFOP (Hernani), ADUFPB-CG (Donato), ADUNB (Julia), ADUR-RJ (Miguel), ADUFAL (Alice).

Observadores: ADUFPB-JP (Tek), ADUFF (Sirena e Margarida), ADUA (Ricardo), ADUFPB-CG (Anchieta).

Diretores presentes pela ANDES-SN: Márcio, Agamenon, Anne Beck.

1 - INFORMES DO QUADRO DE GREVE NAS IFES

a) AD's SSIND em greve: ADUA (AG 19/05), ADUFPel (AG 18/05), SINDOCEFET-PR, ADUFF (AG 19/05), ADUFPI, ADUFPA, ADUFERPE (AG 18/05), ADUFMS, ADUFES, ADUFS (Greve até 23/05), SEDUFSM, ADUFG, ADUFAC, ADUFPB-JP, ADUFOP, ADUFPB-CG, ADUNB (Greve até 19/05; AG 23/05), ADUR-RJ (AG 18/05), ADUFAL (Alice), ADFCAP, APRUMA, ADUC, ADCEFET-RJ, ADUFPB-Patos, ADCEFET-MA, CPAD-AP. Total: 26

b) AD's SSIND favoráveis à greve com data indicativa para adesão: ADUFU (20/05). Total 1.

c) AD's SSIND favoráveis à greve sem data indicativa para a adesão: ADCEFET-MG, ADCAC, ADUFEPE (AG 20/05), ADFMTM . Total 4.

d) AD's SSIND sem deliberação: APUBH, APROEFEI, ADOCA, SESDUF-RR, ADFUNIRIO, ADAFA, APES-JF. Total 7.

e) AD's SSIND com deliberação de não adesão à greve: APUB, ASPESAL, APROFURG, ASPUV, APUFSC, APUFPR, ADEPM, ADUFC, ADUFRJ, ADUNIRIO, ADURN, ADUFRGS, ASDESAM, ADUFMAT, ADUFSCar (Indicativo de greve por isonomia 25/05), ADUNIR (apoio sem adesão, por problemas locais). Total 16.

2 - ATIVIDADES DO DIA 17/05/94

2.1 - MP 482

Pela manhã o CNG/ANDES concentrou seus esforços na recepção aos Parlamentares no aeroporto e na visita aos gabinetes com distribuição de documento contra a aprovação da MP, reafirmando necessidade de negociar as emendas elaboradas e propostas pelo conjunto dos trabalhadores.

À tarde, houve reunião entre Deputados (Paim, Ma. Luiza Fontenele, Gradella, Arnaldo Faria) e as Centrais Sindicais (CUT, CGT, F. Sindical) com a presença de militantes de vários Sindicatos. Deliberou-se nesta reunião pela estratégia de forçar audiências com as principais lideranças da Casa. Imediatamente dirigimo-nos aos gabinetes do Presidente da Câmara, Presidente do Senado, Liderança do PMDB, Liderança do Governo na Câmara, onde conseguimos as audiências e o compromisso de apoio à nossa proposta de negociação com o governo, e destacamos o seguinte: no contato com o Presidente da Câmara, fomos informados da não votação da MP 482 na sessão do dia 17/05, como estava prevista; durante a conversa com a liderança do governo, o Deputado recebeu telefonema do Ministro Ricúpero aproveitando a oportunidade para marcar encontro com o economista Edmar Bacha e as Centrais Sindicais com mediação dos Deputados presentes, para as dezoito horas deste mesmo dia. A reunião foi realizada com a presença de representantes da CUT, CGT, F. Sindical, CNUG, SEMAPI, Deputados (Paulo Paim, Paulo Rocha, Arnaldo Faria), Liderança do Governo (Luiz Carlos Santos), Relator da MP 482 (Neuto do Conto) e Edmar Bacha. Os representantes do movimento avaliam que a reunião foi bastante tensa, começando com grande intransigência dos representantes do governo. Acalmados os ânimos, pode-se verificar uma aparente flexibilização do líder do governo e do relator da medida, marcando-se uma nova reunião no gabinete do líder, para 15:00 h do dia 18/05 (hoje). O movimento se reunirá às 10:00 h na Comissão de Trabalho, para preparar sua intervenção na reunião das 15:00 h.

15:00 h do dia 18/05 (hoje). O movimento se reunirá às 10:00 h na Comissão de Trabalho, para preparar sua intervenção na reunião das 15:00 h.

2.2 - COMISSÃO DE ISONOMIA SAF/SPF's

Ontem, 17/05, a Comissão de Isonomia dos SPF's reuniu-se com a SAF. O relatório da Comissão SAF/SPF's está praticamente concluído, devendo ser apresentado ao Min. Canhim ainda no decorrer do dia de hoje, 18/05. O relato'rio propõe os seguintes pontos: a) unificação das tabelas I e II; b) concessão de 28,86% previstos em Lei àqueles que não o obtiveram; c) unificação dos percentuais de gratificação em 170%; d) vantagem pessoal, decorrente do limite de 90% estabelecido pela Lei 8852/94, e e) estabelecimento de matriz isonômica de vencimentos.

Em relação aos três primeiros ítens o CNUG propõe que sejam implantados em 1º de maio; quanto a incorporação de gratificações e vantagens pessoais o prazo limite proposto é que seja de 30 dias e a definição de critérios npara a construção da matriz isonômica até início de agosto.

É importante chamar a atenção para o fato de que o relatório não é impositivo e será levado ao Presidente Itamar para uma definição.

No dia 19/05 está prevista uma mesa de negociação entre SAF - Min. da Fazenda - SEPLAN e CNUG onde deveremos tomar conhecimento do que efetivamente o governo apresentará como sua proposta e respectivos prazos de implantação.

2.3 - CARREIRA - DPC

A Comissão de Carreira do MEC continua discutindo as questões relacionadas com a implementação das carreiras para os Servidores, técnicos e docentes, das IFES. Neste momento a questão em pauta é a unificação das tabelas I e II e sua adequação às tabelas de vencimentos das duas categorias. A ANDES SN está representada nesta comissão pelos companheiros Cunha e Agamenon.

O GT-DPC/SPF's retomou a discussão da proposta acordada com a SAF e que está contemplada no PL 4407/94 no sentido de unificar concepções. Ao mesmo tempo, a SAF solicitou ao CNUG/SPF's uma discussão sobre a reformulação proposta pela Deputada Ma. Laura, relatora do PL ao substitutivo de sua autoria. Na reunião do dia 17/05, o CNUG/SPF's voltou a rejeitar a proposta da Deputada enfatizando a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional, da proposta contemplada no PL original. Hoje às 15:00 h, haverá audiência pública sobre DPC, na Comissão de Trabalho com a presença do Ministro Canhim.

3 - OUTRAS INFORMAÇÕES

3.1 - LDB

Finalmente, no dia de hoje, 18/05, a Comissão de Educação do Senado Federal, com a presença de 17 senadores, discutiu o substitutivo do relator Cid Sabóia do Projeto de LDB aprovado pela Câmara dos Deputados. Provavelmente na próxima 4ª feira, 25/05, 17:00 horas, haverá a votação naquela Comissão.

3.2 - COMUNICADO ADUFSCar SSIND 15/95

O CNG/ANDES SN avaliou a proposta da AG (17/05) da ADUFSCAR SSIND de realização de reunião do Setor das IFES nos dias 20 e 21 de maio de 1994. O CNG/ANDES SN rejeitou a proposta. Segue avaliação no Fax nº 014 CNG/ANDES SN.

3.3 - UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

Cresce a greve nas Universidades Estaduais Paulistas. Reitores mantêm-se intransigentes não apresentando contra proposta. Manifestação na próxima sexta-feira, 20/05, 11:00 h..

A LUTA CONTINUA !
TODOS CONTRA A MP 482

Ensino Público e Gratuito. Direito de Todos, Dever do Estado

sedimentação da candidatura F.H.C. no campo conservador e reacionário. Se, por um lado, o Governo, no caso de não haver votação, poderia reeditá-la indefinidamente, por outro, sua aprovação, sem as emendas postuladas pelos SPFs, caracteriza um novo cenário bem mais adverso para o movimento.

Nesse contexto, ocorre o posicionamento do STF sobre o mandado de injunção da CSPB, abrindo para o Governo um espaço de legalidade para a aplicação de punições. Além disso, após uma interrupção nas ditas negociações, elas foram retomadas ontem com uma audiência com a SAF e a confirmação da reunião, na próxima 4a. feira, entre CNUG, SAF, Fazenda (STN) e Planejamento (SOF).

No presente momento, além desses pontos mencionados acima, é preciso que abordemos, com razoável profundidade, alguns outros para que possamos alcançar um nível de clareza que possibilite uma orientação precisa para os rumos do nosso movimento.

Se a conjuntura eleitoral joga contra nós, ela também contém elementos que, se trabalhados por nós de modo articulado com posturas de alguns setores governamentais mais permeáveis e, portanto, conflitantes com o comportamento global do Governo, podem nos favorecer.

Não podemos, ainda mais, neste momento, prescindir de uma ação incisiva da nossa Central Sindical, a CUT. Recém saída de seu V CONCUT, ela deve desempenhar um papel importante na defesa dos interesses dos trabalhadores do Serviço Público Federal, sem perder de vista - e, portanto, sem rebaixar sua atuação - a necessária articulação entre o processo eleitoral em curso e seu compromisso com uma leitura da realidade a partir da ótica dos trabalhadores.

É nessa perspectiva que indicamos a **CONTINUIDADE DA GREVE, A GREVE DOS SPFs,** como uma manifestação da vitalidade presente no movimento, instrumento indispensável para que possamos pensar em obter conquistas.

Este novo momento da greve precisa ser acompanhado por todos nós com especial atenção. Algumas conquistas específicas, ainda que pequenas, e uma pauta para a construção da isonomia entre os três poderes alicerçam, com certeza, a concretização de bandeiras históricas dos docentes das IFES, em particular, e dos SPFs, em geral.

Nossa mobilização, sem qualquer viés vanguardista e voluntarista, mas preservando a indispensável vinculação orgânica entre base e direção, apresenta-se hoje como a única possibilidade de êxito para o nosso movimento.

- PELA ISONOMIA DOS SPFs!
- POR NEGOCIAÇÕES EFETIVAS!
- A GREVE CONTINUA!

CLG-Docentes UFPB-JP, 24/05/94

AVALIAÇÃO DE CONJUNTURA

Ao apresentarmos uma análise de conjuntura que sirva de base para discussão da categoria neste momento da greve, alguns elementos devem ser ressaltados.

A greve é a forma mais eficaz para que os trabalhadores vejam atendidas suas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, reduzindo as diferenças no processo de acúmulo de riquezas entre o capital e o trabalho. No Brasil, onde esta relação é das mais iníquas, permitindo um processo concentrador de riquezas e a apartação social, a greve é uma necessidade constante.

A greve nos serviços públicos traz aspectos que merecem constantes e profundas reflexões. Notadamente porque o atual governo no processo de construção do "Estado Mínimo" tem responsabilizado as greves de servidores pelo fracasso na prestação dos serviços públicos: educação, saúde, transporte etc, todos deteriorados. Esta responsabilidade, evidentemente, não nos cabe e nos coloca de antemão em campos opostos - trabalhadores dos serviços públicos e governo.

Desde o início da atual greve fazíamos a avaliação de que se apresentariam grandes dificuldades para a consecução de nossa pauta. Diversos elementos contribuem para essa percepção. Alguns deles merecem destaque:

- a complexidade em estabelecer uma articulação entre a componente mais explicitamente política de nossa pauta, contra o Plano FHC, o real - significado de sua implantação para a relação capital-trabalho, seus evidentes efeitos recessivos, potencializadores do modelo concentrador de riquezas, o desemprego produzido pela internacionalização exacerbada da economia nacional, sem compensatórios sociais e seus desdobramentos mais imediatos sobre a categoria, não absorvidos de forma clara pelos docentes;

- o conflituoso processo de construção da unidade do movimentos dos SPFs que, apesar de já em curso, ainda apresenta um caráter bastante diversificado em termos de concepções e estágio de mobilização e organização;

- o momento no qual a greve está ocorrendo, quando estão se dando de forma mais visível as definições no panorama eleitoral.

A estas dificuldades, acrescente-se o comportamento do Governo que buscou encaminhar o movimento para uma negociação cujo objeto, embora contemplado em nossa pauta, não era seu ponto central.

A aprovação da MP 482, sem dúvida, caracteriza um momento importante da conjuntura e aí foi necessária a concessão, por exemplo, aos ruralistas, reforçando a

greve 1994

Boletim

Comando de Greve dos Docentes da UFPB/João Pessoa/PB

5

24.05.94
terça-feira

Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais - CNESPF/CUT

A GREVE CONTINUA

O ponto central da conjuntura continua sendo o Plano FHC e a eleição presidencial. Deriva deste fato, portanto, o tratamento não uniforme que o governo tem dado a greve dos servidores no que se refere ao atendimento das reivindicações e das punições. Um bom exemplo dessas contradições dentro do governo, é a posição da área econômica que resiste em não abrir o cofre para o atendimento da proposta de isonomia e o fato de nem todos os órgãos estarem implementando as anunciadas punições aos servidores em greve.

A questão fundamental a ser entendida nesse momento é que se por um lado o governo com suas contradições continua negociando a isonomia com os servidores, ao mesmo tempo, aparentando uniformidade este mesmo governo bate no movimento visando desmontar a greve, utilizando-se da decisão do STF para justificar a sua decisão política de cortar o ponto dos servidores grevistas.

Desta forma, forçado a manter o processo de negociação em curso, o governo adota como tática no momento da definição das propostas, os velhos instrumentos das ameaças ao movimento, para com isso colocar o movimento na defensiva e rebaixar ao máximo as concessões aos servidores. Essa tática combina as reiteradas declarações à imprensa de que vão punir os grevistas, reforçadas pelo estardalhaço que vêm sendo feito pela mídia da recente decisão do STF.

O STF, desenterrando um velho mandado de injunção impetrado anos atrás pelos pelegos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB -, forneceu os subsídios para que tanto a imprensa quanto o governo, manipulando os fatos, passassem a dizer que a greve dos Servidores Públicos é ilegal. **O STF não julgou a nossa greve.** A decisão diz respeito à emissão de uma comunicação ao Congresso Nacional para que tome as providências necessárias para a edição de lei complementar que regulamente o direito de greve dos servidores públicos, assegurado pelo artigo 37, inciso VII da Constituição Federal.

A decisão do Supremo não tem força para obrigar o governo a proceder ao desconto dos dias parados. **Deve ficar claro que esta decisão do governo é unicamente política.** É no campo da política que o governo ao mesmo tempo em que dispõe a continuar negociando, ameaça o movimento procurando desmontar a greve para, sobretudo, rebaixar o atendimento das reivindicações do movimento.

Assim, fica claro que a continuidade do nosso movimento é a única forma de se garantir que o governo continue negociando e mantendo as mesas marcadas para 2ª feira com o Ministro Cânhim, 4ª feira com a área econômica, e uma vez concluído o relatório da Comissão de Isonomia, a audiência com o Presidente Itamar.

Esta semana foi rica na produção de fatos políticos. A discussão da Isonomia ocupou manchetes em todos os jornais, e pelas declarações diferenciadas oriundas de vários setores do govenro, fica

evidenciado que se encontra em curso uma disputa interna no governo envolvendo a SAF, os militares, a área econômica e os setores que dão sustentação a candidatura FHC.

Com o objetivo de termos nossas reivindicações atendidas o Comando Unificado implementou uma série de iniciativas que concorrem para melhorar nossa correlação de forças nas próximas negociações. Essas vão desde os contatos com a SAF que asseguraram as audiências de 2ª feira (23.05), com o Ministro Canhim, e de 4ª (24.05), com o Secretário do Tesouro Nacional Murilo Portugal, o Secretário de Orçamento e Finanças Moura Resende, o Ministro Canhim, o EMFA e o CNUG, onde discutiremos os custos da proposta da isonomia para definição dos prazos para a implantação de sua primeira fase. Igualmente, nossa intervenção no V CONCUT, já possibilitou uma articulação com as entidades internacionais e uma coletiva à imprensa nacional e internacional, envolvendo diretamente a Central e ao mesmo tempo, o plenário do congresso deliberou pela vinda a Brasília do companheiro Vicentinho para reforçar nossa atuação, colocando o peso de toda estrutura da Central nas negociações em curso.

Os trabalhadores em greve estão reagindo à tentativa autoritária de desmonte da greve pelo governo. As assembléias gerais dos diversos setores realizadas na sexta-feira reafirmaram a continuidade do movimento, única forma de barrarmos essa escalada autoritária e de mantermos a pressão sobre o governo, buscando fazer com que nas próximas reuniões, este apresente sua proposta. Com o objetivo de reforçarmos nossa intervenção, o CNUG está convocando a vinda de caravanas à Brasília para 4ª feira (25.05), bem como a realização de atos nos estados no mesmo dia.

ATÉ A VITÓRIA!

Comando Nacional Unificado de Greve dos SPFs (CNUG)

ATIVIDADES DE GREVE

TERÇA-FEIRA (24.05)
ASSEMBLÉIA GERAL
9:00 HORAS, AUD. REITORIA

PLENÁRIA ESTADUAL DOS SPFS
15:00 HORAS, AUD. INAMPS

QUARTA-FEIRA (25.05)
DEBATE: *"UNIVERSIDADE PARA A SOCIEDADE"*
9:30 HORAS - AUD. REITORIA
EXPOSITOR: PROF. NATANAEL ROHR,: Pró-Reitor de Planejamento da UFPB, que contemplará os seguintes pontos: a) capacidade instalada na UFPB; b) evolução dos recursos destinados para a UFPB nos últimos anos; c) modelo de universidade atualmente oferecido pela UFPB à sociedade.

PERDAS COM O NOVO PLANO*

Primeira: inflação de janeiro e fevereiro
Exemplo: Professor AUX I, 20 horas, no mês de janeiro (mês onde as perdas são minimizadas):
Salário nominal
(em 01/01)..... 154,30 URVs
Salário real
(na data do recebimento) ... 112,21 URVs
Salário atual
(com o Plano FHC) ..... 81,00 URVs
Segunda: inflação em URV - prevista em aproximadamente 30% até junho (segunda a consultoria internacional Price Waterhouse - JB 20/04);
Terceira: inflação da última dezena antes da adoção do Real;
Quarta: inflação em Real.

NÃO CAIA NO "REAL"!

**Extraído do Doc. "Um exemplo sobre as perdas..." produzido pela ADUFF/SSind*

BOLETIM DE GREVE DOS DOCENTES DA UFPB - Nº 05- 24.05.94
Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

AD's SSIND presentes na reunião do CNG/ANDES SN do dia 22/05/94

Delegados: ADUA (Jacob), ADUFPel (Eliane), ADUFF (Margarida), ADUFPI (Joaquim), ADUFPA (Nahylson), ADUFERPE (Zenilde), SEDUFSM (Regina), , ADUFPB-JP (Tek), ADUFPB-CG (Donato), ADUR-RJ (Miguel), ADUFAL (Alice), ADUFAC (Aroldo), ADUC (Clementino), ADUFES (Raimundo).

Observadores: ADUFF (Sirena), ADUA (Ricardo), ADUFPEL (Rigo), ADUFRGS (Barreto), ADUFPB-CG (Anchieta), ADUFSCar (Chiquinho), ADUFU (Solange).

Diretores presentes pela ANDES-SN: Agamenon, Anne Beck, Paulo Rizzo, Edson, José Antonio.

1 - INFORMES DO QUADRO DE GREVE NAS IFES

a) AD's SSIND em greve: ADUA (AG 25/05), ADUFPel, SINDOCEFET-PR, ADUFF (AG 26/05), ADUFPI(23/05), ADUFPA (AG 26/05), ADUFERPE (AG 25/05), ADUFMS (AG 24/05), ADUFES (AG 24/05), ADUFS (Greve até 23/05), SEDUFSM, ADUFG, ADUFAC (AG 24/05), ADUFPB-JP (AG 24/05), ADUFOP (AG 26/05), ADUFPB-CG (AG 25/05), ADUR-RJ, ADUFAL (AG 24/05), ADFCAP, APRUMA, ADUC (AG 25/05), ADCEFET-RJ, ADUFPB-Patos, ADCEFET-MA, CPAD-AP, ADUFU (AG 25/05). Total: 26

b) AD's SSIND favoráveis à greve com data indicativa para adesão: ADUFSCar (AG 25/05). Total 1.

b) AD's SSIND favoráveis à greve sem data indicativa para a adesão: ADCEFET-MG, ADCAC, ADUFEPE (AG 20/05), ADFMTM . Total 4.

c) AD's SSIND sem deliberação: APUBH, APROEFEI, ADOCA, SESDUF-RR, ADFUNREI, ADAFA, APES-JF, ADUNB (AG 23/05). Total 8.

e) AD's SSIND com deliberação de não adesão à greve: APUB, ASPESAL, APROFURG, ASPUV, APUFSC, APUFPR, ADEPM, ADUFC, ADUFRJ, ADUNIRIO, ADURN, ADUFRGS, ASDESAM, ADUFMAT, ADUNIR (apoio sem adesão, por problemas locais). Total 15.

2 - ATIVIDADES DO DIA 20 / 05 / 94

2.1 - AUDIÊNCIA NA SAF

Presentes:

SPF's - ASSIBGE, ANDES-SN, FENASPS, FASUBRA, CONDSEF, FENADADOS, FENAJUFE, CUT.

SAF - Wilson Calvo.

Esta audência não estava prevista para esta data. O CNUG, face aos acontecimentos do dia, foi à SAF tentar audência com o Ministro Canhim. Informados de que o Ministro não se encontrava, conseguimos ser recebidos pelo diretor de recursos humanos, Wilson Calvo. Discutimos os seguintes pontos: relatório da isonomia e as decisões do governo sobre a greve dos SPF's. Quanto à isonomia, o diretor afirmou que a posição da SAF é de encaminhar, o quanto antes, ao Congresso a proposta da comissão. Desmentiu a notícia, veiculada na imprensa, de que o governo esteja propondo a implantação da isonomia somente para 95. O cronograma e prazos de implantação da proposta serão acertados com a área econômica. Quanto ao corte de ponto, o representante da SAF afirmou que a decisão foi tomada no âmbito do governo federal (Casa Civil, Ministérios e SAF), disse ainda que a SAF não determinará o corte de ponto, porém, efetuará os cortes encaminhados pelos órgãos. Externamos nossa indignação quanto a atitude do governo que ao mesmo tempo que negocia com o CNUG, pune os servidores em greve. Acertamos os seguintes encaminhamentos: a) reunião para conclusão do relatório da comissão de isonomia (23/05 às 16:00 h); b) audiência com o Ministro Canhim para tratar de isonomia, demais pontos da pauta e punições (23/05 às 18:00 h); c) audiência com a área econômica (Murilo Portugal - Tesouro; Moura Resende - SEPLAN), Ministro Canhim e CNUG (25/05 às 16:00 h). Enquanto durou a reunião, um grupo de cerca de cinquenta grevistas ocupou a sala de espera do Ministro.

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado

2.2 - GT - DPC / SPF's

Houve reunião do GT-DPC, SAF e relatora do PL, Deputada Maria Laura. Continua a discussão e a relatora apresentou a terceira versão do substitutivo. Além disso, haverá uma reunião com a SAF para o estudo de reformulações feitas pelo GT-DPC ao PL4407/94 (DPC) que foi suspensa, por orientação do CNUG, até se ter uma definição do Ministro a respeito das punições.

3 - ESCLARECENDO A POLÊMICA DAS TABELAS

Várias AD's estão consultando o CNG/ANDES-SN sobre o fato de a FASUBRA estar negociando tabela com o MEC, enquanto a ANDES não apresenta nenhuma proposta do gênero. Cabe então os seguintes esclarecimentos:

a) A FASUBRA, de algum tempo vem discutindo uma proposta de reorganização de sua tabela junto ao MEC, com vistas à redução de níveis. Essa discussão requer uma proposta de tabela para reorganizar os respectivos salários entre o piso e o teto.

b) A proposta que vem sendo discutida pela comissão de isonomia inclui a fusão da tabela II com a tabela I dos SPF's. A FASUBRA se encontra, hoje, na tabela II. Caso a proposta de fusão seja aceita pelo governo, a FASUBRA terá que adequar a sua tabela aos novos parâmetros. A tabela que está sendo discutida nas bases da FASUBRA é uma simulação que busca atender a esta necessidade.

Como vemos, a FASUBRA tem dois motivos para discutir tabelas !

No nosso caso, cuja tabela é um anexo da tabela I, com a fusão da tabela II na I, estará posta a necessidade de rever o piso conforme informado no fax 014 CNG/ANDES-SN. Vale lembrar que a discussão referida no item "a)" terá desdobramentos somente após a aprovação do DPC, quando então a ANDES apresentará a proposta de carreira aprovado no nosso último Congresso acompanhada de uma proposta de tabela.

3 - INFORMES DO V CONCUT

Os delegados da ADUFF e do SINTUFF presentes ao V CONCUT conseguiram fazer uma reunião dos SPFs presentes no Congresso e aprovaram os seguintes encaminhamentos da CUT sobre a Greve dos SPFs:

- A CUT encaminhará um documento para organizações Internacionais pedindo para que se posicionem contra a decisão do STF;
- Na segunda-feira 23/05/94, Vicentinho, presidente da CUT vem a Brasília, junto com delegados estrangeiros presentes ao CONCUT, conversar com Itamar sobre a Greve dos SPFs e articulará ação parlamentar, através do Dep. Paulo Paim, apoio à Greve e pressão sobre a SAF para assinar Isonomia entre os três poderes;
- Os SPFs de Belo Horizonte farão este final de semana pressão "in locu" sobre Itamar;
- Propor ao CONCUT documento sobre a Greve dos SPFs, elaborado por Servidores públicos Federais, Estaduais e Municipais, criticando a decisão do STF;
- Convocação imediata pelo CONCUT de uma coletiva à imprensa sobre a Greve dos SPFs;
- Indicar ao CNUG a realização de uma Plenária dos SPFs para a próxima 4a- feira;
- Pressão sobre o Congresso para a regulamentação do direito de greve dos SPFs;
- Elaboração de CLIP ou matéria paga na imprensa, divulgando a greve e responsabilizando o Governo federal e o STF sobre a mesma.

4 - GREVE DAS ESTADUAIS PAULISTAS

Os professores e servidores da USP, UNICAMP e UNESP fizeram na manhão do dia 20/05 manifestação em frente a Secretaria de Ciência e Tecnologia. A manifestação ocorreu no momento em que os Reitores, que integram o CRUESP, e representantes dos docentes e servidores, integrantes do Fórum das seis, discutiam as reivindicações das duas categorias. Profcssores e servidores das estaduais paulistas reivindicam 37% de reajuste salarial e o CRUESP oferece 8%. Os diretores da ANDES-SN Márcio, Lucia Lody, Flávio, Américo e Edmundo compareceram ao evento.

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado

5 - AVALIAÇÃO

RELAÇÃO GREVE/ISONOMIA ENTRE OS SPFs - A GREVE CONTINUA

A partir da última avaliação "A greve dos SPFs e a aprovação da MP482" (FAX 015 CNG), tanto o CNG-ANDES-SN quanto o CNUG-SPF aprofundaram as análises em relação ao momento por que passa a greve e definiram as ações do movimento para a próxima semana. (ver relatório da reunião do CNUG de 21/05)

O movimento grevista atuou em duas frentes: no Congresso Nacional lutando pela inclusão das emendas do movimento sindical à MP482 e junto ao Executivo para abrir negociações. Esta ação combinada conquistou o estabelecimento de negociações em torno da isonomia enquanto o governo manteve-se intransigente quanto às reivindicações referentes à recuperação das perdas e de política salarial, afirmando que estas ameaçariam o Plano Econômico.

O governo, em nenhum momento, demonstrou disposição em atender qualquer item da pauta. Para este era fundamental desobstruir os obstáculos que se antepunham à aprovação da MP482, dentre eles, a greve dos servidores. A discussão da isonomia tinha para o governo o sentido de deslocar a pressão exercida pela greve dos SPF contra a MP482.

Após conseguir a aprovação da MP e apoiando-se neste fato o governo tentou romper as negociações com os servidores. Unilateralmente o governo suspendeu reunião entre CNUG, SAF, Fazenda, EMFA e Planejamento agendada para o dia 20 que tinha por objetivo o fechamento do relatório sobre a isonomia entre os três poderes. O governo foi além. Apropriando-se de forma inadequada da decisão do STF referente ao direito de greve dos servidores o ministro Canhim, pela imprensa, ameaçou os grevistas com o corte de ponto e inquéritos administrativos que poderiam resultar em demissões. Com isso o governo pretende enfraquecer o movimento para não ter que atender as reivindicações ou minimizá-las.

A suspensão da audiência e a comunicação de ameaça de punições via mídia combinam-se numa única manobra do governo que rompe com a ética própria de um processo de negociações.

Neste quadro o CNUG teve que agir pressionando a SAF para reabrir as negociações. A ida à SAF de uma ampla comissão composta pelos diversos comandos de greve conseguiu junto ao diretor de recursos humanos, Wilson Calvo, a remarcação, para esta semana, das reuniões suspensas.

Para que estas reuniões venham a ser de efetivas negociações algumas questões deverão ser levadas em conta. Em primeiro lugar é necessário o fortalecimento do movimento com a manutenção da greve, manifestações de massa pressionando o governo. Não se pode aceitar o jogo de cena tão utilizado pelo governo em que o ministro da SAF manifesta-se favorável aos pleitos dos servidores afirmando, ao mesmo tempo, que a área econômica , "os donos da chave do cofre", resiste. Embora existam contradições no governo, este continua sendo um só no trato da greve.

Tendo hoje a isonomia como objeto de negociações, dois elementos se combinam nas ações da greve: a exigência do atendimento das reivindicações e a não aceitação de ameaças de punições. Estas ações exigem, ao mesmo tempo, ampliar as pressões sobre o governo tratando-o como um todo, exigindo posicionamento do Presidente da República. Para isso temos:

- Ampliação da pressão sobre o governo: Tendo na greve o principal instrumento de luta faz-se necessária a imediata ampliação da mobilização e dos apoios ao nosso movimento.

O momento exige o envolvimento de todo o movimento docente nos encaminhamentos propostos pelo CNG.

A participação da executiva da CUT e de dirigentes sindicais internacionais nesta semana com o objetivo de obter audiência com o Presidente da República definida pelo V CONCUT será de grande importância para o restabelecimento das negociações do governo com os SPFs.

- Negociar em greve ganhos imediatos e condições para a continuidade dos trabalhos rumo à isonomia plena entre os servidores dos três poderes: Ao estar pautada a negociação em torno da isonomia o movimento não está abandonando a perspectiva de luta em torno da recuperação das perdas e por uma política salarial. Possíveis vitórias no terreno da isonomia abrirão espaço para a retomada mais adiante da luta em torno da recuperação de perdas e por política salarial.

O PL ou MP que deverá tratar da unificação das tabelas I e II nos valores da I, extensão dos 28,86% e GAE de 170% para todos os servidores não poderá deixar de contemplar os amarramentos necessários para a continuidade dos trabalhos em torno da isonomia como: matriz de remuneração isonômica, hierarquização dos cargos, incorporação da GAE e extensão das sentenças judiciais. A proposta constante no FAX14/CNG de defesa

de equiparação do piso da tabela de docente com o piso do nível superior da tabela 1 mesmo que o nosso teto extrapole o da 1 está mantida. No entanto, o movimento deve ter a clareza de que, caso o governo fique irredutível quanto à não aceitação da extrapolação do teto isto poderá acarretar alterações na malha de nossa tabela para manter o piso desejado.

- Combater as pressões punitivas: A recente decisão do STF quanto à regulamentação do direito de greve e os subsequentes pronunciamentos do governo sobre o assunto são, fundamentalmente, políticos. Assim também devem ser as respostas do movimento. O direito de greve foi conquistado na prática e, da mesma forma, vamos mantê-lo.

O enfrentamento político pelo movimento inicia-se pela solidariedade. Os docentes que, em assembléias, foram contrários à greve e não aderiram são chamados, neste momento, a voltarem às assembléias para decidirem pela adesão à paralisação, fortalecendo o movimento e fazendo valer o legítimo direito de greve.

Qualquer ameaça de reitor ou dirigente de IFES de desrespeito ao direito de greve, corte de ponto ou outras punições, deve ser combatida pelo movimento. A estes compete defender a autonomia universitária na prática .

6 - ENCAMINHAMENTOS

1 - Solicitar à Assessoria Jurídica da ANDES parecer sobre a decisão do STF e suas repercussões para o movimento e encaminhá-lo às AD's via fax imediatamente;

2 - Que as AD's envidem todos os esforços para enviar delegados ou observadores no início desta semana, em função das decisivas negociações previstas;

3 - Propor ao CNUG a publicação de nota na imprensa denunciando a postura contraditória e autoritária do govero, combatendo as punições e exigindo negociações. O texto será encaminhado às AD's para publicações locais;

4 - Contatar os Parlamentares (em âmbito nacional e local) solicitando que intercedam favoravelmente ao movimento, junto ao governo;

5 - Não encaminhar ao CNUG proposta de convocação da plenária dos SPF's, aguardando a avaliação do próprio CNUG a repeito do assunto;

6 - Enviar às AD's o relatório de avaliação do CNUG;

7 - Centralizar na Presidência da República a ação política do movimento.

8 - Por em ação a operação "caça ao Ministro", isto é, pressionar o Ministro Ricúpero em todas as suas aparições pública nos estados.

9 - Que as AD's façam gestões junto a seus reitores, no sentido de seguirem a orientação da ANDIFES com relação às punições.

PELA CONQUISTA DA ISONOMIA ENTRE OS SPF's
A GREVE CONTINUA !

ELEIÇÕES PARA ESCOLHA DIRETORIA DA ANDES-SN

Dia	Turno*	Local
24/05	*manhã*	*Aud. Reitoria*
	tarde	*ADUF*
25/05	*manhã*	*Centros*
	tarde	*ADUF*
26/05	*manhã*	*Centros*
	tarde	*ADUF*

22 de maio de 1994

Parecer Assessoria Jurídica da ANDES-SN

Ref.: DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONCERNENTE AO DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS - CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

1. Em atendimento à solicitação da Diretoria do Sindicato Nacional, tendo em vista as dúvidas existentes no movimento docente acerca dos desdobramentos da decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida no Mandado de Injunção nº 20, impetrado pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil contra o Congresso Nacional, que visava à regulamentação do exercício do direito de greve dos servidores públicos civis, previsto no art. 37, inciso VII, da Constituição Federal, enquanto lei complementar não viesse a ser editada, vimos por meio do presente acrescentar algumas considerações sobre as conseqüências do referido julgamento, em complementação à análise efetuada no dia 20.05.94 (sexta-feira).

2. As preocupações das Seções Sindicais consistem basicamente nas seguintes:

- *abrangência da decisão do STF;*
- *possibilidade de recorrer-se da decisão, bem como adotar-se medidas preventivas contra possíveis retaliações;*
- *corte dos pontos dar-se-iam a partir do início da greve ou após a publicação do Acórdão;*
- *medidas punitivas: imediatamente e de forma geral, sem haver o julgamento de cada caso específico? Necessidade ou não de inquérito.*

3. Inicialmente, deve-se consignar que a decisão exarada pela Corte Constitucional pátria teve apenas o escopo de reconehcer que o Congresso Nacional está em mora com parcela da sociedade, porquanto ainda não editou norma complementar imprescindível ao excercício de direito contido na Lei Maior, qual seja: o exercício do direito de greve pelos Servidores Públicos Civis, consubstanciado no art. 37, inciso VII da Magna Carta. Transcrevemos textualmente a decisão do Plenário do STF, *in verbis*:

> DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS, O TRIBUNAL DEFERIU O PEDIDO DE MANDADO DE INJUNÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARA RECONHECER A MORA DO CONGRESSO NACIONAL EM REGULAMENTAR O ART. 37, INCISO VII, DA CONSTITUIÇÃO FEDFERAL E COMUNICAR-LHE A DECISÃO, A FIM DE QUE TOME AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À EDIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR INDISPENSÁVEL AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE PELOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS, VENCIDOS, EM PARTE, O MINISTRO CARLOS VELOSO, QUE TAMBÉM RECONHECIA A MORA DO CONGRESSO NACIONAL E, DESDE LOGO, FIXAVA AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO EXERCÍCIO DESSE DIREITO, E OS MINISTROS SEPÚLVEDA PERTENCE E MARCO AURÉLIO, QUE NÃO CONHECIAM DO PEDIDO, VOTOU O PRESIDENTE, PLENÁRIO, 19.05.94.

O objetivo do Mandado de Injunção consistia, em última análise, na obtenção de um pronunciamento do STF sobre a citada norma constitucional.

4 Portanto, pela leitura do excerto transcrito, temos que o objeto da decisão da Suprema Corte dirige-se diretamente ao Poder Legislativo, que se encontra omisso em relação à regulamentação de um direito que existe na Constituição e que, segundo a interpretação exarada pelo STF, não pode ser exercido. Por via de conseqüência, a data de publicação do Acórdão deste Mandado de Injunção é irrelevante para irradiação de efeitos, porquanto o teor da decisão não atinge diretamente o caso concreto. Trata-se de uma interpretação do artigo constitucional, que será apropriada politica e juridicamente pelo Poder Executivo a partir de agora, uma vez que a controvérsia doutrinária existente sobre a auto-aplicabilidade do direito de greve dos servidores foi suprida pela multicitada decisão.

5. A repercussão da decisão - que não comporta recurso jurídico algum - propala-se, essencialmente, no campo político. O Poder Executivo tem em mãos a leitura do art. 37, inciso VII, da C.F., efetuada pelo órgão incumbido de, em última instância, interpretar a Constituição da República. De posse desta interpretação, o Governo encontra-se legitimado a dizer que a greve não pode ser exercida, porquanto inexiste norma que regulamente sua aplicação, não obstante esteja garantido o direito. Juridicamente, como referido na avaliação anterior desta assessoria jurídica, abre-se a possibilidade de descontar-se os dias parados. O êxito das tentativas de impugnação judicial desta medida seria pequeno.

6. No que é pertinente à adoção de medidas preventivas para afastar-se evetuais retaliações, temos o entendimento de que são incabíveis, porquanto inexistem ainda os fatos concretos punitivos. É necessário que eles ocorram primeiro para que se possa agir juridicamente. Cumpre registrar, por oportuno, *QUALQUER MEDIDA PUNITIVA A SER IMPLEMENTADA CONTRA OS DOCENTES QUE SE ENCONTRAM EM GREVE SERÁ DE COMPETÊNCIA, NO CASO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, DO REITOR.* A ele caberá propor e executar quaisquer medidas punitivas dirigidas aos docentes. Por via de conseqüência, o campo de negociação política transfere-se para esfera de cada universidade, onde a atuação para dissuadir as Reitorias de implementar eventuais punições administrativas poderá ser bem mais profícua.

7. Importa mais uma vez ressaltar que o embate, no que diz respeito às medidas punitivas, deverá ocorrer no campo político. Recentemente, há três meses atrás, o Governo Federal anistiou, através de lei, todos os servidores que foram punidos, desde 1989, por motivos de greve. É bem provável que não se efetive punições neste mmento. As notícias veiculadas na imprensa, advindas de setores do Governo, destinam-se, indubitavelmente, a dissuadir os servidores em greve. A força do movimento dos servidores na negociação com o Poder Executivo vai ser decisiva para evitar-se que as ameaças punitivas concretizem-se.

8. Na esteira do racioncínio do item anterior, torna-se necessário a recuperação do precedente jurisprudencial da greve de 1989, oportunidade em que o movimento docente obteve ganho judicial contra a punição que se pretendia implementar. Neste sentido, o art. 207 da Lei Maior, que consagra a autonomia universitária, é instrumento imprescindível para a defesa dos docentes das universidades públicas.

9. Em caso extremo, caso a universidade pretenda demitir docentes que estavam paralisados com fundamento no abandono de cargo, far-se-á necessário, preliminarmente, a instauração de processo disciplinar, onde será garantida a ampla defesa ao professor. É o que prevê a Lei nº 8.112/90 - RJU, *in verbis*:

"Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

(...);

II - abandono de cargo;

(...)

Art. 138. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

(...)

Art. 146. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatório a instauração de processo disciplinar."

A leitura dos artigos transcritos é suficiente para a compreensão do tema, sendo desnecessário tecer maiores comentários.

10. Em conclusão, consignaríamos, mais uma vez, que os esforços, no atual momento, devem ser concentrados na atuação política do movimento dos servidores, a fim de que os problemas que porventura venham a ocorrer sejam compostos na negociação com o Governo Federal.

11. Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,
Claúdio Santos
Assessoria Jurídica Nacional

A greve é um "programa legal"?

"Alguma coisa está fora da ordem,..."
Caetano Veloso

A perturbação da ordem instituída é sempre denominada ilegal. É assim nas festas do condomínio, quando menos se espera aquele vizinho do qual ninguém jamais desconfiara, chamou a polícia e ela está ali na sua porta para restabelecer o silêncio e, em decorrência, o legítimo e sagrado direito de dormir.

A atitude correta nesses momentos de plena algazarra no meio da madrugada, geralmente, é aquietar os mais ébrios, convidar os policiais para participar de um coquetel em homenagem a eles e baixar o som para volumes que sejam aceitáveis pelo vizinho.

O equívoco de uma festa que fere o Estado de Direito daquele que deve ter a liberdade de dormir, usualmente não recebe tratamento de choque por parte das milícias do Estado, não entra em confronto direto com o governo , porque não pede que sejam modificadas as leis salariais, nem reivindica melhores condições de trabalho e isonomia plena. O vizinho só quer preservar o seu sono e, quando muito, o problema é democraticamente remetido à reunião dos condôminos para uma avaliação.

Na Universidade, para muitos, a greve é um "programa legal". A greve-festa ou fest-greve, onde os piquetes são realizados dentro de casa ao som de boa música e um vinho branco. Quando muito se luta por melhores salários para comprar mais CDs e vinhos bem degustáveis. Às vezes quando o movimento paredista vai a radicalidade os festivos grevistas resolvem reunir-se em uma das residências para realizar um ato massivo com lasanha, canelone e bolinhos de toda a sorte de conteúdos. É nessas ocasiões que o vizinho revoltado chama o batalhão do chope, digo choque, e os mani(festantes) são dispersados com aquele sentimento de ressaca moral.

A nossa greve tem incomodado muito a vizinhança inteira e foi tão barulhenta no começo que o nosso vizinho em Brasília resolveu chamar o exército. A gente não esperava que isso acontecesse, mas como sempre acontece somos pegos de surpresa com a polícia na porta. A surpresa da semana passada foi a decisão do supremo de tornar a greve dos SPFs ilegal, mas para o engano de muitos nós não estamos todos em em festa.

Queremos comemorar, mas só é possível fazê-lo se sairmos com ganhos, tendo efetivado negociações e impedido que qualquer atitude retaliativa seja tomada. O momento requer firmeza por parte do movimento diante das investidas do Estado contra os direitos da maioria, investidas que por sinal o judiciário não julga como ilegais, quando por exemplo, o exército volta às ruas e Itamar comemora os trinta anos de golpe em grande estilo.

Há outros exemplos em que se fere direitos básicos, e se muita gente não entende e faz festa, paciência! Não é por isso que vamos seguir o raciocínio do vizinho e acabar com a greve na primeira ameaça, mesmo quando a CUT só pensa na eleição do síndico e faz Congresso para baixar o som da voz de milhares de trabalhadores.

A greve pode não ser legal e daí? Há muita coisa que é "ilegal, imoral e engorda" e as nossas elites adoram fazer, enquanto o Estado silencia os nossos gritos para garantir-lhes o sono tranqüilo, as festas, os CDs e muito vinho.

Manoel Fernandes de Sousa Neto (Nando)
Professor Auxilliar do Departamento de Geociências

AVALIAÇÃO

Motivos não nos faltaram, em abril, para deflagrarmos um movimento grevista. A intensificação do sucateamento dos serviços públicos, as perdas salariais - 107% - impostas aos SPFs com a implantação do Plano Fernando Henrique Cardoso e a ausência de qualquer política salarial para os servidores federais, obrigaram o conjunto dos SPFs a se utilizar do mecanismo da greve, na tentativa de resgatar a dignidade de quem é obrigado a prestar e a se utilizar dos serviços públicos.

Passados 38 dias, a greve dos SPFs expõe para todo o país o estado de verdadeira indigência salarial dos servidores públicos e as condições perversamente precárias do sistema público de saúde e educação, entre outros, fruto do descaso e omissão do Estado no cumprimento de suas obrigações básicas.

As legítimas e justas reivindicações dos SPFs se chocaram com a truculência do governo Itamar que, através de ameaças de punições aos servidores, da indevida e inconstitucional utilização do exército brasileiro, tentou intimidar os SPFs. Tal atitude - que recebeu o repúdio da sociedade - além de não intimidar os SPFs, fez com que estes, numa demonstração de firmeza e unidade política, fortalecessem a greve e obrigassem Itamar a recuar na sua atitude punitiva e repressiva. Hoje, não há mais perspectivas de demissões, desconto dos dias parados, nem surdez do Presidente face às nossas reivindicações.

Criamos e estabelecemos mecanismos de negociação com o governo, quando este declarava que nada tinha a discutir ou negociar com os servidores. Forçamos a retomada da discussão sobre ISONOMIA e a questão da CARREIRA junto ao MEC. Estas são vitórias significativas do movimento.

Apesar deste saldo positivo, temos que reconhecer que sofremos uma derrota: o plano FHC - não obstante ter a sua "credibilidade" abalada pelos SPFs - foi aprovado pelo Congresso. Entretanto, a reinstalação da Comissão que trata da implementação da Isonomia (vide fax 19), constituída na greve passada, e com reunião já marcada para a próxima 2a. feira (30/05), indica-nos que as negociações são, hoje, uma realidade por nós conquistada. É necessário acompanharmos tais negociações atentamente e nos mantermos mobilizados na construção de uma saída coesa e unitária da greve.

PELA ISONOMIA
A GREVE CONTINUA!

João Pessoa, 27 de maio de 1994.
Comando Local de Greve

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

FAX 018/CNG/ANDES-SN — Brasília, 25 de maio de 1994

Do: Comando Nacional de Greve
Para: AD's SSIND Federais

AD's SSIND presentes na reunião do CNG/ANDES SN do dia 24/05/94

Delegados: ADUA (Jacob), ADUFPel (Eliane), ADUFF (Margarida), ADUFPI (Joaquim), ADUFPA (Nahyison), ADUFERPE (Zenilde), ADUFPB-JP (Tek), ADUFPB-CG (Donato), ADUR-RJ (Seixas), ADUFAC (Aroldo), ADUC (Clementino), ADUFES (Raimundo), ADUFOP (Dimas), ADUFU (Tarcíso), ADUFMS (Wilson), ADUFSCar (Barba), SEDUFSM (Claiton)

Observadores: ADUFF (Wilma e Fátima), ADUA (Ricardo), ADUFPEL (Rigo), ADUFRGS (Barreto), ADUFPB-CG (Anchieta), APUFPR (Sunye), ADURN (Almir), APUB (Robério).

Diretores presentes pela ANDES-SN: Américo, Márcio, Maria Adélia, Cunha e Edmundo.

1 - INFORMES DO QUADRO DE GREVE NAS IFES

a) AD's SSIND em greve: ADUA (AG 25/05), ADUFPel (AG 24/05), SINDOCEFET-PR, ADUFF (AG 26/05), ADUFPI, ADUFPA (AG 26/05), ADUFERPE (AG 25/05), ADUFMS (AG 27/05), ADUFES (AG 27/05), ADUFS (AG 26/05), SEDUFSM (27/05), ADUFG, ADUFAC (AG 27/05), ADUFPB-JP (AG 27/05), ADUFOP , ADUFPB-CG (AG 25/05), ADUR-RJ (AG 25/05) , ADUFAL (AG 26/05), ADFCAP, APRUMA, ADUC (AG 25/05), ADCEFET-RJ, ADUFPB-Patos, ADCEFET-MA, ADUFU (AG 24/05), ADUFSCAR -SP Total: 26

Obs: Os companheiros da ADUFSCAR em assembléia deliberaram pela adesão à greve geral dos SPFs a partir de 25/05, por tempo indeterminado , pela Isonomia entre os três poderes da União.

b) AD's SSIND favoráveis à greve sem data indicativa para a adesão: ADCEFET-MG, ADCAC, ADUFEPE , ADFMTM . Total 4.

c) AD's SSIND sem deliberação: APUBH, APROEFEI, ADOCA, SESDUF-RR, ADFUNREI, ADAFA, APES-JF, CPAD-AP . Total 8.

e) AD's SSIND com deliberação de não adesão à greve: APUB, ASPESAL, APROFURG, ASPUV, APUFSC, APUFPR, ADEPM, ADUFC, ADUFRJ, ADUNIRIO, ADURN, ADUFRGS, ASDESAM, ADUFMAT, ADUNIR (apoio sem adesão, por problemas locais), ADUNB. Total 16.

2 - ATIVIDADES DO DIA 24 / 05 /94

2.1 REUNIÃO NA SAF (DISCUSSÃO SOBRE DADOS DE RECEITA/DESPESA)

Presentes: SAF- Wilson Calvo e Assessoria Técnica
CNUG - ANDES-SN (Américo Kerr); FASUBRA (Hibert)

A reunião durou praticamente todo o dia. Trabalhou-se em torno da avaliação da receita arrecadada pelo Tesouro Nacional, despesa de pessoal e acréscimo de despesas representado pela primeira etapa de Isonomia proposta pela Comissão (SAF/CNUG). Os dados trabalhados são essencialmente aqueles que constam no último Fax, fazendo-se apenas uma mudança do deflator do ICV-DIEESE para o INPC.

Às 17:45 h o ministro Canhim se reuniu com o ministro Recupero, um representante do EMFA e o Presidente Itamar. Segundo informes do Wilson Calvo, foi instaurada uma polêmica sobre os dados financeiros, tendo a SAF sustentado que o ano passado a arrecadação (publica no D.O.U mensalmente e corrigida pelo INPC), situou-se em US$ 74 bi. O Presidente afirmou que, se houver comprovação de receitas, esta primeira etapa da Isonomia poderá ser implementada.

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado

FAX 019 /CNG/ANDES-SN — Brasília, 26 de maio de 1994

Do: Comando Nacional de Greve
Para: AD's SSIND Federais

AD's SSIND presentes na reunião do CNG/ANDES SN do dia 25/05/94

Delegados: ADUA (Jacob), ADUFPel (Eliane), ADUFF (Margarida), ADUFPI (Joaquim), ADUFERPE (Zenilde), ADUFPB-JP (Tek), ADUFPB-CG (Anchieta), ADUR-RJ (Seixas), ADUFAC (Aroldo), ADUC (Clementino), ADUFES (Raimundo), ADUFOP (Dimas), ADUFU (Taroiso), APRUMA (Arão), ADUFS (Fábio), ADUFSCar (Barba), SEDUFSM (Claiton).

Observadores: ADUFF (Wilma e Fátima), ADUA (Ricardo), ADUFPEL (Rigo), APUFPR (Sunye), ADUFPB -JP (Vera), APUB (Robério).

Diretores presentes pela ANDES-SN: Américo, Márcio, Maria Adélia e Cunha.

1 - INFORMES DO QUADRO DE GREVE NAS IFES

Permanece o mesmo do FAX 018 /CNG/ANDES-SN

2 - INFORMES DA REUNIÃO DO CNUG (25/05):

2.1 - AUDIÊNCIA COM O PRESIDENTE ITAMAR

Presentes: Presidente Itamar, Mauro Durante, CUT - Nacional (Vicentinho, Bicalho), CUT-DF, FASUBRA (Hilbet), Comissão Isonomia (Toninho), FENASPS (Márcia), ANDES-SN (Márcio), ASSIBGE (Freire), CONDSEF (Luis Fernando), FENAPEF, FENADADOS e outros.

A reunião tratou dos seguintes pontos: greve dos SPFs, situação da Polícia Federal, grave da FENADADOS, situação da VARIG, demitidos do governo Collor, plano econômico - alta dos preços. Trataremos, nesse informe , exclusivamente, do tema da greve dos SPFs.

Pelos Servidores Públicos falaram os companheiros Bicalho, Hilbert e Toninho, apresentando nossos posicionamentos quanto à relação entre o governo Itamar e os servidores construída ao longo do último período. Na nossa intervenção enfatizamos os avanços obtidos nesse último período, resgatando os trabalhos da comissão que definiu o índice de reajuste dos servidores de janeiro de 1994, na negociação do Projeto de Diretrizes de Planos de Carreira, e no acordo do ponto de vista geral entre governo e servidores na comissão de Isonomia.

Destacamos a importância dos temas DPC e Isonomia para as alterações de ordem estrutural no serviço público e seus reflexos na melhoria dos serviços prestados à população. Colocamos a alteração qualitativa que ocorrerá na questão da Isonomia com a adoção das medidas propostas para a primeira fase do processo, com a equiparação a nível geral dos salários dos servidores do executivo aos do Ministério Público e do Poder Judiciário. Tratamos também da questão dos dias parados e das relações que vinham sendo feitas ao movimento, com a efetivação dos cortes de pontos, propondo uma solução negociada que passava pelo nosso compromisso com a reposição do trabalho.

O Presidente Itamar manifestou sua posição de que o governo está disposto a continuar os trabalhos para implantação da Isonomia, destacando também a importância do DPC. Afirmou que reconhecia as dificuldades dos servidores do poder executivo e a precariedade da situação salarial dos servidores, dizendo que a vontade política era a de melhorar essa situação. Afirmou que iria determinar a reinstalação da Comissão que foi formada pela Lei que instituiu a Política salarial na greve passada, dizendo que sendo comprovada a disponibilidade de recursos que o governo concederá reajuste dentro dessas possibilidades. Enfatizamos que era necessário que fosse definido um prazo para os trabalhos dado a urgência do momento, com o que concordou o presidente.

Demonstrando-se sensibilizado com a questão dos cortes de ponto, o presidente afirmou que iria em reunião com o ministro Canhin determinar que fossem estudadas formas de se assegurar a reposição do trabalho, e reconheceu que dado a precariedade das condições salariais dos servidores, a efetivação dos cortes era um complicador da situação.

Após a audiência, o companheiro Vicentinho concedeu entrevista à imprensa e em seguida falou aos companheiros das caravanas que se encontravam reunidos em frente à rampa do Palácio do Planalto.

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado

2.2 REUNIÃO COM A ÁREA ECONÔMICA

Após a audiência com o presidente Itamar, dirigimo-nos à SAF onde já se encontravam alguns companheiros esperando para a reunião com a área econômica. Estiveram presentes o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, e assessores, o secretário de Orçamento e Finanças, Resende Moura, e assessores, a SAF (Wilsom Calvo),

o EMFA (Coronel Rosendo), e os representantes do movimento (Hilbert - FASUBRA, Américo - ANDES/SN - José Antônio - ASSIBGE, Américo - FENAJUF, e Toninho - Comissão de Isonomia, Freire - ASSIBGE, e José Augusto - FENASPS).

Na reunião, apresentamos os informes das audiência com o presidente, após o que o Sr. Wilsom Calvo, secretário de RH da SAF, providenciou a suspensão dos trabalhos de ajuste da folha de pagamento (as folhas estavam sendo organizadas para que houvesse o primeiro desconto de 25% - dias parados) até que se chegasse oficialmente as novas orientações. Feito isso, passamos a discutir sobre a forma de condução das discussões da Comissão de apuração da receita, a ser reinstalada conforme determinação do presidente. Acordamos que, mesmo sem a publicação oficial da portaria nomeando os membros da Comissão, iniciaríamos os trabalhos com as seguintes perspectivas: definição da metodologia de cálculo da evolução da receita; definição sobre a base de dados a ser utilizada; fechamento dos cálculos sobre os custos das propostas da primeira fase da Isonomia; negociação da implementação após o cumprimento das etapas iniciais.

Enfatizamos a urgência do momento dada a greve em curso e à necessidade de os trabalhos fossem concluídos o mais breve possível. Apresentamos como proposta a manutenção da metodologia de cálculo acordada nos trabalhos realizados no fim do ano passado e início deste ano. Após as discussões acertamos: a) reunião da Comissão na segunda-feira próxima (30/05), às 15h00; b) reunião com assessores da STN amanhã pela manhã no Ministério da Fazenda para coleta de informações, e c) reunião amanhã com assessores da SOF na SEPLAN com o mesmo objetivo.

Ao final da reunião, o Sr. Wilsom Calvo leu o documento enviado pelos representantes da Câmara, Senado e TCU quanto ao relatório da Comissão de Isonomia, informando também, em seguida, que amanhã o Sr. Aristides Junqueira estará enviado a posição do Ministério Público. Por fim, acertamos reunião amanhã da mesa técnica da Comissão de Isonomia para o fechamento do relatório.

2.3 - QUADRO NACIONAL DA GREVE DOS SPF's

ASSIBGE - Greve continua em MG, RS, RN, PE.
CONDSEF - Greve continua em dez estados, sendo em alguns em um núcleo e em outros em dois.
FASUBRA - Greve continua em trinta e seis estados (saíram Viçosa e Fortaleza).
FENASPS - Greve continua (saiu Paraíba).
SINASEF - Permanece o mesmo quadro.
ANDEF - Permanece o mesmo quadro.
ANDES-SN - Permanece o mesmo quadro.

3 - CONTATO ANDIFES/ANDES-SN

O presidente da ANDIFES (Prof. Newton Lima), acompanhado pelo secretário da Entidade e pelo Pró-Reitor Administrativo da UFPB estiveram na noite do dia 25 na sede da ANDES, e prestaram o seguintes informes:

1 - A ANDIFES expediu documento aos dirigentes da IFES reafirmando a não aplicação de medidas punitivas, no âmbito das instituições federais, por conta da greve dos SPF's;

2 - A ANDIFES intercedeu junto ao MEC no sentido de garantir o repasse de recursos para pagamento de pessoal e vale alimentação. O Ministro Hingel garantiu o repasse dos recursos, referidos no dia de hoje, para todas às IFE's, independentemente da greve dos SPF's;

3 - Deverá ser expedido hoje, 26 de maio de 1994, documento pela Secretaria-Executiva do MEC desautorizando documento expedido pela SISET/MEC, que trata de medidas punitivas aos grevistas.

OBS.: A avaliação da greve seguirá, ainda hoje, no FAX 020 do CNG/ANDES-SN

A GREVE CONTINUA !

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado

Amanhã, 25 de maio, teremos novas discussões na SAF para preparar a reunião que haverá as 16:00 h com a Fazenda, SAF, EMFA, e CNUG. O ministro Canhim deverá estar nessa reunião que determinará os valores da Receita e Despesas de pessoal da União. Não temos dúvida que uma metodologia honesta, aplicada sobre os dados publicados no D.O.U., comprovarão a existência de caixa suficiente para aplicar esta primeira etapa da Isonomia.

2.2 ATIVIDADES NO CONGRESSO NACIONAL

No período da tarde representantes de vários sindicatos reuniram-se na Comissão de Trabalho da Câmara para organizarem o recolhimento das assinaturas dos parlamentares em apoio ao documento elaborado pelo CNUG. Esse documento solicita ao Presidente da República uma audiência e se manifesta contrário a intenção de punição dos grevistas.

3 - INFORMES DO CNUG

3.1 - QUADRO GERAL DA GREVE

Reunido na noite do dia 24/05 o CNUG constatou que apesar das ameaças do governo e da pressão da mídia o índice de paralisação dos SPFs não sofreu recuo significativo, mantendo-se no patamar superior a 50 %. Nesta reunião o ASSIBGE informou que havia indicado a saída de greve, em 25/05, para suas assembléias locais, que deverão dar um retorno nos próximos 2 dias.

3.2 - AUDIÊNCIA COM O PRESIDENTE ITAMAR

Ficou prevista para amanhã (25/05), à tarde (em horário a ser definido), audiência com o Vicentinho, atual presidente da CUT, o presidente Itamar Franco e representantes do CNUG/SPFs.

O CNUG definiu para esta reunião a discussão dos seguintes pontos de interesse dos SPFs:

-Isonomia (28,86%, unificação das tabelas Z e I e GAE de 170%)

-Não punição aos grevistas

-Abertura do processo de discussão, via CUT, de uma política salarial e de reposição das perdas

3.3 - AGENDA PARA O DIA 25/05

09:30 h - Trabalho dos SPFs junto aos parlamentares e lideranças dos partidos no Congresso (continuação do recolhimento de assinaturas de apoio)

10:00 h - Reunião da Comissão de Isonomia dos SPFs com o EMFA para articular uma ação conjunta junto a SAF.

- Concentração das caravanas dos SPFs na Catedral.

- Acompanhamento da tramitação do PL 4407/DPC (Dep. Maria Laura), a fim de garantir que o substitutivo elaborado pelo GT/DPC/SPFs/SAF seja mantido.

14:30 h - Concentração dos SPFs e parlamentares na Comissão do Trabalho, para posterior deslocamento ao Palácio do Planalto, visando acompanhar a audiência da CUT/CNUG com o Presidente Itamar.

16:00 h - Reunião entre CNUG, EMFA, SAF, Fazenda e Planejamento na SAF.

Obs.: 1 - Após as atividades do dia o CNUG fará uma avaliação do movimento.

2- O CNG/ANDES esclarece as ADs que não tiverem condições de enviar seus delegados ou observadores, por problemas financeiros, que podem solicitar ajuda (passagem - mínimo de 8 dias de permanência - e/ou hospedagem e/ou diárias) de custo a este comando, mediante apresentação de justificativa . Maiores informações entrar em contato com o Comando.

A GREVE CONTINUA !

greve 1994

Boletim

Comando de Greve dos Docentes da UFPB/João Pessoa/PB

7

31.05.94
terça-feira

AVALIAÇÃO COMANDO LOCAL DE GREVE

Após mais de 40 dias de greve dos SPFs emerge claramente a tática de protelação do governo em atender nossas reivindicações. Ao impor uma mesa de negociação sobre a qual a SAF tem absoluto controle na metodologia e na definição dos indicadores econômicos o governo inviabiliza, de fato, a continuidade da greve como forma de pressão. A constituição de uma comissão mista para garantir a isonomia, embora condicionada à disposição do governo para negociar nesse momento. Por outro lado, as possibilidades concretas de ganho a partir da formalização dessa comissão depende exclusivamente da avaliação do governo acerca do andamento da implantação do Plano Real e, consequentemente, do desenvolvimento da campanha de FHC. Este quadro, associado ao esgotamento do movimento em vários segmentos dos SPFs que já levou a última AG a apontar para a categoria e para o Comando Nacional Unificado de Greve (CNUG) o indicativo de fim de, tem sido confirmado plos últimos informes vindos do CNUG. A intransigência do Governo Itamar, seu declarado empenho na aprovação do real a qualquer custo, seu apoio explícito à candidatura FHC, desloca nosso eixo político de luta para as próximas eleições. Sem deixar de acompanhar os trabalhos da comissão de isonomia, cabe, agora, ao movimento **SUSPENDER A GREVE** para mobilizar a Universidade contra a política neoliberal que tenta reduzir o trabalho dos SPFs a um apêndice do Estado entregando o serviço público à sanha do capital. Como já foi expresso pelos próprios quadros do governo, a questão dos salários dos servisdores revela um quadro de miséria, de diferenciações e sofrimento de milhares de trabalhadores, cada vez mais agudizados pela crise econômica. A reversão desta situação é prioridade e responsabilidade de todo movimento dos SPFs.

A LUTA CONTINUA!

ENCAMINHAMENTOS:

I. Término da greve terça-feira, 31.04.94;

II. Reinício das aulas segunda-feira, 06.06.94;

III. Reposição/Princípios:

1) Reposição integral dos dias parados;

2) Direitos trabalhistas dos docentes assegurados (férias, afastamento para qualificação etc);

3) Calendário sem interrupção de aulas (ou com o mínimo de interrupção).

IV. Recomendações:

1) Ao Comando Nacional de Greve (CNG/ANDES) e CNUG:

1º de julho *DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA O PLANO FHC E O REAL*

2) A Diretoria da ADUFPB-JP/SSind deve, num prazo máximo de 20 dias convocar AG para discutir, organizar

e encaminhar um conjunto de atividades de interesse da categoria:

a) Debates e/ou seminários

1) A greve como forma de luta para os trabalhadores dos serviços públicos;

2) Temas centrais como:

- Universidade e sociedade; Questões sindicais; Questões educacionais de 1º, 2 º e 3º graus; Programas e projetos de seguridade social e de saúde privados, organizados pelo Sindicato, entre outros.

FAX Nº 021/CNG/ANDES-SN/94 Brasília, 28 de maio de 1994.

Do: Comando Nacional de Greve
Para: AD's SSIND Federais

AD's SSIND presentes na reunião do CNG/ANDES SN do dia 28/05/94

Delegados: ADUA (Jacob), ADUFPel (Eliane), ADUFF (Fátima), ADUFPI (Joaquim), ADUFERPE (Zenildo), ADUFPB-JP (Vera), ADUR-RJ (Seixas), ADUC (Clementino), ADUFES (Raimundo), ADUFU (João Batista) SEDUFSM (Claiton), ADUFG (Marcos).

Observadores: ADUFF (Wilma), ADUA (Ricardo), ADUFPPI. (Rigo), APUB (Robério).

Diretores presentes pela ANDES-SN: Paulo Rizzo, Maria Adélia e Cunha.

1 - INFORMES DO QUADRO DE GREVE NAS IFES

a) AD's SSIND em greve: ADUA (AG 01/06), ADUFPel (AG 31/05), SINDOCEFET-PR, ADUFF (AG 30/05), ADUFPI, ADUFPA (AG 26/05), ADUFERPE , ADUFMS, ADUFES (AG 01/06), ADUFS , SEDUFSM (01/06), ADUFG, ADUFAC, ADUFPB-JP (indicativo de suspensão da greve em 31/05, com AG marcada para este dia), ADUFOP, ADUFPB-CG, ADUR-RJ (AG 30/05) , ADUFAL, ADFCAP, APRUMA, ADUC (AG 01/06), ADCEFET-RJ, ADUFPB-Patos, ADCEFET-MA, ADUFU (AG 24/05), ADUFSCAR. Total: 26

b) AD's SSIND favoráveis à greve sem data indicativa para a adesão: ADCEFET-MG, ADCAC, ADUFEPE , ADFMTM . Total 4.

c) AD's SSIND sem deliberação: APUBH, APROEFEI, ADOCA, SESDUF-RR, ADFUNREI, ADAFA, APES-JF, . Total 7.

e) AD's SSIND com deliberação de não adesão à greve: APUB, ASPESAL, APROFURG, ASPUV, APUFSC, APUFPR, ADEPM, ADUFC, ADUFRJ, ADUNIRIO, ADURN, ADUFRGS, ASDESAM, ADUFMAT, ADUNIR (apoio sem adesão, por problemas locais), ADUnB CPAD-AP. Total 17.

2 - INFORMES SOBRE AUDIÊNCIA SAF/CNUG - 26/05.

A partir da audiência no dia anterior do Presidente Itamar com a CUT/Entidades/ CNUG/ Parlamentares, a audiência com a SAF pautou-se em dois pontos principais: implantação da primeira etapa da isonomia e reversão das punições.

Em relação à primeira questão (isonomia), o Ministro informou que o relatório da Comissão Técnica da Isonomia estava pronto, mas que deveria ser alterado pelos membros da Comissão para ser encaminhado até segunda-feira . Informou, ainda, que estava sendo criada Comissão para o Estudo da Receita, com instalação prevista para segunda-feira (30/05), e também pensava numa outra Comissão para Acompanhamento da Receita visando a elaboração de uma política salarial. Ponderamos no sentido de ser fundamental que a partir da Comissão de Estudos da Receita, a ser instalada na segunda-feira, o governo apresente uma proposta em relação à primeira fase da isonomia, não ficando no aguardo de outra comissão para elaboração de propostas tratando sobre a política salarial. O Ministro disse ser cético em relação a essa possibilidade. Disse que a afirmação divulgada de que a isonoma só se fará após a implantação do Real era uma posição do governo. Reafirmamos que isto não correspondia ao compromisso presidencial na audiência com a CUT/Entidades/CNUG/Parlamentares.

Sobre a segunda questão (reversão das punições), o Ministro informou que estivera com o Presidente Itamar logo após a nossa audiência de 25/05. Segundo o Ministro, o Presidente dissera a ele que a fórmula da reposição de trabalho estava condicionada ao fim da greve, o Ministro disse ainda que se a greve se mantivesse, o desconto seria mantido de forma parcelada. Reafirmamos o compromisso do Presidente na audiência, e que desejávamos fosse efetivado através do reprocessamento das folhas, negociando os dias parados sob a forma de reposição.

A audiência encerrou-se com o Ministro solicitando uma proposta do CNUG para a questão, a ser encaminhada ao Presidente da República.

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado

2.1. Continuação da Audiência com o Ministro Canhim (27/05).

Após haver se reunido pela manhã, o CNUG esteve com o Ministro Canhim. Cobramos do Ministro a instalação da Comissão de Receita e a apresentação de uma proposta, por parte do governo, para a primeira fase da isonomia. Quanto às punições, o CNUG enfatizou o compromisso de Presidente com a reposição em lugar do desconto e que a questão fosse discutida no momento em que a greve acabasse. Registramos que estávamos elaborando uma carta a ser apresentada ao Presidente Itamar, no que o Ministro prontificou-se a intermediar.

OBSERVAÇÃO: o CNG-ANDES informa que todas as folhas foram enviadas para pagamento integral, sem cortes, o que confirma o compromisso presidencial em relação a essa questão.

3. ENCAMINHAMENTOS.

Retomando os trabalhos no dia 28/05, o CNG/ANDES-SN faz os seguintes encaminhamentos:

3.1. Ao CNUG:

a) Transformar a carta entregue ao Presidente em nota paga no Correio Braziliense (a nota segue em anexo);

b) Comunicar ao CNUG a possibilidade de audiência com o Procurador Geral da República, Sr. Aristides Junqueira, o qual se prontificou a receber a ANDES.

c) Distribuir a carta acima mencionada aos líderes dos partidos no Congresso e demais parlamentares, ao mesmo tempo, convocá-los a se fazerem presentes nas audiências previstas.

d) Agendar nova audiência entre o Presidente Itamar e a CUT;

e) Contactar entidades da sociedade civil, a fim de que publicizem apoio à nossa luta e intercedam junto ao Presidente para a resolução do impasse;

f) Solicitar que a Comissão de Trabalho da Câmara convoque audiência pública com a área econômica para tratar da isonomia;

g) Intensificar os contatos junto à imprensa em geral (enviar a carta ao programa Jô Soares);

h) Convocação de plenária dos SPFs condicionada ao desdobramento do processo de negociação, uma vez que ela é um instrumento de pressão política a nosso favor.

3.2. Às ADs:

a) Recomendamos a publicação da carta anexa na imprensa local, na terça-feira;

b) Intervir junto aos parlamentares nos Estados, solicitando apoio às nossas iniciativas em Brasília.

3.3. Outros encaminhamentos:

O CNG estará presente na plenária da ANDIFES (30/05) discutindo a questão da greve. Também participará da Convenção do PSB em Brasília (29/05), buscando apoio de Lula e Bisol, para que se manifestem a nosso favor.

4. AGENDA (30/05):

9 horas: reunião CNUG
À tarde: reunião SAF (Comissão Isonomia/ Receita)
20 horas: reunião CNG/ANDES-SN

A GREVE CONTINUA!

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado

Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
ANDEF-SN* - ANDES-SN* - ASSIBGE* - CONDESEF* - FASUBRA* - FENADADOS* -FENASFISP* - FENAJUFE - FENAM - FENAPEF* - FENASPS - FENASTRA - SINASEFE -SINATEFIC* - SINDIFISCO* - SINDLEGIS* - **Entidades Filiadas à CUT*

CUT

Brasília, 27 de maio de 1994

Ao: Presidente da República Federativa do Brasil
Dr. Itamar Franco

A reunião que tivemos com V. Excia., em companhia do Presidente da CUT, desencadeou efeitos positivos e trouxe esperanças aos Servidores Públicos. Após mais de três semanas de ausência do Ministério da Fazenda nas negociações sobre a implantação de uma 1ª etapa de Isonomia salarial entre os três poderes, seus representantes sentaram-se à mesa conosco no dia 25/maio/1994. V. Excia. assumiu, também, o compromisso de que, se ficar comprovada a existência de recursos, implantará esta 1ª etapa de isonomia: 1) unificação das Tabelas I e II; 2) extensão do índice de 28,86% adotados pelo legislativo e judiciário; 3) homogeneização da GAE em 170%.

A questão dos salários dos sevidores revela um quadro de diferenciações, de miséria e sofrimento de milhares de trabalhadores, cada dia mais açodado pela crise econômica. É urgente um encaminhamento que minimize esta situação e contamos com a sensibilidade de V. Excia. para tanto. Já nos encontramos no quinto mês deste ano e a Secretaria do Tesouro Nacional dispõe dos dados sobre desempenho da economia do país e do desempenho da arrecadação de receitas. Os boletins internos da Receita Federal mostram que a política de combate à sonegação e a retomada do crescimento econômico previsto para este ano estão viabilizando um crescimento real de receitas em torno de 30% acima daquele observado no ano passado. O que desejamos de V. Excia., neste aspecto em particular, é que determine que a área econômica apresente uma pronta e comprovada situação do real quadro de despesas e arrecadação da União para que possamos estabelecer negociações conclusivas e objetivas sobre a implantação da 1ª etapa de isonomia.

Quanto aos dias parados, reafirmamos nosso compromisso com a proposta acordada com V. Excia. e que prevê um tratamento de interesse público para a questão, considerando a reposição do trabalho interrompido.

Temos certeza de que V. Excia. saberá contemplar as expectativas de milhares de cidadãos, trabalhadores dos serviços públicos, que aguardam com otimismo a concretização de uma solução que restabeleça o clima de normalidade no trabalho.

Comando Nacional Unificado de Greve dos SPFs.
Divulgação: **Comando de Greve Docentes UFPB - Campus I**

COMUNICADO

O Comando de Greve dos Docentes da UFPB, Campus I comunica que a **Assembléia Geral,** realizada do dia **27.05.94,** com a presença de **235 professores,** aprovou os seguintes encaminhamentos: 1) Continuidade da Greve com Indicativo de saída para 3ª feira (31.05.94); 2) Próxima Assembléia Geral: 3ª feira, 31.05.94, 9:00 horas, Aud. Reitoria.

FAX Nº 022CNG/ANDES-SN/94 Brasília, 30 de maio de 1994.

Do: Comando Nacional de Greve
Para: AD's SSIND Federais

AD's SSIND presentes na reunião do CNG/ANDES SN do dia 30/05/94

Delegados: ADUA (Jacob), ADUFPel (Eliane), ADUFF (Wilma), ADUFPI (Joaquim), ADUFERPE (Aderaldo), ADUFPB-JP (Vera), ADUR-RJ (Seixas), ADUC (Clementino), ADUFU (Gabriel) SEDUFSM (Claiton), ADUFG (Abraão), ADUFPA (Fernando), ADUFMS (Hermano), ADUFSCAR (Carlão).

Observadores: ADUFF (Regina), ADUA (Ricardo), ADUFPEL (Rigo), APUB (Robério), ADUFPA (Raimundo), ADUFAL (Cristina).

Diretores presentes pela ANDES-SN: Paulo Rizzo, Américo e Cunha.

1 - INFORMES DO QUADRO DE GREVE NAS IFES

a) AD's SSIND em greve: ADUA (AG 01/06), ADUFPel (AG 31/05), SINDOCEFET-PR, ADUFF (AG 31/05), ADUFPI (31/05), ADUFPA (AG 01/06), ADUFERPE (01/05) , ADUFMS (31/05), ADUFES (AG 01/06), ADUFS , SEDUFSM (01/06), ADUFG (31/05), ADFCAP, ADUFAC, ADUFPB-JP (indicativo de suspensão da greve em 31/05, com AG marcada para este dia), ADUFOP, ADUFPB-CG, ADUR-RJ (AG 01/06), ADUFAL (31/05), APRUMA (31/05), ADUC (AG 01/06), ADCEFET-RJ, ADUFPB-Patos, ADCEFET-MA, ADUFU, ADUFSCAR (31/05). Total: 26

b) AD's SSIND favoráveis à greve sem data indicativa para a adesão: ADCEFET-MG, ADCAC, ADUFEPE , ADFMTM . Total 4.

c) AD's SSIND sem deliberação: APUBH, APROEFEI, ADOCA, SESDUF-RR, ADFUNREI, ADAFA, APES-JF, . Total 7.

e) AD's SSIND com deliberação de não adesão à greve: APUB, ASPESAL, APROFURG, ASPUV, APUFSC, APUFPR, ADEPM, ADUFC, ADUFRJ, ADUNIRIO, ADURN, ADUFRGS, ASDESAM, ADUFMAT, ADUNIR (apoio sem adesão, por problemas locais), ADUnB, CPAD-AP. Total 17.

QUADRO NACIONAL DA GREVE DOS SPFs.

FENASPS - 3 Estados voltaram ao trabalho (Pa, Pb, Mt); dificuldade de manutenção da greve; desconto de dólários em alguns Estados.
SINASEF - greve em apenas três seções sindicais (Natal, Vitória e Castanhal - Pa).
ASSIBGE - desconto de oito dias; greve continua no RS e SP.
CONDSEF - greve apenas na FNS em nove Estados.
SINDIFISCO - continua a operação padrão.
FASUBRA - trinta e cinco Estados em greve.

INFORMES DA AUDIÊNCIA COM A SAF - 30/05/94.

1. Reunião da Comissão de Acompanhamento da Receita:

A Comissão reuniu-se no dia 30/05/94, na SAF, para discutir as propostas de implementação da primeira fase da isonomia que está sendo negociada entre os SPFs e a SAF. Nela, o representante da Secretaria do Tesouro Nacional apresentou uma metodologia para indicar a base de cálculo que determinaria a disponibilidade de recursos para implementar a isonomia, sem apresentar, ainda, dados financeiros concretos. Esta metodologia toma como referência a "Receita Tributária Líquida", cujo valor resulta da subtração dos repasses constitucionais da receita corrente. Além disso, argumentando que os dados do D.O.U. não são "enxutos", propôs como fonte, as informações

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado

fornecidas pelo Tesouro Nacional. Outro elemento redutor é a introdução das despesas na ***metodologia de cálculo,*** através da seguinte fórmula:

Disponibilidade Financeira = (Receita Executada - Receita Prevista) + (Despesa de Pessoal Orçada - Receita de Pessoal Executada).

Esta metodologia consiste num rompimento como o que foi adotado pela Comissão de Acompanhamento por ocasião do cálculo do índice de reajuste em primeiro de janeiro de 1994, quando se trabalhou apenas com a variação percentual da receita.

Na prática, com esta proposta, se restringe drasticamente a possibilidade de haver recursos, mesmo para a primeira fase da isonomia. Diante disso, os representantes do CNUG reagiram contra ela, sendo acompanhados pelo representante do EMFA. Com os parâmetros apresentados pelo Tesouro, seria impossível prosseguir compondo tal Comissão, dado que a fórmula oculta a real disponibilidade de recursos financeiros.

Diante do impasse, a reunião foi suspensa, sendo marcado o seu prosseguimento no dia 01/06/94, quarta-feira, quando os diversos representantes deverão levar novas propostas para se chegar a uma definição. Preocupado com o ocorrido, o CNUG, imediatamente, solicitou uma audiência com o Ministro Canhim, tendo a compreensão de que se faz necessária uma definição política do governo para retomar a base de cálculo original. Esta audiência ficou agendada para o dia 31/05, às 17 horas. Ficou agendada, também, para às 18 horas, uma reunião da Comissão de Isonomia com o objetivo de fechar o seu relatório. A transformação deste relatório em MP estará na dependência das definições da Comissão de Acompanhamento da Receita.

Reunido em seguida, o CNUG debateu as ações a serem realizadas para pressionar o governo no sentido de se obter solução ainda esta semana. As propostas aí discutidas foram encaminhadas aos Comandos Setoriais para serem analisadas e levadas de volta para o CNUG na reunião de 31/05, às 8 horas da manhã .

Nitidamente, o governo continua com sua tática de esvaziar o movimento pelo cansaço, protelando as soluções o quanto puder. O quadro de greve registrado no CNUG é de descenso, diminuindo os horizontes de continuidade da greve para além desta semana. Permitir que as negociações se prolonguem para a próxima semana, significaria promover a sua realização num quadro de mobilização altamente desfavorável.

Dada esta realidade, o CNG aprovou os encaminhamentos a seguir:

---

4. ENCAMINHAMENTOS.

a) Ao CNG:

- Participar da reunião do CNUG, às 8 horas, dia 31/05;
- Ação junto aos parlamentares, com distribuição de nota do CNUG;
- Reivindicar junto ao CNUG intervenção da CUT nas negociações;
- Intervir no CNUG para que este posicione-se cobrando do governo a definição de um prazo para a oficialização da Comissão de Isonomia/Receita e pelo estabelecimento de um calendário para a implementação da primeira fase da isonomia;
- Propor ao CNUG uma Reunião Ampliada dos Comandos Nacionais das entidades que ainda se encontram em greve, a fim de avaliar e indicar os rumos do movimento (indicativo de data: 02/06).

b) Às ADs:

- Rodada de AGs no dia 06/06, a fim de avaliar os resultados da Comissão Isonomia/Receita e os rumos da greve.

Opinião

Universidade - Autonomia Política

José de Melo Neto*

Fala-se de autonomia financeira. Debate-se autonomia acadêmica. Pensa-se na efetivação da autonomia administrativa. Busca-se a autonomia coletiva. Enfim, que autonomia é fundamental à Universidade?

Não há dúvida que o conceito de autonomia não é consensual. Certo é que a autonomia da Universidade é algo intrínseco ao desempenho de seu papel. É um ente de valor em si e determinante até para promoção do desenvolvimento no país, dizem. Este desenvolvimento está controlado e naturalmente a Universidade precisa estar controlada, na lógica dos dominantes. Esse controle, inclusive, tem sido histórico. Na Idade Média quando da origem da *"Universitas"*, já nascera controlada pela Igreja, sobretudo. Posteriormente e até hoje, passara às amarras do Estado. Autonomia é uma luta permanente e presente mais uma vez nos dias de hoje. Agora, ataca-se a autonomia em nome da própria autonomia. É a demagogia como técnica, no discurso apresentado. Quando se confunde, propositadamente, no discurso do governo, autonomia financeira por autonomia de gestão financeira, é um desejo explícito bem como a abertura do discurso da privatização do ensino, gerador de um fosso maior entre a Universidade e a população. A autonomia de *"laissez-faire"* da tecnoburocracia do governo "neoliberal", não pode ser buscada pela Universidade.

A autonomia que se busca é de **ordem política**, com certeza. Aquela em que o Estado deve repassar à Universidade os recursos públicos necessários e suficientes para as atividades docentes do ensino, pesquisa e extensão, e bem como remuneração digna de vida ao pessoal docente e não docente. A autonomia da Universidade para gerir as verbas com compromisso de cristalinidade de sua aplicação mas com independência do govenro, e ainda, voltando-se aos interesses da comunidade, prestando naturalmente as contas através de seu produto.

Acredita-se que se faz necessária a discussão da Universidade, no seu interior, mas também, buscando a análise da comunidade. Declarada essa atual ofensiva à Escola Pública, seja ela federal ou estadual, no caso a Universidade, prescinde-se de uma exposição de suas entranhas à população sobre o seu produto gerado. A sua importância precisa ser esclarecida. Em específico na pesquisa, demonstrar ao povo que praticamente não existe patronato investindo em conhecimento novo. Precisa-se divulgar que a Universidade pública realiza 90% da pesquisa no País.

Por outro lado, ela deve traduzir o significado dessas pesquisas bem como seu papel. A sociedade precisa saber também que a Universidade Pública já vem sendo paga. Precisa estar informada que os cursos de qualidade discutível são, em sua maioria, de escola particulares confirmando que o mero pagamento de mensalidades não traduz melhoria de qualidade e muito menos autonomia, necessariamente.

É preciso desnudar a falácia do ensino pago na Europa ou mesmo nos Estados Unidos. Todos sabem que a educação universitária, em praticamente toda Europa, é de responsabilidade do Estado e é gratuita. Mesmo nos Estados Unidos, o total de verbas geradas pelo pagamento de mensalidades dos alunos não atinge 20% do orçamento das Universidades americanas. Enfim, o meio acadêmico tem o dever de apresentar dados concretos à comunidade daquilo que faz já que ela, em último caso, financia aquelas atividades. Os canais para isso são os mais variados.

A **autonomia política** da Universidade é um jogo que deve ser jogado com a comunidade, com a sociedade. É ela que conduzirá à uma guinada na Universidade brasileira. Esta deve utilizar as suas estruturas e a produção acadêmica como formas de defesa da própria autonomia. Essa autonomia se torna assim uma forma concreta para a defesa da escola pública e gratuita.

A Universidade não pode "posar" de *Torre Ebúrnea.* Deve lutar por sua **autonomia política**, sim. Deve também render-se à sociedade compreendendo ser desta devedora de esclarecimentos.

* *Prof. DHP/CE/UFPB*

Espaço solicitado pela ADUFPB-JP/SSind

COMUNICADO

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind tem a informar aos sindicalizados, quanto ao Processo referente ao Plano Collor (84,32%), de nº ROAR - 105.570/94.0, o que segue:

1. O Recurso interposto em Ação Rescisória pelo Ministério Público do Trabalho da 13ª Região, encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho (TST), Brasília, tendo como relator, o Ministro Armando de Brito;
2. Os advogados da ADUFPB-JP/SSind estão acompanhando a tramitação do Processo no TST. O Advogado Paulo Guedes esteve em Brasília, juntamente com a Presidente da ADUFPB-JP/SSind, Profª Vera Amaral, acompanhando os últimos trâmites do processo;
3. O Processo, segundo informes do TST, retornou ao Relator, após ter sido encaminhado à Procuradoria Geral, não estando até hoje, 30.05.94, agendado na pauta de reunião do TST.
4. O Proceso atualmente encontra-se no Gabinete do Ministro Relator para elaboração do relatório e deverá, posteriormente, ser encaminhado ao Sr. Ministro Revisor Dr. Guimarães Falcão. Este, após revisão, solicitará junto à Secretaria da Seção de Dissídios Individuais (SDI) do TST, data para julgamento.
5. O julgamento será precedido pela publicação da pauta no Diário da Justiça da União (DJU), com a antecedência prevista em lei. No julgamento será feita a sustentação oral por nossos advogados.

João Pessoa, 30 de maio de 1994
Diretoria Executiva ADUFPB-JP/SSind

ANDAMENTO DO PROCESSO

SEPROD - TST — TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO — APE503 APL409
30/05/94 — SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL — PÁGINA 1

ROAR - 105570/94.0 EM 30/05/94

DATA INICIO DO PROCESSO: 14/03/94 ORIGEM: 2 - NOVO C/ORIGEM NUM TRT
PROCESSO TRT 13A. REG. AR 000062/92 REMETIDO 19/11/93
EM ANDAMENTO
** RECORRENTE (S)
CR
001 J MPT13R , MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO DA 13 REGIAO

** RECORRIDO(S)
CR
100 J UFP , UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
101 J SINDIES , SIND NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇOES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES

DATA	SETOR	ANDAMENTO
14/03/94	SCA	02 VOLS
23/03/94	AD	2 VOLS
05/04/94	GMAB	2 VOLS RELATOR
08/04/94	STP	2 VOLS ?
13/04/94	SPT	SPRO
14/04/94	PGT	2 VOLS
18/05/94	STP	SPRO
20/05/94	GMAB	2 VOLS